



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA - MG

ELIZETE AMÉRICO SILVA

ESPAÇOS PÚBLICOS E TERRITORIALIDADES: AS
PRAÇAS DO FERREIRA, JOSÉ DE ALENCAR E O
PASSEIO PÚBLICO, FORTALEZA - CE

Fortaleza - Ceará

2006

Universidade Federal do Ceará - UFC

Elizete Américo Silva

ESPAÇOS PÚBLICOS E TERRITORIALIDADES: AS PRAÇAS
DO FERREIRA, JOSÉ DE ALENCAR E O PASSEIO PÚBLICO,
FORTALEZA - CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia, do Centro de Ciências, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Salete de Souza

Fortaleza - Ceará

2006

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Hamilton Rodrigues Tabosa CRB-3/888

S579e Silva, Elizete Américo

Espaços públicos e territorialidades: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público / Elizete Américo Silva
164 f. il., color. enc.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

Inclui fotografias.

Orientadora: Dra. Maria Salete de Souza

Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental

1. Transformações urbanas 2. Atores sociais 3. Área central 4. Áreas sociais 5. Espaços urbanos 6. Lugares públicos I. Souza, Maria Salete de II. Universidade Federal do Ceará – Mestrado em Geografia III. Título

Universidade Federal do Ceará - UFC
Mestrado em Geografia - MG

Título do Trabalho: Espaços Públicos e Territorialidades: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, Fortaleza - CE.

Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semi-Árido.

Mestranda: Elizete Américo Silva

Aprovada em ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Maria Salete de Souza Prof^a. Dr^a. (Orientadora)
Departamento de Geografia do Centro de Ciências (UFC)

Zenilde Baima Amora Prof^a Dr^a.
Departamento de Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia (UECE)

José Borzacchiello da Silva Prof. Dr.
Departamento de Geografia do Centro de Ciências (UFC)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Luiz Américo Filho e Ilma Pereira Silva, pela força e contribuição na minha vida pessoal e profissional.

À toda minha família, em especial aos irmãos Edilene, Edilberto, Elda e Edna, pelo compartilhamento de experiência e incentivo a mim disponibilizado, ao longo de minha vida.

A meus avós, Francisca Delmira Silva e Luiz Américo (in memória) pela incansável dedicação aos filhos, netos e bisnetos.

Aos meus sobrinhos, Giselle, Gesiel, Ellyelson, Jessé, Ademir Júnior e Natã, pelo carinho.

Ao amigo e pastor Hiram e sua esposa Anna Karlla, pelo apoio e companherismo durante o tempo em que estive em Caponga.

À Maná, que se tornou uma grande e querida amiga e cúmplice de muitos momentos. Obrigada pela amizade gratificante.

Ao querido Nino, que acompanhou todo esse processo desde a seleção do mestrado até a realização da dissertação, incentivando-me durante a realização desse trabalho, inclusive se disponibilizando em me acompanhar, nas constantes idas ao campo, para a realização das observações, entrevistas e coleta dos registros fotográficos.

AGRADECIMENTOS

A minha existência, perseverança, coragem e dedicação em todos esses anos de estudos, agradeço a Deus.

A meus pais, cujo carinho e apoio funcionaram como alicercere para minha fortaleza.

Em especial, à minha orientadora, Maria Salete e Souza, pelo que contribuiu para a concretização da dissertação, e, principalmente, pela presença e ensinamentos durante a graduação.

Aos professores, José Borzacchiello da Silva e Zenilde Baima Amora, pelas contribuições na banca de qualificação e defesa da dissertação.

Aos professores do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), e do Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pelas discussões de grande relevância para minha formação.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa de estudos em boa parte do curso do mestrado.

A todos os colegas da turma do mestrado, em especial ao(a): Alex, Angêla, Débora, Clébio e Luzianny, pelo convívio, compartilhamento de algumas angústias e pelas discussões enriquecedoras durante o curso.

Às amigas Edvani e Helissandra, pelas ricas contribuições durante a realização deste trabalho.

À ONG Ação Novo Centro e à SEPLA, pelas informações, dados e projetos disponibilizados, referentes ao Centro de Fortaleza.

A todos que contribuíram, de alguma forma, na realização deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo analisa as diversas territorialidades que se constroem nas praças do Passeio Público, do Ferreira e José de Alencar nos dias atuais, centrando a análise no cotidiano dos diferentes atores sociais que ali desempenham suas atividades, delimitando assim seus territórios. As praças em estudo localizam-se na área central de Fortaleza, e constituem-se como os espaços mais dinâmicos da cidade. Considerando o território como produto da apropriação de um determinado segmento do espaço por um grupo social, verifica-se que relações de controle, afetiva, ou de pertencimento são ali estabelecidas. Desse modo, o trabalho foi norteado por algumas indagações consideradas pertinentes ao estudo no sentido de compreender os processos de ordem econômica, política e cultural que ocorreram para que as praças perdessem suas tradicionais funções como local primordial de encontro, de lazer, de contemplação e de sociabilidade. Identificou-se que o uso atual das praças difere muito daqueles dos séculos XIX e XX, período de *glamour* do centro, onde as praças se assemelhavam aos belos jardins europeus. Nessa época, prevaleceu no embelezamento da cidade a influência de estilos arquitetônicos de cidades européias, com a presença de praças arborizadas, 'quiosques', edifícios elegantes, hotéis, entre outros equipamentos, que convidavam a sociedade ao lazer e a sociabilidade. Cada praça com sua singularidade e peculiaridade, atraía a sociedade cuja freqüência a esses espaços era constante, devido à concentração das funções residenciais, comerciais, de serviço e lazer, que proporcionavam uma grande convergência das atividades na área central. Nesse contexto, Fortaleza encontrava-se organizada de forma monocêntrica em torno dessa zona, com um poder agregador das principais atividades econômicas e culturais da cidade. A partir de 1970, iniciou-se a descentralização dessas atividades da área central associada à fragmentação dos espaços e a incorporação do processo de metropolização. Essas mudanças trouxeram novas formas e funções aos diferentes espaços do Centro. Por exemplo, as praças antes voltadas à animação e ao lazer, adquiriram novas funcionalidades conforme as mutações urbanas e os interesses administrativos e de gestão da cidade. Assim, ao longo da história dessas praças as transformações sociourbanas moldaram-nas para que as mesmas assumissem, principalmente, a função de um lugar de passagem, devido ao ritmo acelerado incorporado no cotidiano dos cidadãos. De modo que, hoje, a apropriação dos espaços públicos da cidade se efetiva de forma diferente dos tempos passados e se manifesta principalmente com a presença das classes populares que objetivando melhores condições de vida territorializam a maioria das praças da área central. Não obstante a existência de outras áreas de lazer eleitas pela sociedade fora do perímetro central, alguns logradouros do centro ainda mantem a função de congregação social no contexto da metrópole.

Palavras-Chave: espaços públicos, territorialidades e área central.

ABSTRACT

The present study analyses the several territorialities which are built in the squares such as *Passeio Público*, *Praça do Ferreira* and *Praça José de Alencar*, in the present days, centering the analysis in the daily life of the different social actors, who fulfill their activity in those places delimiting, this way, their territory. The public squares which are being studied are situated in the central area of Fortaleza and are constituted as the most dynamic areas of the city. Considering the territory as a product of appropriation of a certain segment of the area by a social group, it is ascertained that relations of control, emotional or of belonging are established in such territory. Thus, this research was guided by some inquiries which were considered part of the study in the sense of understanding the processes of economical, political as well as cultural order which took place in a way that the public squares would lose their traditional functions as a prime place of meetings, leisure, contemplation and of sociability. It was concluded that the present-days use of the public squares differs a great deal from that of the 19th and 20th centuries, the period of glamour of the city center when the public squares were similar to the beautiful European gardens. There was, in those times, the prevalence, in the beauty of the city, of the influence of the architectonic styles of European cities with the public squares all planted with trees in, with kiosks, elegant buildings, hotels, among other things which would invite the society to leisure activities and sociability. Each square with its own uniqueness and peculiarity would attract the society whose frequency to such areas was common due to the concentration of different functions such as: residential, commercial, leisure and of service, which would offer a great convergence of activities in the central area. In such context Fortaleza was organized in a monocentric way around this area, with the aggregating power of the main economical and cultural activities of the city. Departing from 1970, the decentralization of such activities of the central area, associated to the fragmentation of spaces and the incorporation of the metropolization process was begun. Such changes brought new forms and functions to the different spaces in the downtown area. For instance, the public squares which were once devoted to leisure and animation activities acquired new functionalities according to urban mutations and to the administrative interests of the city management. Thus, throughout the history of such public squares, the socio-urban changes shaped them in a way that they would assume, mainly, the function of a passageway place due to the hasty rhythm incorporated to the daily life of the city dwellers. Therefore, nowadays, the appropriation of public areas in the city is made differently from old days and it is made known specially with the presence of popular classes, which, aiming better conditions of life, territorializes most of the public squares in the central area. Notwithstanding the existence of other leisure areas elected by the society, out of central perimeter, some public parks of the city center still maintain the functions of social congregation in the context of the metropolis.

Key-words - public spaces, territoriality and central area.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASCEFORT - Associação dos Empresários do Centro de Fortaleza
BNH - Banco Nacional de Habitação
CODEF - Coordenadoria e Desenvolvimento Urbano de Fortaleza
EMCETUR - Empresa Cearense de Turismo
GMF - Guarda Municipal de Fortaleza
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços
INOCS - Inspetoria Nacional de Obras Contra as Secas
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS - Imposto Sobre Serviços
LEGFOR - Legislação Urbanística do Município de Fortaleza
METROFOR - Trem Metropolitano de Fortaleza
ND - Não Dispõem de Estatística Individualizada de Emprego
PDDU - FOR - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza
PLANDIRF - Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza
PM - Polícia Militar
RMF - Região Metropolitana de Fortaleza
SEINF - Secretaria Municipal da Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano
SEPLA - Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento
SER II - Secretaria Executiva Regional II
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SUS - Serviço Único de Saúde
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNIFOR - Universidade de Fortaleza
ZU 1 - Zona Urbanizada 1

LISTA DE FIGURAS, FOTOS E QUADRO

	Pág.
FIGURAS	
FIGURA 1 - Localização das Praças.....	15
FIGURA 2 - Planta de Silva Paulet - 1818.....	47
FIGURA 3 - Planta de Manuel do Rego de Medeiros - 1856.....	49
FIGURA 4 - Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios de Adolfo Herbster - 1875.....	55
FIGURA 5 - Praças do Centro.....	81
FIGURA 6 - Territorialização da Praça do Ferreira.....	105
FIGURA 7 - Territorialização da Praça José de Alencar.....	123
FIGURA 8 - Territorialização do Passeio Público.....	140
FOTOS	
FOTO 1 - Café do Comércio Praça do Ferreira, século XIX.....	87
FOTO 2 - Bonde a tração animal, século XIX.....	88
FOTO 3 - Resquícios da Cacimba do século XIX, Praça do Ferreira, 2005.....	88
FOTO 4 - Jardim 7 de Setembro, Praça do Ferreira, início do século XX (Gestão Guilherme Rocha).....	90
FOTO 5 - Jardim 7 de setembro, na Praça do Ferreira, na gestão de Godofredo Maciel, 1925.....	93
FOTO 6 - Coluna da Hora, na gestão de Raimundo Girão, 1933.....	95
FOTO 7 - Abrigo Central, meados do século XX.....	96
FOTO 8 - Praça do Ferreira sem o abrigo central e a coluna da Hora, final do século XX.....	97
FOTO 9 - Trilha realizada pelos professores e alunos do SESC (aniversário da cidade) 2005.....	100
FOTO 10 - Manifestação dos servidores públicos Federais, jun/2005.....	101
FOTO 11 - Estudantes e professores da UECE encenam uma peça,	

mai/2005.....	101
FOTO 12 - Assembléia dos professores da rede estadual de ensino, jun/2005.....	102
FOTO 13 - Praça do Ferreira, dez/1997.....	103
FOTO 14 - Territorialização dos evangélicos, Praça do Ferreira, 2006.....	106
FOTO 15 - Territorialização dos aposentados, Praça do Ferreira, 2006.....	108
FOTO 16 - Caixa Econômica Federal do Ceará, 2005.....	110
FOTO 17 - Hotel Excelsior, 1930.....	112
FOTO 18 - Praça Marquês do Herval, atual praça José de Alencar, início do século XX.....	115
FOTO 19 - Teatro José de Alencar, pátio interno, dez/1997.....	116
FOTO 20 - Beco da poeira, 2005.....	119
FOTO 21 - Quiosques, 2005.....	126
FOTO 22 - Avenida Caio Prado, Passeio Público de Fortaleza, início do século XX.....	134
FOTO 23 - Avenida Mororó, no centro do Passeio Público de Fortaleza em 1880	134
FOTO 24 - Avenida Caio Prado, início do século XX.....	135
FOTO 25 - Clube Iracema no Palacete Ceará na Praça do Ferreira, início do século XX.....	137
FOTO 26 - Territorialidade dos Evangélicos, Passeio Público, 2005.....	141
FOTO 27 - Territorialidade das Vendedoras de Café, Passeio Público, 2005.....	143
FOTO 28 - Palace Hotel em frente ao Passeio Público, início do século XX.....	144
FOTO 29 - Reconstituição do Antigo Hotel do Norte, 2005.....	144
FOTO 30 - Santa Casa de Misericórdia, 2005.....	145

QUADRO

QUADRO 1 - Comparação entre a Arrecadação de Impostos do Centro e seus principais Concorrentes (2002)	76
--	----

SUMÁRIO

	Pág.
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	07
Lista de Figuras, Fotos e Quadro.....	08
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. A PRAÇA NO CONTEXTO DA CIDADE.....	19
1.1 A praça e seu significado	19
1.2 Do espaço público ao território	26
CAPÍTULO 2. EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA E MUDANÇAS NA ÁREA CENTRAL	42
2.1 Da vila à cidade	43
2.2 Fortaleza do século XIX: transformações urbanas	45
2.3 Fortaleza metrópole - descentralização e formação dos sub-centros.....	61
CAPÍTULO 3. AS PRAÇAS E SEUS USOS: TEMPORALIDADES E TERRITORIALIDADES.....	79
3.1 As temporalidades e as territorialidades.....	82
3.2 A Praça do Ferreira.....	84
3.3 A Praça José de Alencar.....	114
3.4 O Passeio Público.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
BIBLIOGRAFIA.....	154
APÊNDICE	163

INTRODUÇÃO

É imprescindível a compreensão dos efeitos causados pela modernidade sobre as mudanças no modo de vida da sociedade fortalezense, principalmente, porque tais efeitos interferem na dinâmica dos hábitos de vida da mesma, transformando-a.

O estudo dos espaços públicos e de suas atividades inseridas no contexto da cidade, remete-nos a uma discussão em âmbito mundial, e, de forma especial, “*in situ*”, pois embora as inovações tecnológicas atuem diretamente na transformação do espaço, de forma generalizada, muitas destas modificações só podem ser explicadas em nível de realidade local.

Segundo Gomes (2002)

um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva. (GOMES 2002, p.172).

Desse modo, o espaço urbano constitui um produto social em constante processo de transformação e seu estudo torna-se necessário para uma maior compreensão do uso que o homem faz do mesmo, e das mudanças ocorridas naquele espaço, ao longo do tempo. Assim, procura-se compreender quais fatores vieram contribuir na transformação do uso das praças em estudo. Como espaços tão privilegiados pelas sociedades passadas, como local de lazer e sociabilidade vieram a se configurar, primordialmente, em local de consumo. Que processos de ordem econômica, política e cultural ocorreram e ocorrem para que esses espaços públicos percam suas antigas funções?

Ao analisar o intra-urbano¹ no Brasil, Villaça (1998) considera que uma das mais profundas transformações estruturais das cidades está ligada à tendência das pessoas de classe social mais alta ao distanciamento do Centro. Dessa forma, o centro principal passou a ser ocupado pelo comércio e serviços destinados ao atendimento das camadas populares².

No caso de Fortaleza, alguns fatores são apontados para justificar a perda das funções tradicionais daquele bairro. Além da função residencial, que foi direcionada, de grande parte da sua extensão, para outras áreas da cidade, um outro fator veio a ocorrer a partir da segunda metade do século XX: a valorização do litoral pelos poderes públicos (municipal e estadual) e também pela iniciativa privada. Atividades, como o lazer, entre outras, passaram a se concentrar na área litorânea. Outras, como as comerciais e de serviços foram se estabelecendo pelos novos bairros.

Essas mudanças, ao longo do tempo, trouxeram novas formas e funções aos diferentes espaços do Centro. Por exemplo, as praças, antes voltadas à animação e ao lazer, adquiriram novas configurações, de acordo com as transformações políticas, econômicas e culturais da cidade. Outrora, as praças eram ajardinadas e com objetos decorativos de origem portuguesa, refletindo ainda resquícios da mordomia, dos tempos da Coroa. “À noite, famílias inteiras, enxameavam-se naquela vegetação luxuriante.” (AZEVEDO, 1992, p. 40).

Com o passar dos anos, as praças da área central, foram adquirindo novas funções, de acordo com a expansão urbana, transformações econômicas e sociais e também interesses administrativos e de gestão da cidade. Ao longo da história das administrações municipais, as praças vêm sendo alvo de transformações, fruto das investidas dos gestores que mostram pouco compromisso em conservar as marcas

¹ A expressão espaço urbano, bem como estrutura urbana, estruturação urbana, reestruturação urbana, e outras congêneres, só pode referir-se ao intra-urbano. (VILLAÇA, 1998, p.18).

² Segundo Villaça (1998, p. 283), no Brasil, na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de ‘decadência’ do centro é tão somente sua tomada pelas classes populares, justamente sua tomada pela maioria da população, ele é o centro da cidade.

espaciais deixadas pelas gerações pretéritas. A cada nova administração, as mesmas são destruídas e reformadas, e assim, vão ganhando novas formas. A exemplo de tais modificações, temos as praças do Ferreira e José de Alencar, que geralmente incorporam novas formas, pela intervenção dos organismos gestores da cidade.

Atualmente, algumas delas perderam quase que totalmente a função a que haviam se destinado, ou seja, de local do passeio, do encontro e da sociabilidade para as classes privilegiadas economicamente. Muitas se caracterizam hoje como um local barulhento e caótico, devido ao movimento frenético dos transeuntes e vendedores ambulantes. Perderam-se no tempo a beleza romanesca das antigas praças e a funcionalidade que as mesmas proporcionavam. No centro da cidade, ela passou a ser lugar de passagem de pedestres, de circulação do comércio ambulante, assim como ponto de encontro, trabalho, serviços, diversão e, no caso particular da Praça do Ferreira, de sociabilidade para alguns segmentos da população, notadamente os aposentados, testemunhas do final dos ‘tempos áureos’, quando jovens e letrados discutiam do futebol ao destino político e econômico do País.

A realidade atual do cotidiano das praças de Fortaleza nega seu antigo significado, enquanto espaço de diálogo e sociabilidade para a “alta sociedade” passada. De todo modo, hoje, torna-se complexo entender e explicar, o que as praças representam para os cidadãos. Segundo SILVA FILHO, “O valor simbólico que envolve esse local de intensas relações fica oculto na cidade, pelo fato de que a maioria das pessoas não percebe o valor histórico-cultural que a praça representa para a cidade”. O valor objetivado é justo o do uso que as pessoas fazem do local, como exemplifica o mesmo autor: “Os segmentos populares ainda mantêm um convívio intenso e diversificado nas praças (...) do centro da cidade. Ali são gravadas as marcas de sua presença, transformando-as em locais de trabalho, encontro e lazer.” (SILVA FILHO, 2004, p. 43).

A delimitação do Bairro Centro, segundo a Legislação Urbanística do Município de Fortaleza (LEGFOR - 2003)³, compreende: ao norte o oceano Atlântico; ao sul a Avenida Domingos Olímpio, ao leste a Rua João Cordeiro e a oeste a Avenida Filomeno Gomes, área correspondente à identificação do Centro expandido. A localização do Centro analisado por esse objeto de estudo refere-se ao tradicional, também conhecido como Centro Histórico, o qual está inserido no quadrilátero formado entre a Avenida Presidente Castelo Branco e Rua Sena Madureira e as Avenidas do Imperador e Duque de Caxias. (FIGURA 1). Esse núcleo central se caracteriza principalmente pela concentração da atividade comercial e pela escassez de residências.

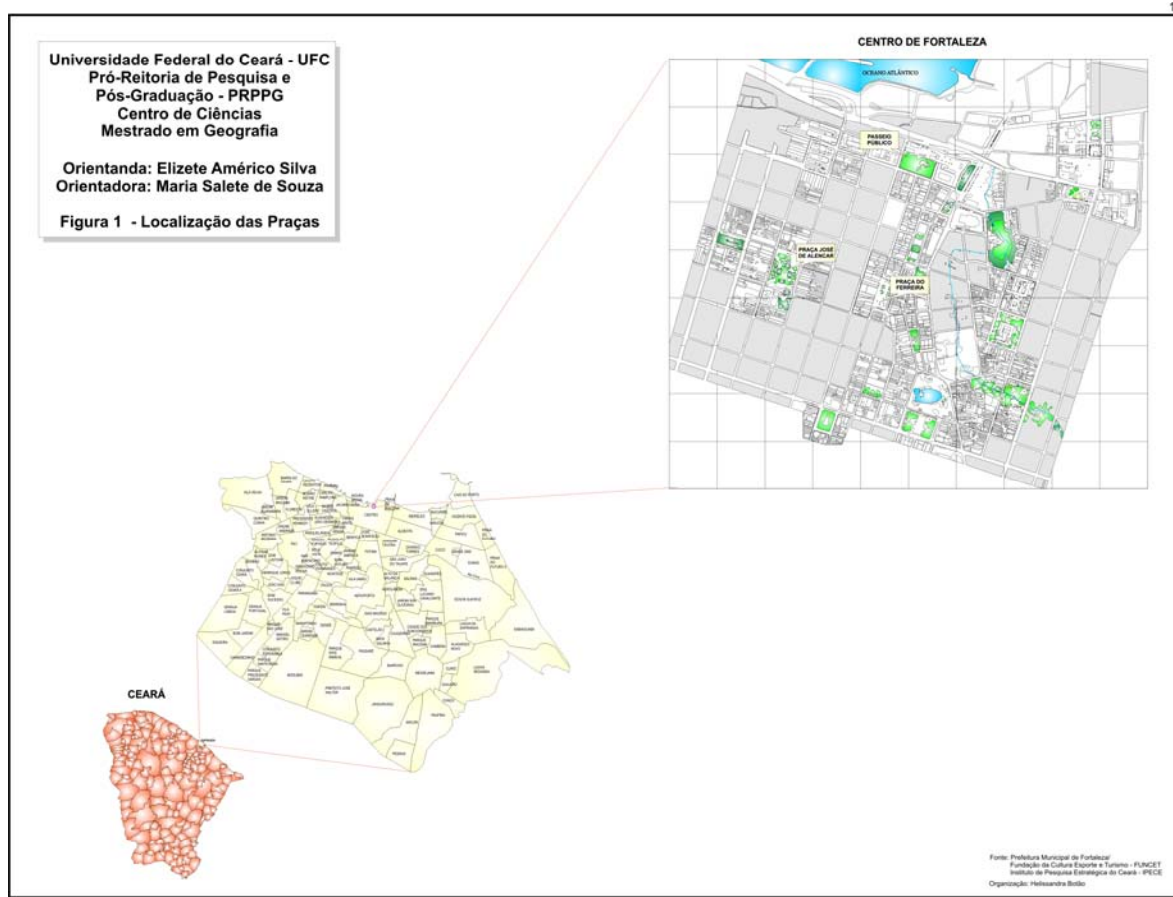
Procurou-se analisar a formação das diversas territorialidades que se estabeleceram nas praças da área central: o caso da praça do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, centrando o estudo empírico nos dias atuais e, para tanto, foi de extrema relevância tomar-se conhecimento das transformações que ocorreram nesses espaços ao longo de sua história, e, mais ainda, identificar os usos e funções dos mesmos nas temporalidades passadas, verificando como, ao passar dos anos, as reformas realizadas nas gestões municipais contribuíram para a perda identitária destes espaços públicos e as novas funcionalidades dos mesmos.

O estudo desses espaços públicos foi embasado através da pesquisa bibliográfica referente ao tema em questão, constando de publicações em periódicos, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa na internet, monografias, teses, material cartográfico etc. Esse levantamento de informações permitiu um aprofundamento do referencial teórico e das categorias de análise que foram desenvolvidas na dissertação.

Para a efetivação do trabalho empírico, baseou-se predominantemente na conceituação teórica de Souza (1995) que discute o tema território e territorialidade. Para esse autor,

³ O LEGFOR não é um documento oficial.

o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou *redes de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). (SOUZA, 1995, p. 86).



Ainda analisando esse conceito o autor considera que os territórios são antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades, podem ser estáveis ou instáveis, formar-se e dissolver-se em um rápido intervalo de tempo, ter existência regular ou periódica, podem ser contínuos ou não, podem ter um poder exclusivo ou não, enfim, devem ser entendidos como territorialidades flexíveis.

Diante dessa análise, procurou-se identificar a delimitação das territorialidades nos espaços públicos em estudo, mostrando a representação dos mesmos e trabalhando os elementos desse conceito, como: territorialidades, limites e flexibilidade, no âmbito do vivido pelos atores sociais. Nesse caso específico entender a territorialidade flexível nesses espaços como um lugar ocupado por determinados segmentos sociais, significa trabalhar com diferentes domínios em um mesmo substrato material.

Realizou-se um estudo exploratório, constando de visitas à área, objeto de estudo, com a finalidade de observar o local, identificar os diferentes atores sociais e realizar as entrevistas. Procurou-se trabalhar com a metodologia da observação não participante, na qual o pesquisador não precisa permanecer entre os grupos observados, fazendo observação no processo de convivência. Assim, as visitas foram desenvolvidas no período compreendido entre 2004 a 2006, na temporalidade diurna e noturna, sendo registrado o dia e a hora em caderneta de campo para uma melhor percepção dos dados coletados. Aliadas às observações de campo, as quarenta entrevistas semi-estruturadas, aplicadas junto aos principais atores sociais, foram de extrema relevância na análise e identificação das diferentes territorialidades que ali vêm se estabelecendo.

A identificação dos atores sociais e suas respectivas territorialidades e temporalidades foram estabelecidas de acordo com o uso e área de atuação dos mesmos nesses espaços públicos. Desse modo, do total geral das entrevistas foram realizadas dezessete na praça do Ferreira, quatorze na praça José de Alencar e nove no Passeio Público. A quantidade de entrevistas variou de acordo com o dinamismo desses espaços públicos, sendo o Passeio Público o local menos dinâmico da área estudada. O presente trabalho consta, também, de registros fotográficos, auxiliando na documentação e na representação plástica da apropriação das praças analisadas.

O estudo das três praças: do Ferreira, José de Alencar e Passeio Público, localizadas na área central da cidade, fundamentou-se em alguns conceitos básicos, indispensáveis na compreensão da análise. Buscou-se trabalhar os conceitos de espaço público, área central, território e territorialidade, recorrendo-se à literatura especializada sobre o assunto, nas áreas da história, geografia, arquitetura, sociologia e filosofia.

O conceito de espaço público foi trabalhado a partir de alguns autores, a saber: Paulo César da Costa Gomes (2002), Margarita Barreto (1996), Ângelo Serpa (1998), entre outros, mostrando a importância do mesmo como 'espaço comum da sociedade' e sua apropriação de forma indevida, privando algumas pessoas do seu acesso.

Com relação aos conceitos de território e territorialidade, esse mesmo foi fundamentado nos trabalhos de alguns autores que vêm trazendo o assunto à luz, a saber, Rogério Haesbaert (1997 e 2004), Marcelo de Souza (1995) etc. Para Haesbaert, este considera o território como produto da apropriação de um determinado segmento do espaço por um grupo social, verificando-se que relações de controle, afetivas ou de pertencimento são ali estabelecidas. As praças são espaços compostos por diversos territórios e diferentes atores sociais que desempenham suas atividades individualmente, existindo um limite respeitado por todos.

Procurando estabelecer um caminho teórico-metodológico, julgou-se serem estes os principais conceitos inerentes à temática em questão e se estruturou o trabalho em três capítulos contendo uma maior discussão dentro da temática desse estudo.

Quanto às praças, foi desenvolvida, inicialmente, uma análise referente ao seu significado, o que constituiu o primeiro capítulo do trabalho, buscando demonstrar o que a praça representava no passado e qual era a sua importância no contexto da cidade, procurando identificar a constituição dos territórios nesses espaços públicos.

No segundo capítulo, concentrou-se a análise nos aspectos da cidade de Fortaleza, do século XIX ao XX, mostrando como se efetivou o crescimento da cidade a partir da área central, sendo apontados alguns fatores tidos como relevantes para que tal processo viesse a ocorrer, como a concentração de capital e a fixação de pessoas de melhor poder aquisitivo naquela área da cidade.

No capítulo três analisaram-se as praças e suas territorialidades a partir de um estudo empírico, fundamentando-se, teoricamente, nos autores estudiosos da temática em questão, referidos anteriormente. Além dos registros fotográficos e das visitas realizadas, deu-se a execução das entrevistas junto aos diferentes atores sociais que vêm se apropriando das praças do Centro. Foi mostrado também como as praças se configuravam em épocas passadas e, então, qual o significado desses espaços públicos para a sociedade, e como ao longo do tempo as mesmas vieram se transformando e perdendo o sentido primordial para o qual eram destinadas. Nesse capítulo, verifica-se a concentração dos depoimentos coletados através das entrevistas realizadas na área da pesquisa e da imprensa. E por último, buscou-se mostrar o que as gestões administrativas vêm procurando fazer, para que o Centro deixe de ser estigmatizado como o 'local dos excluídos'.

CAPÍTULO 1. A PRAÇA NO CONTEXTO DA CIDADE

O primeiro espaço urbano construído para cumprir o papel conferido aos espaços públicos, em particular, às praças, foi a⁴ ágora na Grécia. Esse espaço possuía, no contexto da cidade na qual se inseria, um aspecto simbólico e de grande importância na cultura daquele povo. A ágora grega era o espaço no qual se praticava a democracia, sendo o lugar, por excelência, da discussão e do debate de idéias entre os cidadãos.

Este capítulo faz uma abordagem da representação que os espaços públicos (praças) tiveram nas sociedades passadas e qual o significado dos mesmos na atualidade. Foram analisados também os conceitos de espaço público, território e territorialidade, objetivando identificar o desenvolvimento da manifestação e apropriação das territorialidades nos espaços públicos.

1.1 A praça e seu significado

Para que se compreenda a importância dos espaços públicos, hoje, faz-se necessário reportar-se às diferentes significações que a praça assumiu nas distintas épocas, na história da sociedade, e como tais elementos vieram refletir nos usos das mesmas.

⁴ Alguns autores utilizam a terminologia no masculino e ou no feminino.

Assim, pode-se considerar que a história dos espaços públicos teve sua origem com a *ágora* ou o *ágora*, como querem alguns autores, porque era em torno dela onde se processava a rotina diária social. Antigamente, segundo relatos, na civilização grega não existia um padrão para a forma do *ágora*, sendo geralmente um espaço aberto de propriedade pública com formato irregular e amorfo, mas que se constituía em áreas destinadas ao encontro coletivo.

Sobre as funções do *ágora*, Mumford (1998) considera que:

se, na economia do século V, o *ágora* pode ser apropriadamente chamado uma praça de mercado, sua função mais antiga e mais persistente foi a de ponto de encontro comunal. Como de hábito, o mercado era subproduto do ajuntamento de consumidores, que tinham outras razões para se reunirem além de fazerem negócios. (MUMFORD, 1998, p. 166).

Mas foram nesses espaços, regados de transações pessoais que se firmaram, por muito tempo, as atividades de entretenimento social; local de assembléia e centro festivo, onde 'a gente da cidade ia se reunir'.

Segundo Casé (2000)

foi, por exemplo, a *ágora* - praça exclusiva para pedestres, área urbana criada na cidade grega - que despertou no indivíduo (cidadão) a idéia de liberdade, da equidade e da fraternidade. O exercício coletivo destes valores éticos, conquistados no meio urbano, deu origem à democracia. (CASÉ, 2000, p. 92).

Admite-se que, da *ágora*, constituído em um espaço aberto, descende a maioria dos espaços de sociabilidade dos países latinos, qual seja o caso dos cafés que proporcionavam os encontros, as conversas, discussões etc.

O grau de importância de uma cidade é atribuído não só aos destaques apresentados pelos aspectos econômico, político e social. Associados a esses aspectos, merece ser mencionado a implementação dos equipamentos urbanos e edifícios arquitetônicos contidos na cidade. As praças são um desses atributos urbanos, que exercem a função insubstituível de espaço aglutinador do encontro e da convivência. “Ela funciona como uma assembléia, onde se desenvolve sua consciência da comunidade.” (Op. cit. p. 56).

As transformações ocorridas na sociedade industrial ampliam-se refletindo e alcançando o âmbito das cidades, de modo que, a história das cidades é fomentada pela interação e atuação dos atores urbanos através do compartilhamento de experiências coletivas nos espaços públicos e privados.

Esses espaços públicos apresentam-se na cidade, retratando os diferentes períodos históricos da sociedade. Casé (2000), ao visitar algumas cidades européias, enfatiza o valor simbólico e a emoção de contemplar as praças e, ao mesmo tempo, externaliza o sentimento de frustração em notar que alguns daqueles espaços deixaram de cumprir sua função principal como elemento de congregação da população, para tornar-se, acentuadamente, um objeto visual. Em sua descrição, comenta:

ainda no aeroporto de Barajas, na ocasião de minha segunda visita a Madri, já pressentia as emoções de rever a Praça Mayor com a austeridade de sua rígida forma geométrica, o desenho do seu piso de rústico empedrado, a sobriedade da assimetria de seus edifícios sobre arcadas, seus nove pórticos - pórticos que a conectam com a cidade e o alto pedestal do Monumento a Philippe III, marcando o centro da composição. (...). Que decepção! Um enorme palco e uma platéia, em arquibancada, haviam sido armados para a apresentação de um evento cultural vindo a modificar completamente a percepção do espaço e interferir na captação da atmosfera, por mim sentida, na ocasião passada. (CASÉ 2000, p. 57).

O Autor se reporta ainda à Praça de San Marco⁵, em Veneza e à Praça Vermelha, em Moscou e, além de retratar sua inigualável beleza arquitetônica, destaca o valor histórico-cultural exercido pelas mesmas.

A significação das praças, antigamente, constituía-se no local do encontro espontâneo entre as pessoas, na promoção das atividades lúdicas e de lazer. Com a revolução da tecnologia, os espaços da cidade também se modificaram, incorporando novas tendências arquitetônicas, aglutinadas às formas passadas, existentes.

Assim, em meio a tantas transformações integradas aos espaços públicos da cidade, há quem defenda a idéia de que “é o fim das praças”, na perspectiva de serem local de encontros espontâneos e gênese dos grandes acontecimentos dos cidadãos. De acordo com o pensador francês Paul Virilio, a praça não é mais o foco gerador da informação para a sociedade, em detrimento da televisão que inunda a casa com notícias, como uma janela para o mundo. É bem verdade que esse meio de comunicação podou mais as concentrações em torno desses logradouros, mas não a ponto de extinguir todas as práticas que circundam os mesmos. Casé (2000), reconhecendo tal fato, afirma:

estes espaços públicos não se reduzem apenas como um local para discussão e troca de informações, para além dessa característica os mesmos resguardam o valor simbólico e de concentração social. A praça perdeu seu poder de ser informativa, mas manteve seu poder aglutinador. (CASÉ, 2000, p. 63).

⁵ É extremamente emocionante, sobretudo um estímulo para um arquiteto, presenciar tanta gente de origem, raça e credo deferentes observando extasiada o espetáculo arquitetônico que a cidade de Veneza exhibe. A Praça San Marco, em particular, (...) com a riqueza resultante das diversas formas históricas e a sensível hierarquização de seus componentes, forma um conjunto tão maravilhosamente harmônico que comprova a competência do homem em criar, utilizando instrumentos e técnicas racionais, uma obra tão comovente e sensível quanto aquelas resultantes da exclusiva expressão da natureza. (CASÉ, 2000, p. 59).

São vários os fatores que vêm contribuindo sobremaneira para que as praças percam alguns atributos do cotidiano da sociedade urbana, mas talvez não seja o caso considerar que 'é o fim da praça'. Todavia, na atualidade, é um desafio que esses espaços possam, ainda, desempenhar a sua função principal que é o convívio comunitário. Ainda, citando Casé,

para que a *ágora* contemporânea supere a condição de mera ocorrência paisagística, fato que reduz seu significado urbano, deve ser reinterpretada, tornando-a capaz de reproduzir novas formas de identidade, de desenvolver uma dimensão estética evoluída e de, não obstante, reter a memória urbana. (Op. cit. p. 64).

Em diversos momentos da história, a praça constituiu-se como espaço de sociabilidade, de alteridade. Nesse sentido, pode-se considerar também que é nela que se constitui a resistência de um local, através do resgate da identidade histórico-cultural da sociedade que utiliza esses espaços com frequência. "Para cumprir este papel, ela precisa incorporar a musicalidade de antigos coretos e resgatar a alegria das festas ancestrais, reinterpretando-as com equipamentos de lazer ativo que produzam a mesma animação, intensidade e vibração percebida na televisão." (Op. cit. p. 63).

Para que se compreenda o resultado das modificações que se processaram nesses espaços públicos ao longo do tempo, faz-se referência à Caldeiras (1998 apud MARENGO 2002), que afirma ter a praça passado por "três momentos distintos de transformação funcional", respectivos a três estruturas também distintas: a praça enquanto espaço político, na Idade Antiga; de comércio, na Idade Moderna e espaço de lazer, no mundo contemporâneo. Na Idade Antiga, tanto no caso grego, quanto no romano, os prédios públicos concentravam-se na praça. Na Idade Média, o significado da praça ia além de um espaço de sociabilidade, no qual se realizavam feiras, festas, procissões. A praça pública também era o local onde se demonstravam o poder das leis, através dos julgamentos e das execuções públicas. Porém, ainda na Idade Média, a "consciência de cidade era captada pela experiência do indivíduo de vivenciar os espaços." (CALDEIRAS, 1998, p. 21 apud MARENGO 2002).

Somente no Renascimento surgia uma concepção político-social de cidade, concomitante à noção de planejamento urbano como instrumento de intervenção política. A partir daí, criava-se a idéia de praça ligada aos interesses de uma elite política e/ou econômica. O estado absolutista francês transformava, assim, a praça em algo monumental, cenário para as demonstrações de poder da realeza. O estado burguês inglês, fechava as praças para as manifestações festivas de caráter popular. Aqui a praça tornava-se um símbolo de “status” e degenerou-se como um espaço de alteridade.

No final do século XIX, nascia uma nova arquitetura que se propunha a higienizar as grandes cidades, facilitando a circulação dos eventos e o escoamento das águas pluviais, na intenção de erradicar os surtos epidêmicos. A arquitetura higienista colocou as praças numa posição secundária, como exemplifica Marengo: “os mercados e os pequenos comércios de rua sofrem a concorrência das lojas de departamentos e a rua transforma-se no espaço do deslocamento, (...) da circulação.” (CALDEIRAS, 1998, p. 44 apud MARENGO 2002).

O século XX é marcado pelo “planejamento racional do espaço urbano e pela arquitetura modernista, defensora dos espaços abertos, com o intuito de torná-los mais aptos a serem controlados pelo Estado, instância política responsável em administrar o desenvolvimento social e da malha urbana”. (HOLSTON, 1996 apud MARENGO, 2002).

É nesse contexto funcionalista que a praça, na arquitetura modernista, vê-se despojada de seu caráter coletivo. O modernismo, com o objetivo de refuncionalizar o espaço, para que este se tornasse mais controlável pelo Estado, transformou a praça em local de passagem, dificultando assim as concentrações e manifestações populares subversivas ao Estado.

Com o advento da modernização, a cidade se reconfigura e além de melhorar a infra-estrutura e incorporar novos equipamentos urbanos, vai modificar também o modo de vida da sociedade. Inclusive, Lefebvre (2001, p. 9-10) ao estudar o duplo processo industrialização-urbanização em escala mundial, faz referência à “Atenas moderna que não tem nada em comum com a cidade arcaica... Os monumentos e os lugares (àgora, acrópole) que permitem encontrar a Grécia antiga não representam mais do que um local de peregrinação estética e de consumo turístico.” E se refere às cidades em geral da América do Sul, ‘cidades cercadas por uma vizinhança de favelas, onde há uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização com pouca industrialização’. Nelas, as antigas estruturas sociais se dissolvem; camponeses sem posse ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência. Esse duplo processo produz o movimento explosão - implosão.

Lefebvre (2001, p. 20) considera que “toda realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Foi preciso que fossem até o fim da destruição de sua realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de sua restituição.”

Assim, trazendo à tona a realidade de Fortaleza, para quem conhece a história da cidade e costuma passar pela área central, é possível observar a multiplicidade do uso dos espaços públicos, ou seja, a distinta apropriação dos mesmos pela população e, de modo especial, a de menor poder aquisitivo, que desenvolve, predominantemente, entre outras atividades, a prática do comércio informal. Para esse segmento social, as praças exercem, principalmente, o sentido de local de sobrevivência, tornando-se ponto estratégico, pois se constituem em espaços de grande dinâmica no contexto da cidade. Tal fato é bastante comum nas cidades brasileiras, nas quais as desigualdades sócio-econômicas são nítidas e especializadas no tecido urbano, resultando assim num processo de diferenciação e exclusão sócio-espacial.

Tais elementos vêm se tornando relevantes para o crescente esvaziamento do espaço público como lugar de convívio e de sociabilidade entre os diversos estratos sociais, ou seja, como espaço de civilidade, de contato e de desenvolvimento das práticas de vivência com o diferente. O contato com o outro acontece, cada vez mais, de maneira segregada e no âmbito de espaços seletivamente públicos, notadamente no caso das classes sociais mais abastadas.

Desse modo, fica evidente a segregação que vem se perpetuando nos espaços urbanos e que, segundo Lefebvre (2001, p. 94), “deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneos (proveniente das rendas e das ideologias) - voluntários (estabelecendo espaços separados) - programados (sob o pretexto de arrumação e de plano).”

Considerando que, geralmente, a cidade é gerida pelos interesses dos atores hegemônicos da sociedade, as políticas públicas direcionadas às classes menos favorecidas proporcionam a estas uma acessibilidade seletiva, no caso do sistema de transporte coletivo este é deficitário em determinadas horas, sendo reduzido a quantidade de veículos, dificultando o acesso rápido e barato da população pobre às áreas mais nobres da cidade. Aspectos assim são determinantes para que referidos espaços públicos incorporem um segmento social em detrimento de outro.

1.2 Do espaço público ao território

Um dos pontos a serem discutidos inicialmente, diz respeito às praças no contexto da cidade como espaços públicos. Essa questão remete-nos a uma discussão sobre a definição atribuída ao vocábulo ‘espaço público’. É corrente uma definição errônea, em considerar público um local que não é privado, ou ainda, um espaço que é

simplesmente definido pela qualidade de livre acesso⁶. A expressão '*público*' traz uma variação de significados, podendo estar associada ao conceito de estatal, gerido pelo Governo, seja na esfera nacional, estadual ou municipal. E também está associado ao uso coletivo ou comum de um determinado espaço público.

Para Gomes (2002, p. 162 e 166),

fisicamente, o espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. E do ponto de vista simbólico poderíamos dizer que esse espaço é composto pelo espetáculo da tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação.

É também nestes espaços públicos, a saber, nas praças, onde ocorrem os conflitos da vida cotidiana da sociedade, nas mais diversas manifestações e comportamentos que vão variar conforme o tempo.

A partir dessa análise, pode se perceber como os espaços públicos da cidade de Fortaleza, em especial, as praças em estudo, vieram perdendo o sentido de uso coletivo como local de sociabilidade da sociedade, de forma que, essa alteração vem atrelada às mudanças ocorridas no domínio público que se processou ao longo do tempo. Segundo Sennett (1998, p. 30) a história das palavras "público" e "privado" é uma chave para se compreender essa transformação básica em termos de cultura ocidental.

Foram os ingleses que empregaram pela primeira vez a palavra *público*, significando o bem comum na sociedade. Em uma esfera global, na história de alguns países, o uso da expressão *público*, veio, paulatinamente, configurando-se de forma diferente do seu significado, a saber:

⁶ Pesquisas demonstram que no imaginário social dos brasileiros o conceito de 'público' equivale a 'de ninguém' (BARRETO, 1996, p. 40).

na Inglaterra e na França o termo público, aplicou-se no sentido de 'bem comum na sociedade' (século XV). Pouco depois, no século XVI o termo refere-se a 'aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral'. No século XVII *público* significa 'aberto a observação de qualquer pessoa' e privado uma região protegida da vida, circunscrita à família e aos amigos. No século XVIII a palavra público passou a significar 'não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também esse domínio público dos conhecidos e dos desconhecidos.' (SENNETT, 1998).

É notório como, à proporção que o tempo passa, a sociedade vai redefinindo o sentido da expressão *público*. O que antes era considerado 'bem comum' passa a se caracterizar como local distante ou diferenciado do familiar. Segundo Sennett (1998, p. 32), "à medida que as cidades cresciam e desenvolviam-se redes de sociabilidade independentes do controle real direto, aumentaram os locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar."

Nesse contexto, foi no século XVIII que veio à tona a construção de grandes parques urbanos e aberturas de ruas com o intuito de proporcionar o lazer através do passeio de pedestres. Foi a época em que

cafés (*coffeeshouses*) e mais tarde bares (*cafes*) e estalagens para paradas de diligências tornaram-se centros sociais. (...). A difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade, de modo que até as classes mais laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios em parques, antes terreno exclusivo da elite. (Op. cit. p. 32).

Para Habermas (1996 apud LEITE, 2004, p. 141) os cafés vão formando uma primeira configuração da noção de público ao propiciarem o encontro das pessoas 'comuns' para o exercício do debate e da troca de informações. (...), ou seja, as discussões, antes restritas ao círculo da nobreza, começavam a se tornar 'gerais', no sentido de que todos deviam e podiam participar, ainda que essa participação fosse limitada a certos grupos que tinham acesso à leitura e à cultura urbana que começava a se fomentar.

No século XVIII, havia um equilíbrio do privado e do público, de forma que o homem considerado um ser social, comportava-se de maneira satisfatória nessas duas esferas, equilíbrio que podia perdurar graças ao controle que a sociedade exercia sobre a vida pública.

A oposição entre vida privada e vida pública ter-se-ia configurado no século XIX, o que veio a originar uma modificação no uso dos espaços públicos da cidade. De forma que,

gradualmente, a vontade de controlar e de moldar a ordem pública foi se desgastando, e as pessoas passaram a enfatizar mais o aspecto de se protegerem contra ela. (...) a família vai se revelando cada vez menos o centro de uma região particular, não pública, e cada vez mais como um refúgio idealizado, um mundo exclusivo, com um valor moral mais elevado do que o domínio público. (SENNETT, 1998, p. 35).

Ao se reportar a esse aspecto, Leite (2004, p. 136) afirma que embora seja na vida pública que o indivíduo melhor se humaniza e se emancipe, é na vida privada que reside o seu refúgio.

A segmentação do espaço urbano, na ânsia de resolver os impasses das necessidades habitacionais e comerciais, contribuiu sobremaneira para o afastamento das pessoas, à medida em que a vida diária se confinava ao individualismo, indo ao ponto de, no século XIX, “os alegres e barulhentos *cafés* e *pubs* se transformaram em espaços nos quais se cultivavam o silêncio.” (SENNETT 1998, p. 255).

Ao estudar o espaço público, esse autor considera marcante, em algumas cidades, a existência do “espaço público morto” na organização do espaço urbano e se reporta a vários casos para retratar o esvaziamento dos espaços públicos, dentre os quais cita o exemplo do primeiro arranha-céu, Lever House de Gordon, construído em Nova Iorque após a segunda guerra mundial, no qual foi construída uma praça ao ar livre, no térreo do edifício. Ele afirma que,

a forma desse arranha-céu internacional está em desacordo com a sua função, pois uma praça pública em miniatura é formalmente declarada, mas sua função destrói a natureza de uma praça pública, que é a de mesclar pessoas e diversificar atividades. (...). O espaço público destina-se à passagem, não à permanência (SENNETT, 1998, p. 26 e 28).

Nesta perspectiva, Leite (2004) ensaia um retrato da realidade brasileira, fazendo um contraponto entre as idéias dos autores Habermas e Sennett, considerando que o primeiro refere-se à esfera pública como espaço social e afirma que este pode constituir-se em diferentes lugares da vida social, inclusive no 'espaço mediático'; de modo diferente, o segundo, refere-se ao espaço público como espaço urbano, cuja dimensão espacial está circunscrita à cidade. A eventual perda do sentido público dos espaços urbanos de Londres e Paris do século XVIII é interpretada por Sennett, como uma crise da vida pública em geral, na medida em que havia uma vida em sociedade.

Para Leite (2004), entender a situação brasileira a partir dessa leitura de Sennett sobre a 'morte' do espaço público torna-se difícil, posto que,

no início do século XX, mais do que ausência de praças, (...), era a ausência de uma cultura pública que obscurecia os limites entre o público e o privado. Nesta época as aristocracias agrárias ainda disputavam com uma burguesia nacional emergente o controle patrimonialista do Estado. Como falar de um colapso de uma sociabilidade pública quando o que havia de vida pública estava ainda fortemente marcado pela mentalidade generalizada de posse privada da vida pública? (LEITE, 2004, p. 137-138).

Dentro desse contexto, "o excesso de poder familiar não apenas retardou a incorporação da cultura pública no Brasil, como também desconfigurou a esfera privada, transformando-a em uma esfera pessoal e não em um estilo de vida próprio do indivíduo." (LEITE, 2004).

A filósofa Marilena Chauí (1996, p. 13), ao analisar a questão dos espaços públicos nas cidades brasileiras, considera que “o espanto não seja a necessidade de chamar uma praça como espaço público; o espanto deve ser o de ter havido na cidade a apropriação privada do espaço público”.

Tais circunstâncias vêm sendo perpetuadas nos espaços públicos do Centro de Fortaleza, onde a maioria das praças tem sido apropriada por determinados grupos sociais que lhe estabelecem uma nova configuração a partir do uso que tais grupos façam daquele local. Em 1930, quando a cidade se configurava monocêntrica, esses logradouros exerciam um uso e função diferentes da atualidade. Essa área era, então, freqüentada, predominantemente, pela classe mais abastada, desenvolvendo-se ali atividades referentes à economia, política, moradia e ao lazer, proporcionando-lhe um grande dinamismo e valor social. Assim, os espaços públicos (praças) se constituíam em *locus* primordial de concentração da sociabilidade fortalezense.

O centro cresceu economicamente, o comércio intensificou-se e com ele o progresso, o tráfego e outros setores inerentes a um grande centro comercial, de forma que, algumas de suas praças, notadamente as principais, objeto deste estudo, passaram a ser utilizadas, principalmente, na atividade do setor informal da economia (comércio ambulante), sendo este considerado um dos elementos preeminentes para a redução paulatina, do uso desses espaços na função do lazer.

Impossível conciliar o novo estágio dos setores comercial e de transportes, bem como o de saúde e serviços que atendiam, agora, não somente à população do centro mas, também, de todos os bairros de Fortaleza, com a moradia confortável e não poucas vezes luxuosa dos habitantes do Centro da cidade. Sim, certamente, devido ao descaso das instituições públicas em relação ao atendimento da população do, então chamado, subúrbio, o setor residencial do centro de Fortaleza aos fins dos anos sessenta, já estava comprometido e se deslocava para locais (bairros) criados para receber esta população insatisfeita com a invasão de suas ruas e praças por populares suburbanos, normalmente advindos dos movimentos migratórios intensificados pelo

crescimento da Cidade. O Centro perdeu uma de suas principais funções e suas praças já não eram o local dos encontros e lazer de seus moradores e afins e sim, local para encontro e vivência de pessoas que vinham de outros bairros, trabalhar, estudar, consultar os médicos ou adquirir qualquer produto ou serviço com um preço mais acessível, com maior variedade e melhor qualidade. Suas praças, como as dos grandes centros do País, passaram de espaços de lazer, encontros informais e discussões políticas, literárias e filosóficas para espaços de convergência de uma população que ia e vinha, tendo-a como um apoio, para antigas e novas necessidades, características de uma cidade em crescimento rápido e de forma desordenada, desembocando no avanço descontrolado da função comercial em detrimento da função residencial.

A apropriação privada dos espaços públicos⁷ é apontada por Gomes (2002), como um dos aspectos determinantes na perpetuação do 'recoo dos espaços públicos'. Referido processo é complexo e pode apresentar-se de forma variada. Segundo o autor, essa apropriação pode ocorrer em uma escala física menor, como é o caso da ocupação de uma calçada, ou ainda, em uma escala maior, quando se trata do fechamento de ruas ou de bairros inteiros.

No caso específico das cidades brasileiras, o crescimento do setor informal da economia: camelôs, guardadores de carros, prestadores de pequenos serviços etc. é básico na manifestação desse processo. Assim,

este setor informal procura se desenvolver, geralmente, nos locais públicos de maior circulação ou de grande valorização comercial, estabelecendo-se nessas áreas que, em princípio, deveriam ser de livre acesso a todos. O livre acesso pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são de interesse comum. (GOMES, 2002, p. 177).

⁷ Referido autor defende a idéia de espaços comuns, ao invés de espaços públicos, ressaltando que: "a cidade é concebida, na modernidade, de forma fragmentada como soma de parcelas mais ou menos independentes, havendo uma multiplicação de espaços comuns, mas não públicos, há um confinamento dos terrenos da sociabilidade e diversas formas de nos extrairmos do espaço público (telefones celulares, fones de ouvido etc.), os modelos de lugares se redefiniram, *shopping centers*, ruas fechadas etc." (GOMES, 2002, p. 174-175). Nesse contexto, o autor considera que há um recoo da idéia fundadora de cidadania que organizou a cidade e a convivência social nos primeiros anos do Modernismo. E que esse recoo da cidadania corresponde a um recoo paralelo dos espaços públicos.

Um exemplo de apropriação desses espaços é a ocupação por camelôs, das ruas e praças, nas principais vias de circulação do centro, estendendo suas bancas e barracas. Há toda uma estratégia de ocupação desses espaços: Eles se originam pela presença física do vendedor com pequenas malas sobre o solo que depois vão se incorporando a estruturas fixas maiores que, se não forem barrados pelos organismos públicos, generalizam-se em um amontoado de barracas permanentes.

Essa é uma realidade na maioria dos logradouros do centro de Fortaleza, inclusive os da área de estudo, sendo neles desenvolvida, predominantemente, a atividade do setor informal. Ao longo do tempo, as gestões municipais vêm procurando controlar essa prática nessa área da cidade e, em alguns casos, têm tomado atitudes severas com o intuito de extingui-la. Mas, em meio a tantas investidas dos organismos públicos, a comercialização informal vem persistindo e, visivelmente, crescendo. Gomes (2002) ressalta que nas cidades brasileiras,

praças transformam-se assim em grandes mercados, e as principais ruas da cidade tornam-se estreitas, pois restam apenas pequenas passagens para os transeuntes. Os lugares da vida pública, do passeio, da deambulação, do espetáculo da coabitação, da idéia de vida urbana, que construíram os grandes projetos urbanísticos do final do século XIX e começo do XX, desaparecem dando lugar a um emaranhado de balcões de mercadorias. A dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor. (GOMES, 2002, p. 177-178).

Essa apropriação dos espaços públicos não se processa só no âmbito da informalidade, ela se processa também pela interferência da classe mais abastada da sociedade. Gomes (2002) cita o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde

nem necessitamos recuar muito no tempo para constatar que, a partir dos anos 80, por exemplo, atrás de um discurso que se manifestava contra o sentimento de insegurança, uma verdadeira corrida pela ocupação das calçadas foi lançada pelos prédios residenciais da área mais valorizada da cidade, a zona sul. O exemplo não tardou a ser seguido mais tarde pelo conjunto dos bairros da cidade. A estratégia consiste em colocar grades de ferro que delimitam um espaço adicional ao prédio. Muitas vezes vasos de plantas ou colunas com correntes de ferro também são usados nessa estratégia. (Op. cit. p. 179).

São vários os casos que poderiam ser citados referentes à invasão dos espaços públicos da cidade. Assim, a apropriação indevida desses espaços resulta não só na degradação física dos mesmos mas também na substituição da idéia de espaço público, devido ao uso inadequado.

Ângelo Serpa (1998, p. 65) cita o sociólogo suíço Lucius Burckhardt procurando ilustrar a situação atual dos espaços de lazer nas grandes cidades brasileiras, quando este considera que “não faltam espaços livres, o que falta é a chance de utilizá-los”. Hoje nas cidades, os espaços públicos tornaram-se áreas de perigo e de medo, de forma que, uma parcela da população busca refúgio, conforto e segurança nos *shoppings centers*, nos clubes e nos condomínios fechados.

A sociedade atualmente, devido às conseqüências normais do progresso e do avanço da desorganização social, busca o isolamento, através de vários equipamentos e serviços disponíveis e facilitadores do cotidiano, o que resulta um novo modo de vida, no qual perdura a tendência das pessoas afastarem-se dos espaços públicos da cidade, preferindo os espaços fechados e seletivos. Os *shoppings centers* e os edifícios da classe mais abastada são exemplos de espaços monitorados e controlados, fato que contribui mais ainda para o “emuralhamento da vida social”, como é denominado o processo de reclusão voluntária por parte das pessoas de classe média, média alta e alta da sociedade. Pode-se considerar que esses espaços fechados representam um “simulacro da condição de cidadania”, uma vez que tenta reproduzir, em uma esfera privada, os espaços públicos da cidade, em detrimento dos mesmos - abertos, e inseguros.

Em virtude do 'abandono' dos espaços comuns pela classe dominante da cidade e da sua recusa em compartilhar uma vida social dentro de um espaço coletivo, surge o fenômeno da ocupação dos espaços públicos por grupos sociais mais pobres que estão, em sua maioria, excluídos da economia formal. Segundo GOMES (2002) "identifica-se, na maioria das cidades brasileiras, a tendência dos espaços públicos se transformarem num local agregador da classe de menor poder aquisitivo. O comércio ambulante de mercadorias, a prostituição, a mendicância, são cenários encontrados no centro das cidades, nas praças, praias etc."

O autor faz menção da utilização dos espaços públicos (praças) pela classe de menor poder aquisitivo na cidade do Rio de Janeiro, onde

as classes populares também comumente são as usuárias majoritárias, sobretudo nos finais de semana, dos grandes centros de lazer ou das grandes praças da cidade, como Quinta da Boa Vista, Parque do Flamengo, Campo de São cristóvão, Largo do Machado, Praça Serzedelo Correia, Campo de Santana, Passeio Público etc. (GOMES, 2002, p. 185).

Semelhantemente a esse tipo de apropriação, Casé (2000) afirma que na década de 1950, a praça Serzedelo Correia foi eleita por um grupo de operários nordestinos como um espaço onde pudessem recuperar e preencher suas necessidades sociais e culturais. Desta forma,

á noite, ou mais tarde ainda aos domingos, como reza por lá, eles envergavam o que tinham de melhor, muitos até usavam perfumes, e outros, munidos de seus instrumentos musicais, se dirigiam, em blocos, para a praça, como se tivessem sido por ela atraídos. Este teatro vivo era o local onde eles se encontravam, se divertiam, cantavam, tocavam música, recebiam cartas e notícias, faziam encomendas, levantavam informações sobre emprego, conheciam suas novas namoradas e se estabeleciam até os mascates. (CASÉ, 2000, p. 169).

Essas manifestações retificam a importância desses espaços públicos como um espaço social de encontro e principalmente, se constitui um grande elemento simbólico de uma cidade.

O autor também faz menção da praça Melvin Jones em 1994, situada na área central do Rio de Janeiro, cuja forma concebida suprimiu da praça a função de ponto de encontro, transformando-a numa mera circulação sem sentido. Descreve dizendo que:

primeiramente, criou-se um lago artificial, que permaneceu, como atualmente, quase seco. Logo após, num gesto de rara inspiração, imaginou-se uma ponte para possibilitar sua travessia. A enfadonha ponte foi construída com uma estrutura tão superdimensionada que resistiria facilmente ao tráfego de caminhões pesados. ...o viaduto representa um ridículo obstáculo que dificulta a caminhada natural do pedestre, exige dele esforços desnecessários para sobrepassá-lo. (Op. cit. p. 226).

Em contra partida, a classe mais abastada da cidade procura se isolar e manter distância através das barreiras da acessibilidade e do poder aquisitivo, que funcionam como um elemento seletivo na participação e inclusão desses espaços.

Atualmente, a idéia de *público* se perdeu, pois se atribui o termo a alguma coisa sem qualidade e principalmente que deve estar relacionado à classe de menor poder aquisitivo. E essa idéia se estende também na desvalorização dos espaços públicos da cidade, uma vez que a maior parte desses espaços são permeados por pessoas desse segmento social.

A enorme desigualdade social, na qual o Brasil tem a liderança mundial, tende a produzir uma vivência do tipo *apartheid*, pois todas as possibilidades de mistura ou de se compartilhar um espaço comum são vistas com desconfiança e evitadas socialmente. Abandonados pelos poderes públicos e pela população que mais efetivamente dispõe dos meios de exercer e reclamar a cidadania, os espaços públicos se convertem em *terra de ninguém*, sem regras de uso, perdem sua característica fundamental, ou seja, a de terreno da convivência, associação social, encontro entre diferentes, ou, em uma palavra, espaço democrático. (GOMES, 2002, p. 185-186).

Dentro esse contexto, nota-se uma tendência que vem se ratificando na classe mais abastada da sociedade brasileira, que é o crescimento dos condomínios fechados dotados de equipamentos urbanos e de uma infra-estrutura com o intuito de proporcionar maior segurança e atender as principais necessidades dos moradores. Esses condomínios que segundo Gomes (2002), são cidades dentro da cidade,

jamais conseguem estabelecer uma verdadeira vida urbana. Reproduzem sua forma: ruas, calçadas, praças; e seus serviços e equipamentos: infra-estrutura básica, segurança, lazer etc., mas negam o princípio de uma vida democrática. (Op. cit. p. 188).

Um outro elemento preponderante no surgimento do recuo dos espaços públicos é a afirmação das identidades territoriais que se processa através da diferença social. O território próprio ao grupo é concebido como um terreno onde as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. (Op. cit. p. 180).

Em algumas cidades brasileiras é comum a identificação de determinadas identidades territoriais. Vale citar algumas, a saber: grupos de jovens que se organizam em gangues territorializadas, demarcando sua área de atuação; grupos evangélicos que se agregam nas praças, ocupando-as com obreiros e seguidores, utilizando-se de microfones e auto-falantes para a propagação da palavra de Deus. Cita-se também, nas áreas periféricas da cidade, o narcotraficante que controla severamente o espaço para evitar concorrência. E ainda, o baile “funk” é outro exemplo da determinação desses territórios, devido à divisão de várias “galeras” que se limitam a determinados acessos preestabelecidos entre os mesmos. O mesmo se aplica em se tratando das torcidas de futebol, em dias de jogo.

Em Fortaleza, particularmente é observada a existência de algumas dessas identidades territoriais, manifestadas de forma nítida no espaço urbano da cidade. É o caso da territorialização dos evangélicos, em especial, nas praças da área central, em estudo, e das torcidas de futebol, através, inclusive, da atuação dos poderes públicos

que estabeleceram rotas diferenciadas, bem como a divisão do estádio e entrada diferenciada para evitar conflito entre os torcedores de clubes rivais.

Gomes (2002) considera que

a idéia de espaço identitário vai de encontro com a noção de espaço público, uma vez que o primeiro se fecha e exclui, enquanto que o segundo não nega a mistura e a diferença. Do ponto de vista conceitual, essas duas categorias possuem um estatuto de oposição absoluta; do ponto de vista concreto e físico, o aumento de territórios identitários significa uma diminuição dos espaços públicos na cidade. (GOMES, 2002, p. 182).

Dessa forma, os territórios e as territorialidades urbanas que estão contidos no espaço da metrópole devem ser entendidos a partir da extensão do tecido urbano, da perda do sentimento de pertencer àquela cidade e da decadência do 'centro tradicional' enquanto lugar de encontro de todos e da apropriação dos inúmeros fragmentos do espaço da cidade por grupos sociais que se diferenciam uns dos outros, principalmente, pela sua condição social.

Para Leite (2004)

a segmentação urbana existe e é excludente em muitos aspectos. Quando essas identidades urbanas operam recortes no espaço e delimitam seus próprios territórios, elas estão, de fato, criando fronteiras e estabelecendo critérios de pertencimento, o que implica restrições reais de acesso e usos. (...) ela é o resultado de práticas sociais e ações simbólicas que politizam seu cotidiano e cartografam seus usos. (LEITE, 2004, p. 299)

Uma questão relevante a ser discutida, diz respeito à noção de território e os atributos dados a este conceito. Em relação ao vocábulo, o mesmo apresenta uma polissemia em seu termo no que depende da concepção utilizada para definir o conceito de território. Não obstante a relevância, não é intenção aqui discorrer sobre todas as conceituações de território, mas ater-se a algumas discussões referentes ao tema, de modo a propiciar uma melhor compreensão a respeito. Mesmo não sendo de

gênese geográfica, o território e a territorialidade tornaram-se conceitos centrais para os geógrafos.

Os estudos referentes a território e territorialidades vêm se intensificando no Brasil. Nas últimas duas décadas autores como Rogério Haesbaert (1997 e 2004), Marcelo de Souza (1995), entre outros, têm analisado a complexidade do fenômeno onde a diversidade dos conceitos torna-se alvo de análises e discussões. O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, é um campo de forças, uma teia ou rede de relações que a partir de sua complexidade intensa define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade.

Um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto, como a natureza, o patrimônio arquitetônico, entre outros. Assim, a territorialidade pode ser entendida como uma forma espacial de comportamento social e a intenção de indivíduos ou grupos de produzir, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da defesa de determinada área geográfica.

Portanto, a territorialidade caracteriza-se como relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato espacial. Sendo, na realidade, relações sociais projetadas no espaço onde os territórios se formam e se dissolvem. Para Souza (1995), os territórios podem ter um caráter permanente, mas podem também ter uma existência periódica, cíclica, com alternância de territorialidade. O mesmo espaço pode ser apropriado por grupos específicos em horários diferenciados definindo num mesmo espaço territorialidades diversificadas.

Haesbaert (1997) discute o conceito de território através de três vertentes básicas:

a primeira, considerada a mais tradicional e majoritária, define o território como um espaço delimitado e controlado pelo poder estatal; a segunda, uma visão mais culturalista, enfatiza a dimensão simbólica e subjetiva, ou seja, o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; finalmente a terceira, uma visão econômica, discute o território como sendo o produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. (HAESBAERT, 1997, p. 39-40).

Gomes (2002) faz uma relação do conceito de território com as práticas sociais, dizendo que:

o território é um conceito que atua como uma das chaves de acesso à interpretação de práticas sociais circunscritas a uma dada porção do espaço. O território é o limite dessas práticas, o terreno onde elas se concretizam e, muitas vezes, a condição para que elas existam. (GOMES, 2002, p. 136).

Nessa ótica, a noção de território não está vinculada à noção de território enquanto sinônimo de Estado, pois a

formação de territórios não se encontra subordinada diretamente a qualquer tipo de organização do Estado, logo outros territórios são evidenciados, quer seja, o território de organizações criminosas, como o jogo do bicho ou do tráfico de drogas, de grupos religiosos, ou de atuação de igrejas, ou de grupos urbanos, como os profissionais do sexo, gangues de ruas, entre outros. (SILVA, 2002 apud FIGUEIRÊDO 2004).

Outro autor clássico, ao desenvolver esse conceito foi Raffestin (1993), define o território como sendo o produto dos atores sociais, a partir de uma realidade inicial que é o espaço. Território é também um produto consumido, ou vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem terem participado de sua elaboração, utilizam-no como meio.

A discussão sobre território nos remete a pensar um outro conceito, o de territorialidade. Esse conceito tem suas origens nas ciências naturais, onde estudiosos tinham muito mais interesse pela análise das territorialidades animais do que pelas territorialidades humanas.

O termo tem uma tradição em outras áreas como, por exemplo, a antropologia, sociologia e psicologia. Para Haesbaert (2004, p. 37), “foi nas ciências humanas, principalmente aquelas ligadas à etologia⁸, de onde surgiram as primeiras teorizações mais consistentes sobre territorialidades”. Na concepção etológica, o animal defende o território pela necessidade de se proteger.

O estudo da territorialidade animal, na perspectiva ontológica⁹ é considerado antigo. Inclusive, alguns autores, com destaque para Robert Ardrey¹⁰ e Torsten Malmberg¹¹, estabeleciam como base de seus conceitos, a discussão da territorialidade humana associada à territorialidade animal. O primeiro, em seus estudos, fez uma extensão da territorialidade animal ao comportamento humano quando afirma “que não só o homem é uma ‘espécie territorial’, como este comportamento territorial corresponde ao mesmo que é percebido entre os animais.” (ARDREY, 1969[1967] apud HAESBAERT, 2004, p. 45).

Autores, como Haesbaert (2004) e Gomes (2002), ressaltam o risco de se pensar a territorialidade humana da mesma forma que a territorialidade animal, enfatizando a diferença e especificidade existente na territorialidade humana. Para Gomes (2002, p. 136-137),

⁸ Está ligado a comportamento animal.

⁹ A ontologia é a parte da filosofia que estuda as propriedades mais gerais do ser, independentemente de suas determinações particulares (HOUAISS, 2004, p. 532).

¹⁰ ARDREY, R. **The Territorial Imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations**. Londres e Glasgow: Collins. 1969 (1967).

¹¹ MALMBERG, T. **Human Territoriality: survey behavioural territorialities in man with preliminary analysis and discussion of meaning**. Lund: Department of Social Geography. 1980.

a territorialidade humana tem muito pouco em comum com aquela vivida pelo mundo animal. (...) A expressão da estratégia utilizada para o aparecimento de uma territorialidade em grupos humanos é, portanto, fruto de uma dinâmica social, revelada por um código de condutas que poderíamos chamar de cultura e o acesso ao controle muito mais sutil do que simplesmente aquele ditado pelo uso da força ou da intimidação direta.

Soja (1971) ao se referir sobre a territorialidade diz que:

a territorialidade é definida como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influências ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem. (SOJA, 1971 apud RAFFESTIN, 1993, p. 159).

Atualmente, compreender as territorialidades na área estudada pressupõe uma análise das modificações que se processaram nesses espaços públicos ao longo do tempo. Dessa forma, os territórios e as territorialidades urbanas contidos na cidade de Fortaleza devem ser entendidos a partir da extensão do tecido urbano, da “decadência” do centro tradicional enquanto lugar de encontro de todos, e da apropriação dos inúmeros fragmentos do espaço da cidade por grupos sociais distintos. Portanto, no próximo capítulo faremos uma abordagem desse processo de transformação urbana ocorrido em Fortaleza e como o mesmo refletiu nos espaços públicos da cidade.

CAPÍTULO 2. EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA E MUDANÇAS NA ÁREA CENTRAL

O núcleo da cidade de Fortaleza, que se originou em torno do Forte de Schoonenborch, constituiu-se “*locus*” das transformações sociais, principalmente do final do século XIX ao início do século XX, quando começava a ser estabelecida uma fisionomia mais urbana à Fortaleza, tornando-se o lugar onde se registravam os acontecimentos da cidade, concentrando principalmente, as funções residenciais, comerciais e de lazer, que davam um dinamismo singular à área central.

No processo de expansão urbana de Fortaleza, a cidade experimentou a incorporação de melhorias, visando o aformoseamento da cidade, o que teve origem a partir de 1840, com algumas ações por parte do Presidente da Câmara de Vereadores, o boticário Antônio Rodrigues Ferreira. A partir de então, medidas no sentido de remodelação da cidade se estabeleceram através da construção e ajardinamento das praças, pavimentação das ruas e, posteriormente, a instalação de redes de água, esgoto e energia elétrica. Segundo Ponte (2001, p. 27), as iniciativas de remodelar e regular Fortaleza registraram-se lenta e crescentemente de 1860 em diante, partindo tanto dos poderes públicos como de particulares.

Neste capítulo, procura-se abordar as mudanças ocorridas na cidade de Fortaleza e como as mesmas vieram a interferir no reconfiguramento dos espaços públicos, em estudo. O centro tradicional da cidade era marcado como espaço dos mais variados acontecimentos, em especial, suas praças. Esses espaços eram locais agregadores de encontros, lazer e sociabilidade. Nesse período, a cidade caracterizava-se pela monocentralidade, o que elegia esses espaços públicos como o foco principal de concentração social. O que outrora fora “*locus*” do encontro e da festa, tem sua centralidade redefinida a partir de 1970, transformando-se principalmente em “*locus*” do consumo.

Assim, procura-se verificar como as políticas de aformoseamento da cidade valorizaram os espaços públicos, no sentido de proporcionar à sociedade um espaço convidativo à apreciação, e quais os usos das mesmas, no passado. A finalização do capítulo aborda o processo de descentralização, apontando os fatores que vieram contribuir para que a cidade se expandisse, constituindo os novos bairros e outros centros dotados de uma infra-estrutura básica e de equipamentos urbanos capazes de suprir as necessidades dessas novas áreas da cidade.

2.1 Da vila à cidade

No início do século XVII, o Ceará não tinha expressão no contexto socioeconômico brasileiro e, em função de sua localização, despertou o interesse da coroa portuguesa para instalar um entreposto no seu litoral, motivada pela necessidade de defesa e não por vantagens comerciais. Mesmo porque, como atestam as informações, as calmarias do mar cearense, provocadas por ventos soprando em sentidos contrários semestralmente, eram uma dificuldade às conquistas comerciais.

Desse modo, Fortaleza tem sua origem relacionada principalmente à defesa da costa e à função administrativa. Porém, a instalação definitiva dos portugueses no litoral cearense só aconteceu em 1654, quando resgataram dos holandeses o Forte Schoonenborch, construído na margem esquerda do riacho Pajeú, em torno do qual cresceu a vila. Referido forte foi batizado pelos portugueses de Forte de Nossa Senhora da Assunção.

O processo de ocupação de Fortaleza é evocado por Jucá (2003), ao descrever que o mesmo principiou no contexto da expansão holandesa, em decorrência da necessidade do estabelecimento de um pólo defensivo. Entretanto Fortaleza só evoluiu da condição de simples fortificação a povoado na segunda metade do século

XVII. No final do referido século, uma Carta Régia concedia a criação da Vila do Ceará, o que levou a grandes e acirradas disputas na Câmara Municipal, uma vez que não havia sido definido o local da criação da vila. Foi determinado que

por razão das inconveniências apontadas pela Câmara Municipal quanto ao local anterior escolhido (margem do Pajeú), propiciaram a elevação de Aquiraz à condição de vila e sede da Capitania em 1713. Todavia os ataques indígenas a Aquiraz permitiram que, em 1726, Fortaleza passasse a ser uma vila com “status” de capital. (JUCÁ, 2003, p. 30).¹²

Mesmo com status de capital, durante todo o século XVIII ela permaneceu privada de importância e quase sem mudanças em sua configuração. Segundo Lemenhe (1991), durante o século XVIII, Fortaleza encontrava-se desarticulada em relação às outras regiões do Ceará que produziam bens para o mercado pernambucano e do exterior. Esse isolamento veio comprometer o desenvolvimento das atividades econômicas da província cearense. Tal fato perdurou por muito tempo, mas a partir do século XIX, a hegemonia urbana de Fortaleza consolidou-se mediante transformação no setor econômico, quando a mesma tornou-se centro exportador de algodão, beneficiando-se com a crise nos estoques do mercado internacional devido à ausência da contribuição norte-americana.

Em síntese, mesmo com a tentativa da criação de um entreposto militar no século XVII, e depois com sua transformação constituindo-se em vila no século XVIII, Fortaleza só veio a estabelecer sua importância nas atividades comerciais em meados do século XIX, através de sua consolidação como centro coletor e exportador de algodão. Com esse novo contexto econômico, aliado às atividades políticas e administrativas, esboçar-se-ia sua função comercial, atrelada ao processo de urbanização de Fortaleza que, como dito, até então se encontrava isolada e quase sem expressão econômica.

¹² A decisão da Coroa Portuguesa em manter as duas vilas - Aquiraz e Fortaleza - significava que cada uma delas mantinha seu espaço de poder local: Fortaleza, como sede da Capitania do Ceará e Aquiraz, como sede da Ouvidoria. Mesmo elevada à condição de vila, Fortaleza, distante da atividade criatória desenvolvida no interior da capitania, permaneceria, por mais de um século, como um simples aglomerado humano, sem sustentação econômica, embora nesse universo urbano habitasse população com papéis sociais definidos. (JUCÁ, 2002, p. 30).

2.2 Fortaleza do século XIX: transformações urbanas

O incipiente crescimento de Fortaleza foi registrado através de relatos do visitante inglês Henry Koster. Segundo ele, até 1816, Fortaleza não passava de uma pequena vila que foi

edificada sobre terras arenosas, em formato quadrangular, com quatro ruas partindo da praça e mais outra bem longa ao norte desse quadro, correndo paralelamente mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamento, mas n'algumas casas há uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o Palácio do Governo, a Casa da Câmara e Prisão, a Alfândega e a Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. A Fortaleza, de onde essa vila recebe a denominação, fica sobre uma colina de areia, próxima às moradias, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar, e uma paliçada, enterrada no solo, para o lado da Vila. (...). Não é muito para compreender-se a razão de preferência dada a essa local. Não há rios nem cais e as praias são más e de difícil acesso. As vagas são violentas e o recife oferece proteção bem diminuta aos navios, viajando ou ancorando perto da costa. A fundação antiga estava localizada a três léguas ao norte, sobre um pequeno riacho e só existia a ruína do Velho Forte. A costa é escarpada, determinando uma ressaca perigosa para os barcos que procuram ancoragem perto do litoral... O porto é exposto e mau. Os ventos são sempre de Sul e Leste. Fossem mais variados, e seria raro um navio chegar à costa... (KOSTER, 1942, p. 164 e 166).

Em seus relatos, Henry Koster, também faz alusões às condições de desenvolvimento oferecidas à população da vila, entre elas, a dificuldade de transportes, a falta de um porto, as terríveis secas que afastam algumas possíveis esperanças de desenvolvimento (KOSTER, 1942).

Na obra *Descrição Geográfica Abreviada do Ceará* de 1816, o Ouvidor Rodrigues de Carvalho assim descreveu Fortaleza:

a vila é pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto é sofrível, apesar de ser uma enseada; mas como só as imediações do termo até a serra da Uruburetama, parte do termo do Aquiraz e parte do termo da vila de Monte-mor-o-Novo se surtem da Fortaleza, o comércio é muito menor que o de Aracati. Não há um só de sobrado e as terras são muito inferiores. O solo é de areai solta; o tijolo, a cal e a madeira são caros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. A casa de Câmara estava arruinada e não havia Cadeia, servindo-se as autoridades civis de uma cadeia militar, o que dá motivo a uma infinidade de contradições e etiquetas, que não podem emendar, em muito detrimento da expedição das dependências criminais. (GIRÃO, 1997b, p. 74-75).

A partir daí Fortaleza começou a incorporar melhoramentos urbanos através da realização de algumas obras como a reconstrução da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, utilizando parte da estrutura do antigo forte holandês; a construção do mercado público desenvolvido ao longo da rua dos Mercadores (atual rua Conde d'Eu); o melhoramento do abastecimento de água com a construção de vários chafarizes, e ainda a elaboração, por Silva Paulet, de uma planta com as primeiras diretrizes urbanas para a vila, sendo o fato considerado de grande relevância, pois até então, a mesma crescia seguindo o curso do riacho Pajeú. Paulet se inspirou no traçado do plano em xadrez que segundo Castro (1977) está intimamente ligado a objetivos colonizadores ou de expansão urbana, tornando-se modelo nas cidades greco-romanas e hispano-americanas. (FIGURA 2).

Ao observar a planta de Paulet, identifica-se a disposição das edificações margeando o riacho Pajeú e cercanias da Prainha (zona da atual rua Pessoa Anta e adjacências), e, também a ausência de arruamento, denotando a falta de alinhamento na disposição das edificações da vila. É interessante atentar para o fato de que a expansão urbana de Fortaleza acompanhava os antigos caminhos que ligavam a vila em direção ao interior. São estes os caminhos: Arronches, Aquiraz, Jacarecanga, Picada do Macoripe, Precabura e Soure.

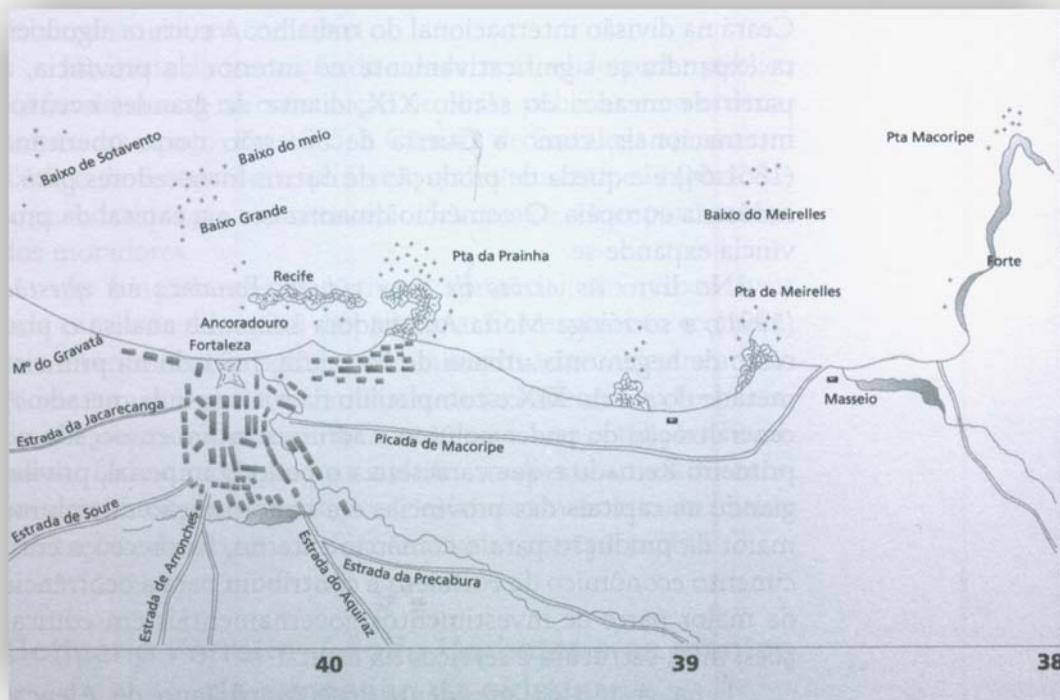


FIGURA 2 - Planta de Silva Paulet - 1818
Fonte: COSTA, 2005.

Segundo Girão (1997b), Fortaleza, mesmo depois de promovida à categoria de cidade, ficou ainda por algum tempo com ruas às escuras e sem pavimentação, a população se deslocava a pé, as cargas eram transportadas em lombos de animais, a maioria das casas quase não tinha estética e conforto, não existia serviços de água e a iluminação, onde existia, era à base de azeite de peixe.

Até 1840, a tipologia urbana de Fortaleza era composta por casas baixas e estreitas. Os sobrados eram considerados residências nobres e em número bem reduzido, pois a maioria desses proprietários de classe abastada preferia casas de um só pavimento, devido ao conceito errôneo que prevaleceu por muito tempo em Fortaleza, a saber: “o solo que se edificava não oferecia resistência a prédios de mais de um andar”. (Idem. 1997a, p. 22).

Em 1848, foi iniciado o primeiro experimento de luz artificial para os logradouros públicos da cidade, constando de 44 lampiões alimentados a azeite de peixe¹³. Segundo Silva Filho (2004) havia uma espécie de ‘contrato com a lua’, ou seja, os lampiões da cidade estariam acessos apenas na ausência da lua cheia.

Paulatinamente, vieram outras intervenções no crescimento da cidade, a saber, em 1856, quando Padre Manuel do Rego de Medeiros elaborou o desenho cartográfico mostrando a cidade bem definida a partir do alinhamento em xadrez, projetado por Silva Paulet. “È evidente que o contraste entre a *cidade antiga*, tipicamente *topográfica*, e a *cidade nova* aumentava, obediente à geometria, ao traçado ortogonal retangular.” (GIRÃO, 1997b, p. 29). (FIGURA 3).

Essa planta mostra a delimitação das praças e localização de algumas edificações públicas. Dessa forma, foram apontadas as praças: Municipal (atual praça do Ferreira), do Patrocínio (atual praça José de Alencar), Largo do Hospital da Caridade (atual Passeio Público), entre outras; e alguns prédios como a Cadeia, o hospital da Caridade, o quartel (a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção) etc. Nessa época a cidade constava de espaços voltados para a sociabilidade, os quais seriam ‘aformoseados’ a partir de meados do século XIX.

Posteriormente veio a planta preparada por Herbster, *Planta Exata da Capital do Ceará*, elaborada em 1859, na gestão de Antônio Rodrigues Ferreira (1843-1859). Nesta planta ele reproduziu a pequena cidade e demonstrou segmentos orientados de crescimento para oeste e para sul, incluindo também localizações de ruas, na área onde hoje se encontra a Prainha.

De acordo com o estudo realizado pela SEPLA 2004 (Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento), o centro configurado nesta planta correspondia ao que hoje é a área limitada pelas atuais ruas Conde d’Eu e Sena Madureira (a leste), Pedro

¹³Antes desse período, as ruas da cidade ficavam às escuras quando o sol se punha, e para mover-se de um lugar a outro os habitantes teriam de empregar velas, lamparinas e candeeiros... (SILVA FILHO, 2004, p. 87-88).

Pereira (ao sul), Senador Pompeu (a oeste), e ao norte pelo largo que hoje corresponde ao Passeio Público. (CASTRO, 1982 apud SEPLA 2004).

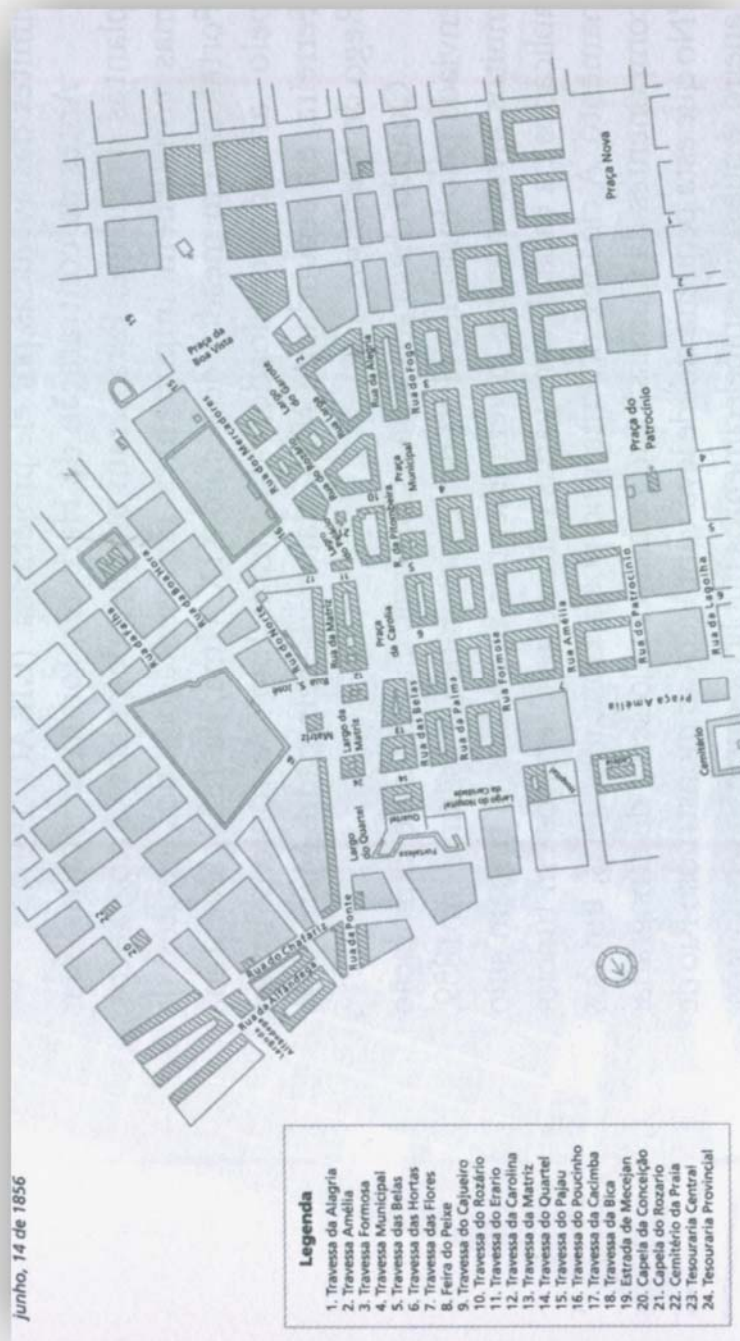


FIGURA 3 - Planta de Manuel do Rego de Medeiros - 1856.
Fonte: COSTA, 2005.

Esses planos revelam o crescimento da cidade que se estabelecia atrelado às inovações propostas pelo realinhamento das cidades brasileiras, que geralmente incorporavam tendências das cidades européias. Desse modo, as cidades brasileiras,

tornavam-se alvos de discursos, medidas e reformas que procuravam alinhá-las ao modelo europeu de modernização urbana. Era a inauguração de um projeto civilizatório para o País de caráter europeizador, patrocinado por suas elites políticas, econômicas e intelectuais. (...) convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas e setores intelectuais procederem a um significativo conjunto de reformas urbanas capazes de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus. (PONTE, 2004, 163-164).

Na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passou por um significativo processo de transformação, engendrada pelo desenvolvimento capitalista, fomentando as condições de transportes, da indústria, do comércio e dos serviços urbanos. Assim, de acordo com sua realidade e possibilidades, a cidade de Fortaleza experimentou momentos de mudanças em seu aspecto econômico, social e cultural que se estenderam também a todas as cidades brasileiras.

Nesse período, o quadro econômico cearense apresentou uma nova configuração, anunciando melhoras nas suas condições econômicas, proporcionadas pelo desenvolvimento da cultura algodoeira¹⁴ e novas relações sociais de produção com impacto na rede de cidades do Ceará. Tais circunstâncias vieram proporcionar à Fortaleza um destaque em suas relações comerciais, que até então era tributado a Aracati.

É inenarrável a importância da exportação algodoeira como atividade propiciadora ao desenvolvimento comercial de Fortaleza, porém, Lemenhe evidencia que vinculado a esse processo

¹⁴ Sobre a produção da cultura algodoeira vale consultar Castro (1977, p. 34) e Silva (1992, p. 22).

(...) a cultura e comercialização externa do café permitiram ampliar as atividades econômicas de Fortaleza. A centralização era favorecida pela relativa proximidade das áreas de cultivo (Maranguape e Baturité) do porto. Com preços, em geral mais altos que os do algodão, a comercialização do café mesmo apresentando menor volume, provia um montante complementar de lucros aos comerciantes e aos cofres provinciais. (LEMENHE, 1991, p. 112-113).

Cabe ainda complementar que a hegemonia econômica e político-administrativa de Fortaleza, em relação às cidades cearenses, teve início na primeira metade e posteriormente complementada na segunda metade do século XIX, com a “(...) centralização de um volume maior da produção para o mercado externo, favorecido, de um lado, pelo próprio desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris, e de outro, pela condição de capital.” (Op. cit. p. 110).

Foi a partir da segunda metade do século XIX, que o Centro de Fortaleza caracterizou-se, predominantemente, como centro de convergência de fluxos em função do comércio, produzindo uma concentração da função residencial e de serviços. O Centro, durante muitos anos, constituiu-se *locus* privilegiado da classe mais abastada da cidade, de onde saíam as decisões políticas e econômicas e era considerado também o local do encontro, da festa e da sociabilidade para as pessoas que ali residiam.

Pontes (2005) evidencia ainda que o centro da cidade polarizava a maioria das atividades, sendo a praça do Ferreira o coração pulsante, por onde transitavam as pessoas e para onde convergia a sociabilidade da população. Ali se concentravam o comércio, os cinemas, os cafés e o burburinho da cidade que crescia, fazendo com que os setores privilegiados reclamassem lugares de convívio mais restritos, tranquilos, com melhor estrutura, que mantivesse afastados os ‘indesejados’.

O processo de remodelação sociourbana de Fortaleza, iniciada a partir de 1860, sendo prolongada às primeiras décadas do século XX, representou

(...) a inserção da capital cearense no contexto *belle époque* (belos tempos), termo francês cunhado para traduzir a euforia europeia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científico-tecnológica (1850-1870 em diante). Com efeito, esse período, no momento fundante do nosso mundo contemporâneo, é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir. (PONTE, 2004, p. 162-163).

No quadro das melhorias urbanas realizadas na cidade, nesse período, consta, nesse período: em 1857, a pavimentação das primeiras ruas¹⁵; em 1863, o abastecimento de água sob a responsabilidade da Ceará Water Co. Ltda.; em 1866, a substituição da iluminação a azeite de peixe por gás carbônico, serviço público prestado pela companhia inglesa The Ceará Gas Company Ltda. Em razão da boa qualidade desse último, Silva Filho (2004, p. 90) tece comentários a respeito: “o emprego do gás, que produzia uma chama mais brilhante que a do antigo azeite, aumentou a sensação de segurança e favoreceu os passeios e encontros noturnos pela cidade, com destaque para o Passeio Público¹⁶.”; Em 1872, a construção dos primeiros trilhos da estrada de ferro Fortaleza-Baturité, ligando diretamente as zonas produtoras de algodão ao porto, o que contribuiu sobremaneira para reforçar o desenvolvimento da função comercial e firmar a hegemonia da cidade fortalezense¹⁷. A criação de uma linha de navios a vapor contribuiu para o aumento do comércio local. A partir de 1866, Fortaleza iniciou suas

¹⁵O empedramento (pavimentação) das ruas de Fortaleza era feito de pedra tosca, constituído de grês ferruginosa muito abundante no Mucuripe. As primeiras ruas, no centro da cidade, o receberam em 1857. Somente na administração do Prefeito Raimundo Girão (1933-1934) é que os calçamentos desse tipo começaram a ser substituídos, parte por uma camada de concreto (Rua Major Facundo e Rua do Rosário), parte por paralelepípedos (Rua Floriano Peixoto). (MENEZES, 1992, p. 188).

¹⁶Ponte (2004, p. 165) faz referência do efeito no cotidiano dos cidadãos após o emprego da iluminação a gás carbônico.

¹⁷A construção da ferrovia para o interior através do Sertão Central (o transporte ferroviário no Ceará só foi implantado no final do império em 1890), representou a fase de acentuado crescimento demográfico de Fortaleza... O algodão passou a ser cultivado em maior escala no Ceará a partir dos conflitos internos nos EUA (Guerra da Secessão), o que veio provocar a expansão da cidade, ampliando seu raio de ação para o interior. À medida que se expandia a produção algodoeira, a cidade fortalece sua economia e aumenta sua área urbana. (SILVA, 1992, p. 22 e 23). Sobre este assunto, ver as obras de MENESES (1992, p. 192) e DANTAS (2002, p. 16 e 27).

relações comerciais com a Europa e com outros Estados do Brasil, tornando-se superior a Aracati que, na época, era considerada o núcleo urbano mais desenvolvido do Ceará.

Ainda dentro do contexto de remodelação da cidade, foram incrementadas outras melhorias, com destaque para: os bondes puxados a burro, inaugurados em 1880, possibilitando distâncias maiores de deslocamentos, cujas primeiras linhas ligavam o Centro à Praia, à Alfândega, ao Matadouro e à Estação Ferroviária; a instalação de telégrafos em 1881, conferiu ao Ceará a comunicação com outros estados brasileiros e, em 1891, estendeu-se o serviço de telefonia que já vinha sendo utilizado pelos domicílios particulares, desde 1882. Em 1893, através de contrato com a Irmãos & Cia, começou a implantação da energia elétrica nos estabelecimentos e residências particulares. Este contrato só foi efetivado em 1913 e ainda de forma limitada. Com a chegada da luz elétrica, o horário ou o 'tempo do relógio' passou a ter uma importância no cotidiano da população, independente do tempo natural.

Capaz de competir com outras cidades, Fortaleza cresceu de forma mais 'embelezada', em virtude de maior preocupação por parte do poder público em melhorá-la, dotando-a de vários equipamentos urbanos. Neves (2004) sinaliza que, neste período, a cidade crescia rapidamente ampliando as redes de equipamentos urbanos e aformoseando suas ruas e praças conforme o modelo europeu de sociabilidade burguesa.

Mais precisamente, a partir dos anos de 1870 e nas primeiras décadas do século XX, com o discurso das elites políticas e intelectuais em torno do ideário da modernidade e do progresso, Fortaleza passou por grandes transformações urbanas. Prédios públicos, praças, *boulevards*, teatro, cafés e jardins foram construídos segundo os modelos arquitetônicos europeus. (ORÍÁ 2004). Durante esse período, importantes obras e espaços públicos foram implementados, destinados ao lazer da sociedade, como fruto do progresso e modernidade. Dentre eles, o Passeio Público (1880), o Teatro José de Alencar (1910), o Cine-Teatro Majestic (1917), o Cine Moderno (1922),

constituíam os principais espaços de entretenimento coletivo. Porém, mesmo sendo públicos, esses espaços já refletiam a segregação existente na sociedade.

Os *boulevards* passaram a se fazer presentes na paisagem na cidade, em 1875, através da elaboração da *Planta de Fortaleza e Subúrbios*, por Adolfo Herbster, que objetivava um plano de expansão para a cidade, pois se fazia notório o seu crescimento e necessário o disciplinamento do uso e ocupação do solo. Assim, nesta planta foi projetado um conjunto de largas avenidas (os *Boulevards*) limitando o núcleo urbano da cidade¹⁸. No sentido oeste do centro urbano estava o *Boulevard* do Imperador (hoje avenida do Imperador), a leste o *Boulevard* da Consolação (atual avenida Dom Manuel) e ao sul o *Boulevard* do Livramento (atual avenida Duque de Caxias).

Para que ocorresse a efetivação do padrão de alinhamento de quadras e quarteirões, algumas ruas mal dispostas tiveram que desaparecer e outras áreas precisaram ser desobstruídas. “O plano de traçado expansionista, levava o sistema xadrez, muito além da parte construída, e estendia a cidade para leste, até a rua da Aldeota (Nogueira Acioly); para sul, até a rua dos Coelhos (Domingos Olímpio), e para oeste até as praças Gustavo Barroso e Paula Pessoa.” (Costa, 2005, p. 59). (FIGURA 4).

As secas que ocorreram no período de 1877 a 1879 tiveram um impacto no contexto modernizador então inserido à cidade, influenciando no desempenho econômico e provocando o êxodo do interior do estado para a capital. “Os serviços públicos foram paralisados, os equipamentos urbanos danificados, as ruas e praças

¹⁸A política urbanística realizada pelo prefeito de Paris, Barão de Haussmann (1853-1870), mais conhecida como haussmannização, objetivou a organização da cidade através da abertura de vias de circulação (*boulevards*), da construção dos conjuntos habitacionais e do zoneamento da cidade (o habitar, o circular, o recrear e o trabalhar). Essas foram algumas medidas tomadas com o intuito de minimizar o grande adensamento da área central da capital de Paris. Muitas cidades imitaram essa política urbana parisiense, e no caso de Fortaleza não houve destruição para o embelezamento. O contexto não foi o mesmo, porém com a abertura dessas vias de circulação, a cidade se fragmentou, engendrando as áreas periféricas da capital. A esse respeito vale consultar Perrot (1988) e Costa (2005).

ocupadas por 'abarracamentos' fétidos, onde as epidemias se espalhavam com maior facilidade." (NEVES, 2004, p. 83).

Somente a partir de 1880 é que a cidade retomou o 'ritmo no processo de modernização'. De acordo com suas possibilidades e limites, a cidade de Fortaleza participou desse momento, e com o fim da seca, "a população volta a sorrir e a ser convidada a passear por dois 'presentes' dados à cidade, e que causaram a sensação: os bondes e o Passeio Público. (...) ambos equipamentos reorientaram os usos e costumes nos espaços públicos." (PONTE, 2004, p. 169). A importância do Passeio Público é inquestionável, na época, pelo fato da cidade necessitar de espaços públicos de lazer.

Nesse período, a cidade foi elucidada nos romances cearenses, onde os poetas escritores descreviam aspectos da mesma, a exemplo de Manoel de Oliveira Paiva na sua obra, *A Afilhada*, escrito em 1889, que fala do Passeio Público como local de lazer, freqüentado pela sociedade da época. (CORDEIRO 2004).

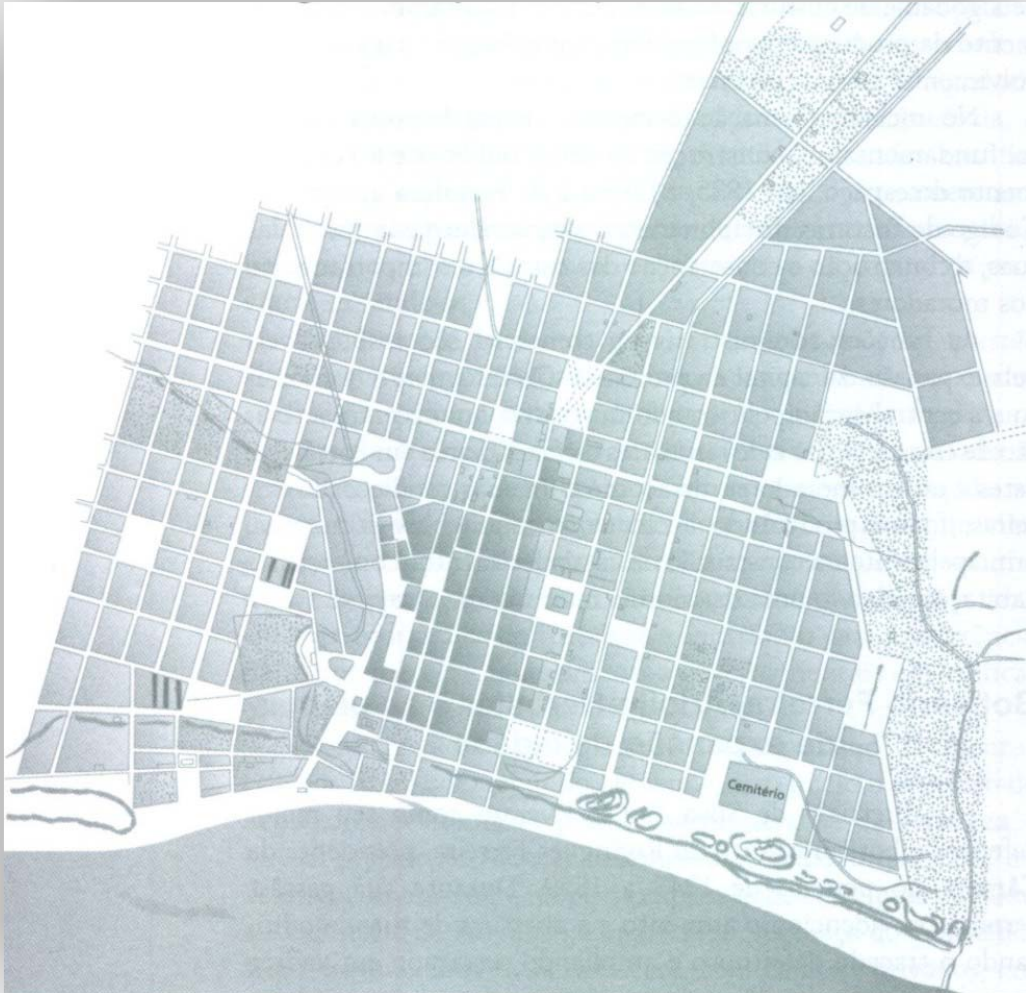


FIGURA 4 - Planta topográfica da cidade de Fortaleza e subúrbios de Adolfo Herbster - 1875.

Fonte: COSTA, 2005.

Segundo Ponte (2004), em 1900, Fortaleza foi desvelada através da publicação da crônica do historiador Paulino Nogueira, onde o mesmo compara a cidade de poucas décadas atrás, com a 'nova' Fortaleza daqueles dias: se a de ontem era 'recatada' e 'muito pequena e atrasada', a atual mais parecia uma 'fênix renascida, cheia de mocidade e encantos'. Nesse período, a cidade dispunha de uma infraestrutura e equipamentos urbanos como:

Passeio Público, praças arborizadas, templos majestosos, edifícios elegantes, tantas e tantas ruas alinhadas, calçamento, iluminação a gás, linhas de bondes, carros de aluguel, hotéis, quiosques, clubes, Prado, corridas de touros, a cavalo e à bicicleta, quermesses, bazar de demais novidades. (NOGUEIRA, 1889 apud PONTE, 2004, p. 163).

Esses eram os principais locais e atividades de lazer utilizados pela sociedade da época, em especial, as praças, que se constituíam nos espaços mais cobiçados como área de lazer, em decorrência da influência da cultura europeia incorporada no cotidiano dos fortalezenses.

Como a expansão urbana de Fortaleza continuava, Herbster elaborou em 1888, uma nova planta da cidade, consolidando o plano reticulado, acompanhando essa expansão. Constituiu-se uma atualização da planta de 1875, incorporando as expansões e as urbanizações das avenidas e ruas que ligavam o centro à área periférica da cidade. Essas diretrizes urbanas proporcionaram a fuga de famílias ligadas ao poder que desejavam trocar suas residências centrais por chácaras, lugares mais aprazíveis da cidade.

Conforme já foi mencionado, a abertura da cidade, com a implantação dos *boulevards*, e com a modernização dos meios de transportes permitiu que os moradores da área central passassem a habitar lugares mais distantes do Centro da cidade, e isso funcionou como um mecanismo de favorecimento à expansão urbana em Fortaleza¹⁹. Por volta de 1913, os bondes de tração animal foram substituídos pelos bondes elétricos, proporcionando maior velocidade ao trânsito e mais flexibilidade no deslocamento, em razão da introdução do uso do automóvel (1910).

Ponte (2004), considera que, por outro lado, a multiplicação desses veículos (e a própria expansão urbana) concorreu para maior extensão de calçamentos, calçadas, e para a abertura de ruas e avenidas. Sem falar da necessidade de reduzir o

¹⁹Em 1880 a Companhia Ferro Carril do Ceará inaugurou as linhas da Estação (hoje Av. Visconde do Rio Branco) e Matadouro Público (no Alagadiço, pondo à disposição do povo 25 bondes de 25 lugares cada um. Em 1913 foram substituídos pelos bondes elétricos incorporados pela Light and Tronways Power Co. (GIRÃO, 1997a, p. 30).

tamanho de alguns logradouros centrais, no caso a praça do Ferreira, em 1925, para se adequar à passagem e estacionamento daquelas novas máquinas²⁰.

Alguns fatores foram preponderantes para marcar o 'fim da belle époque' na capital cearense, ou seja, aos poucos 'o modo de viver florido e eufórico europeu' entrou em declínio com as constantes rebeliões populares entre 1912 a 1914. Conforme nos conta Ponte (2004), em 1915, uma nova seca despejava milhares de 'flagelados' na capital. (...). De 1917 a 1925 irrompia o inédito conjunto de greves e de combatidas organizações operárias como a Associação Gráfica do Ceará e a Federação das Classes de Trabalhadores (...). No mesmo período, aumentava o índice de delitos e transgressões da cidade, frutos da penúria e da resistência do ascendente contingente de pobres e miseráveis, causado pelo êxodo rural, proletarização, desemprego etc.

Com as secas, a população rural emigrava para Fortaleza, alojando-se em locais próximos às indústrias que se encontravam, principalmente, na avenida Francisco Sá. Construía seus barracos em terrenos públicos ou privados que estivessem desocupados e na área litorânea, nos terrenos da Marinha, tendo a alternativa de viver da pesca a trabalhar nas indústrias.

Com a chegada desse contingente à capital, muitos se concentravam nas áreas próximas à praia. Segundo Dantas (2002), "o fraco interesse pela zona de praia pela classe mais abastada da cidade, reforçou o caráter litorâneo como lugar de habitação das classes pobres da sociedade fortalezense, e em especial, por ser formado por um grande contingente de emigrantes pobres do sertão".

²⁰A remodelação da praça do Ferreira, precedida pela gestão municipal do prefeito Godofredo Maciel em 1925, operou uma verdadeira cirurgia plástica naquele espaço: além de implantar alamedas laterais para facilitar o trânsito, exigiu a demolição dos quatro cafés afrancesados e do Jardim 7 de Setembro, por ocuparem quase toda a praça, deixando-a mais aberta ao fluxo de pedestres. Os únicos meros retoques de embelezamento permitidos foram a instalação de retíneos e estreitos canteiros de flores nas extremidades da praça e um coreto coberto em seu centro. (PONTE, 2004, p. 185).

Segundo o mesmo autor, essas pessoas se estabeleciam nos terrenos da Marinha, área que anteriormente era ocupada pelas comunidades de pescadores. Essas zonas foram caracterizadas como local da pesca e das habitações da classe desfavorecida da cidade.

Devido ao crescente índice de conflitos, greves e aglomeração na área central da cidade, a classe de maior poder aquisitivo que ali residia, iniciou o processo de transferência para áreas mais distantes do centro, indo, primeiramente, ocupar o bairro de Jacarecanga.

Motivada pelo processo de expansão urbana, aos finais do século XIX e início do século XX, a área central da cidade experimentava significativas transformações, quando ia deixando de ser o local privilegiado de moradia da elite fortalezense, onde comerciantes e financistas fixavam seus estabelecimentos. A cidade, paulatinamente, começou a se expandir, formando novos bairros, inicialmente, para o setor oeste, o bairro Jacarecanga, onde se concentravam as luxuosas residências das famílias de alto poder aquisitivo, que dominavam politicamente o Estado e para o setor sul o Benfica, pondo-se ali, em destaque, a família Gentil. Nas imediações de Jacarecanga foram estabelecidos órgãos e repartições, ligados ao setor público, pondo-se em evidência o colégio Liceu do Ceará, considerado por muito tempo o melhor colégio da cidade.

A partir de então, o crescimento da cidade foi sendo, sempre e mais, orientado para a zona oeste, no sentido oposto ao litoral, já que a classe mais abastada da cidade não tinha o litoral como área valorizada, inclusive, porque cria na informação de que o solo arenoso não suportava edificações de mais que um andar.

A cidade continuou sua expansão para a zona oeste, acompanhando os antigos caminhos: Soure, hoje Bezerra de Menezes que se prolongou com a BR-222, e as atuais rua Guilherme Rocha e avenida Francisco Sá e instaura-se uma nova mudança no seu quadro econômico-espacial. Na década de 1930, a população de classe mais abastada que se encontrava no bairro de Jacarecanga deslocou-se para a

Aldeota (setor leste), pois a concentração das indústrias e o surgimento das favelas próximas às suas residências de luxo começavam a incomodá-la. A partir de então, o setor leste da cidade seria configurado como um bairro possuidor de uma infra-estrutura capaz de atender à população de alta renda, no setor residencial, de serviços, comércio e lazer.

O processo de diferenciação social e segregação sócio-espacial tornava-se cada vez mais nítido e a distribuição da população no espaço urbano de Fortaleza refletia os primeiros sinais das contradições sociais, em especial, em nível de renda dos moradores. Para além dos bairros nobres que se constituíam na cidade, surgiam as primeiras favelas “- Cercado do Zé Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Lagamar, 1933; Morro do Ouro, 1940; Varjota, 1945; Meireles, 1950; Papoquinho, 1950; Estrada de Ferro, 1945.” (SOUZA, 1978)²¹.

Fortaleza sinaliza um crescimento elevado como reflexo de sua expansão urbana. Todavia, essa ampliação atendeu de forma inadequada a implementação de infra-estrutura urbana para a população, no que dizia respeito a calçamento, energia elétrica, água encanada, rede de esgoto, transporte coletivo etc.

Na zona leste estabeleceu-se a população de maior poder aquisitivo. A função portuária que antes se concentrava no Porto do Poço das Dragas foi transferida para o Porto do Mucuripe, contribuindo para que fosse implementada uma série de equipamentos e conseqüentes melhorias na infra-estrutura da área próxima àquele Porto²². Segundo Costa (1988, p. 82),

os armazéns e depósitos próximos das docas do porto velho deslocaram-se para as Docas do Mucuripe, na década de cinqüenta, a partir da atração do novo porto. Posteriormente, instalou-se, na mesma área, moinho de trigo, indústrias ligadas á exportação, fábricas de asfalto, companhias distribuidoras de derivados de petróleo e indústrias ligadas à pesca. Atraída pelos empregos nos serviços portuários e nas indústrias, a população pobre construiu favelas. A ‘zona do meretrício’ também se transferiu para o Farol do Mucuripe.

²¹ Sobre esse assunto, consultar Silva (1999, p. 29).

²² As obras do Porto do Mucuripe foram iniciadas em 1938.

Lopes (1988), conta-nos que na década de quarenta, ainda não existiam apartamentos na cidade. As famílias tradicionais moravam em grandes e confortáveis casas consideradas como mansões, palácios, solares ou castelos. Vale destacar o castelo de Plácido de Carvalho, na Aldeota; o Palacete do banqueiro e comerciante João Gentil (atual Reitoria da UFC), no Benfica. O bairro Jacarecanga, até os anos quarenta era o mais aristocrático da cidade, com destaque para a moradia de três andares de Pedro Sampaio e o monumental palacete de Thomás Antônio Pompeu. 'Iniciava-se nesse tempo, o processo de verticalização no centro, sendo, os edifícios mais altos, o João Lopes, Jangada, Diogo e Excelsior Hotel.' (Costa 2005, p. 73).

Apoiado em levantamento aerofotogramétrico realizado pelo Serviço do Exército em 1940, foi elaborado em 1948, na gestão de prefeito Acrísio Moreira da Rocha (1948-1951), o *Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (plano Sabóia Ribeiro)*. Segundo o diagnóstico, no referido plano já se observava uma preocupação quanto à polinuclearidade, à formação de bairros e suas delimitações. Nele existia uma preocupação com a preservação dos leitos dos riachos e das áreas verdes e com a delimitação de áreas de parques. Neste plano, o urbanista propôs o alargamento de ruas, que logo foi reprovado pela elite de proprietários que se sentiam ameaçados em desapropriar parte do terreno para a concretização do mesmo. O plano de Sabóia Ribeiro não foi concretizado, utilizando-se, por muito tempo, apenas o código de posturas.

Do final do século XIX ao início do século XX, Fortaleza passou por grandes transformações, resultado das inovações fomentadas pelo capitalismo, influenciando na incorporação de novas relações sociais.

Nesse período, a camada social de melhor poder aquisitivo já elegera outros espaços da cidade para residir e concentrara, também em suas proximidades, próximo a eles, toda uma infra-estrutura de equipamentos urbanos de modo a minimizar seu tempo de deslocamento para realizarem suas principais necessidades. Os espaços

públicos do centro tradicional, perderam grande parte de seus freqüentadores, em virtude de já existirem na cidade a implementação de outras áreas de lazer e atividade cultural e, por conseguinte, concentraram, de modo especial, as camadas populares, como será visto no próximo sub item.

2.3 Fortaleza metrópole - descentralização e formação dos sub-centros

Antes de nos atermos às questões referentes ao processo de metropolização de Fortaleza e como os mesmos refletiram nas transformações de âmbito econômico, político e principalmente no cotidiano dos cidadãos, cabe mencionar a priori, alguns fatores de ordem mais geral que influenciaram nessa tendência. Segundo Gondim (2000), a década de 1950 foi um grande marco na 'modernização' do Estado ao se reportar à criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, o qual desempenhou importante papel na formação de novas elites para a região além da urbanização e do incremento dos meios de comunicação.

Nessa conjuntura, verifica-se que no início dos anos de 1950, Fortaleza passou por um período de intensas transformações, não só no que diz respeito à configuração de sua malha urbana, mas, também, quanto ao processo acelerado do adensamento populacional, devido às intensas migrações, ocasionadas, em especial, pelos períodos de seca, conforme mencionado anteriormente. De acordo com Souza (1978, p. 65),

os resultados censitários a partir de 1940, demonstram o rápido crescimento da população de Fortaleza. Assim, o município, de acordo com o recenseamento de 1950, apresentou um crescimento populacional de 49,9% em relação à década anterior. Nos decênios seguintes, 1950/1960 e 1960/1970, os índices de crescimento foram, respectivamente, 90,0% e 66,6%. Fortaleza posiciona-se, desta forma, entre as capitais do Nordeste que vêm apresentado maiores índices de crescimento.

O crescimento populacional da cidade não veio acompanhado com o aumento da oferta de emprego e nem tão pouco com condições de infra-estrutura e serviços urbanos, o que acarretou no aumento do número de favelas e agravamento dos problemas sociais²³. “Daí a expansão da malha urbana, que se espraia de forma acentuadamente desordenada, segmentando os seus espaços conforme a natureza socioeconômica dos seus ocupantes.” (PONTES, 2005, p. 67).

A década de 1960 foi marcada pelo processo de modernização do Estado do Ceará, por projetos de longo alcance como por exemplo, a ampliação da rede de energia elétrica com a usina Paulo Afonso e a extensão do saneamento básico, a conclusão do projeto do Distrito Industrial; a organização da Companhia de Telecomunicações do Ceará e a instalação da Fabrica de Asfalto do Mucuripe.

Para Silva (2005, p. 110) no Ceará,

o período de nacionalização da economia inicia-se nos anos 60, quando o estado começa a integrar com maior intensidade o circuito nacional de mercadorias e de capital. Nessa fase, várias empresas nacionais abrem filiais em Fortaleza. Esse movimento ocorre também com o setor bancário. (...). Quanto à globalização da economia, só a partir da década de 90, instalam-se lojas de cadeias internacionais, bem como outras filiais dos setores industriais e de serviços.

Nesse período um outro elemento, a ação do capital imobiliário, entra em cena e vai ser determinante na estruturação urbana de Fortaleza. Assim, Bernal (2004, p. 149)

considera que a produção do espaço passou por mudanças importantes com a emergência da produção por condomínios e o concomitante colapso do sistema de promoção por incorporação. Surgem como figuras centrais no processo, os agentes promotores imobiliários, que ampliam o foco da produção de habitação para a produção de imóveis comerciais.

²³Segundo Jucá (2003, p. 45) em 1951, o número de casas construídas atingia o índice de 771, que pouco representava ante o problema da crise habitacional. Os chamados bangalôs da Aldeota eram construídos, muitas vezes, entre casebres e no meio do matagal. No centro da cidade antigas residências foram transformadas em armazéns ou prédios comerciais. Em relação ao crescimento da cidade, na primeira metade do século XX, pouco foi realizado no sentido de proporcionar-lhe nova estrutura as praças foram rareando e tanto as velhas como as novas passaram a ser ocupada por edifícios.

As tendências de crescimento da cidade foram analisadas pelo urbanista Hélio Modesto, em 1962, que lhe elaborou um plano diretor, onde ficava evidente a preocupação social com os bairros e com as primeiras favelas de Fortaleza. Este plano adotou um zoneamento funcional ampliando a possibilidade de crescimento vertical nos setores residenciais, conforme explicação abaixo:

expressa nas formas e tendências de usos e ocupação do solo. estabeleceu uma classificação de quatro zonas residenciais diferenciadas em função do nível de renda da população. Ampliaram-se as possibilidades do crescimento vertical em determinadas áreas da cidade. Nas zonas residenciais - ZR - 2, foram permitidas edificações com até oito pavimentos. Na área central as construções puderam atingir até doze andares, embora esse zoneamento ainda não abrangesse a área a leste do ramal Porto do Mucuripe - Parangaba. Propôs ainda a construção de avenidas e parques ao longo do leito do riacho Pajeú, Jacarecanga e Aguanhambi, como já havia indicado Sabóia Ribeiro (CODEF, 1979 apud COSTA 1988, p. 87).

A segregação sócio-espacial é oficializada neste plano, pois a proposta de zoneamento baseada na renda é ratificada nas tendências de diferenciação do uso e ocupação do solo.

Apesar desse plano não ter sido aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza, das propostas sugeridas por Hélio Modesto, algumas delas foram implementadas, a saber: a construção da Avenida Beira Mar²⁴, fazendo, finalmente a cidade voltar-se para o mar; a construção da Avenida Perimetral, via de acesso aos bairros periféricos, e a abertura da Avenida Luciano Carneiro, favorecendo as condições de acesso ao aeroporto.

²⁴A avenida Beira Mar, local de residências de veraneio, na década de 60, transforma-se na década de 70, na principal zona de lazer da cidade. Nos anos 80 e 90, os restaurantes cedem lugar aos hotéis e edifícios residenciais de alto luxo. No período diurno, o mar passou a ser freqüentado pela população de baixa renda, pelos *coopistas* e turistas. (COSTA, 1998).

De acordo com o diagnóstico da SEPLA o plano do urbanista Hélio Modesto pretendia incorporar atividades culturais para a área central da cidade, onde

considerava a importância de um centro cívico, cultural e administrativo para Fortaleza, em importância compatível com sua escala de capital, a ser situado na região do Poço da Draga/Prainha. Para concretizar este centro cívico o urbanista intuía a localização dos edifícios públicos associados com atividades culturais centrais e um centro de congressos, demonstrando certa expectativa na solução urbanística como inserção, com carácter de desenho urbano. (SEPLA, 2004, p. 59 e 62).

Mediante contrato realizado na gestão do prefeito José Walter Cavalcante (1967-1971), em 1972, com o incentivo do Governo Federal, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), realizado por empresas do sul do país. Através da orientação do PLANDIRF, foram implantados diversos projetos para o sistema viário (Avenidas Presidente Castelo Branco, Borges de Melo, Aguanhambi, Zezé Diogo, e o 4º anel viário) e programas sócio-econômicos, como a instalação de centros comunitários e o desfavelamento, com a construção de conjuntos habitacionais, que foram viabilizados, depois, na gestão do prefeito Vicente Fialho (1971-1975). O PLANDIRF também propôs o plano de aplicação de transportes que indicava o espaço das praças centrais da cidade para utilização de terminais de ônibus.

O PLANDIRF objetivava realizar a incorporação de novas áreas à cidade através da abertura de vias e da construção da ponte sobre o Rio Cocó, o qual funcionava como barreira no processo de expansão de Fortaleza.

A implantação da infra-estrutura através do poder público e a solução do obstáculo ao acesso às áreas além do rio, possibilitou a incorporação do bairro da Água Fria²⁵ à malha urbana de Fortaleza. A construção de equipamentos como a Imprensa Oficial e o Centro de Convenções, instalados próximos à Universidade de Fortaleza (UNIFOR), somada à instalação e extensão de serviços como água, telefone e

²⁵ Naquela época governava o Estado do Ceará o Coronel César Cals, que pertencia à família Diogo, proprietária de terras (Sítio Cocó) na zona leste da cidade. (COSTA, 1988, p. 90).

asfaltamento das ruas, desencadeou, naquela área, a valorização territorial e especulação imobiliária.

Em 1973 foram instituídas no país, as regiões metropolitanas, entre elas a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que inicialmente era constituída apenas por cinco municípios - Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Caucaia e Fortaleza. Posteriormente, outros municípios passaram a ser incluídos e, atualmente, a RMF é composta pelos municípios de Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Caucaia, Maracanaú, Guaiuba, Eusébio, Itaitinga, São Gonçalo do Amarante, Horizonte, Pacajus e Chorozinho. (Dados de 2000).

Na gestão do prefeito Evandro Aires de Moura (1974/1978) foi aprovado um novo Plano Diretor Físico de Fortaleza (1975), estabelecendo diretrizes e que dividia o município em zonas de uso, com o intuito de orientar e disciplinar o crescimento urbano.

o Plano Diretor Físico propunha, com relação ao sistema viário, acentuação do esquema rádio-concêntrico da cidade. Assim foi prolongada a Avenida Santos Dumont (1976)... Também foi prolongada a Avenida Antônio Sales, facilitando o acesso ao Centro de Convenções, UNIFOR, Imprensa Oficial do Ceará e a Academia de Polícia, os quais na época, só tinham como opção a Avenida Santos Dumont e a Rua Francisco Gonçalves. (COSTA, 1988, p. 91).

A cidade configurou-se monocêntrica até a década de 1960. Somente a partir de 1970, estando a área central associada à fragmentação dos espaços e à incorporação do processo de metropolização, iniciava-se a descentralização das atividades administrativas, comerciais e de serviços da área central. A cidade tornava-se policêntrica, alterando assim a sua estrutura urbana. Assim, outras áreas da cidade passaram a ser incorporadas pela elite de Fortaleza, longe do perímetro central. Para Dantas (1995), a policentralidade é uma tendência posta à cidade moderna.

Cartaxo Filho (2004, p. 27) evidencia que o surgimento da cidade policêntrica obedece a lógica de que com a “consolidação do processo de crescimento demográfico-espacial urbano, ampliam-se as distâncias entre o centro tradicional e as novas localizações residenciais, (...) com tendência à constituição de novas centralidades como, por exemplo, subcentro e shopping centers.”

Assim, nesse período, iniciava-se a formação dos centros secundários, como exemplo: o Montese, ao longo da avenida Gomes de Matos, nas cercanias de Parangaba, com destaque para o comércio de autopeças; a Aldeota, onde se desenvolveu, ao longo das avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira e Barão de Studart, um comércio voltado para a classe mais abastada da sociedade, destacando-se pela implementação, em sua área, de vários *shoppings centers*²⁶. Souza (1978) afirma que, nesse período,

(...) surgiu na Aldeota um comércio de luxo constituído, na maioria, por filiais de lojas sediadas no centro da cidade, que adaptaram antigas residências de alto padrão à função comercial. Encontram-se estabelecimentos comerciais nas avenidas Santos Dumont e Barão de Studart. Na primeira, localizou-se o centro comercial a partir de 1973, congregando significativo número de lojas. Paulatinamente foram se instalando nas cercanias do ‘Center Um’ novos estabelecimentos comerciais do mesmo padrão procedendo-se assim uma transformação do uso do solo naquela área que deixou de ter a função tipicamente residencial. (SOUZA 1978, p. 77).

Ao estudar o tipo de comércio existente nos bairros de Fortaleza, nesse período, Souza (1978), faz um paralelo entre Aldeota e Montese, identificando uma significativa diferença entre ambos, justificando que enquanto na Aldeota desenvolvia-se um comércio de luxo com serviços bancários especializados e outros serviços em geral, o Montese concentrava pequenas lojas comerciais que utilizavam residências de baixo padrão, o que deve ter facilitado a ocupação pelo setor comercial.

²⁶Vale ressaltar que foi nesta área onde se instalou o primeiro shopping da cidade, o Center Um, inaugurado em 1974, e para ela foram transferidas várias secretarias e instituições do setor administrativo estadual e municipal, por exemplo, a sede do governo (Palácio da Abolição), o que contribuiu sobremaneira para a migração das funções urbanas, que antes estavam no centro tradicional, para outras áreas da cidade. A partir de 1978, as secretarias e o Palácio do Governo do Estado do Ceará, foram transferidos para o Cambéba, setor sudeste da cidade.

A elite vinculada ao setor imobiliário e ao estado, efetivou sobremaneira o processo de segregação socioespacial. À proporção que as camadas de melhor poder aquisitivo se distanciavam do perímetro central, o estado apresentava algumas alternativas para as camadas populares, através da atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que passou a concentrá-los mais os recursos financeiros e a controlar política e administrativamente, de forma a reduzir o déficit habitacional apresentado pela população que não tinha acesso à moradia, em razão da ausência de recursos para aquisição das mesmas. A população era assistida com os conjuntos habitacionais implementados nos terrenos com custos mais baixos e em áreas distantes. Tais ações não inviabilizaram o surgimento e permanência das favelas, tendo em vista a grande demanda habitacional em detrimento do número de casos subsidiados pelo poder público.

No final da década de 1970 foram construídos, pela Prefeitura de Fortaleza, os pólos de lazer, com o objetivo máximo, acredita-se, de criar alternativas de diversões para a população de baixa renda, evitando a presença da mesma nos espaços eleitos pela classe de maior poder aquisitivo, para práticas de lazer. Foi uma estratégia de disciplinamento com o intuito de segregar as diferentes classes, também no setor do entretenimento da cidade. Entre esses pólos estava o da Barra do Ceará, do Alagadiço e da Praia do Futuro bem como a área urbanizada da Avenida Beira Mar e a construção do Parque Ecológico do Cocó.

Na gestão de Lúcio Alcântara, foi aprovada a Lei de Uso e Ocupação do Solo, 5.122 - A, de 1979. Entende-se que a referida Lei cobria tais construções “por utilizar o critério de densidade populacional, em vez de renda, para dividir a cidade em zonas, o que permitiu o aumento da verticalização, com possibilidade de atingir até dezoito andares em alguns bairros.” (COSTA, 1988).

O alargamento e prolongamento de ruas e avenidas foi decisivo no processo do espraiamento da cidade e, sob seu auxílio, as possíveis barreiras existentes, geralmente, eram dissipadas.

A ação do poder público, mediante elaboração de planos, construção de grandes obras, abertura de vias, instalação de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, incorporou à cidade novas áreas, antigos sítios de uso rural, dando origem aos bairros Papicu, Dunas, Cocó, Água Fria, Edson Queiroz, Parque Manibura, Cambeba e Alagadiço Novo. (Costa, 2005, p. 84).

Na década de 1980, o problema habitacional acentuava-se contribuindo sobremaneira para a ocupação dos vazios urbanos e de áreas periféricas da cidade. Segundo Costa (2005) as praças do centro e as zonas de praias foram invadidas por milhares de camelôs e vendedores ambulantes, que na luta pela sobrevivência encontravam, como alternativa de trabalho, o mercado informal.

É no fim da década de 1980 e início dos anos 1990, na administração do governador Tasso Jereissati, que vários projetos turísticos, culturais, industriais e de infra-estrutura foram incorporados, a saber: bienais, festivais, Centro Cultural Instituto Dragão do Mar, Porto do Pecém, Aeroporto, rodovias, saneamento, entre outros.

Note-se que essa realidade experimentada por Fortaleza foi reflexo das transformações econômicas do Estado Ceará e um dos fatores preponderantes nesse processo foi a estratégia política do chamado 'Governo das mudanças' que se efetivou na segunda metade dos anos de 1980 à década de 1990, e os primeiros anos do início deste século, processo esse que veio contribuir sobremaneira na nova configuração espacial do Estado e da RMF. Esse momento era essencial para a compreensão das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no período, onde se via, também, o destacado crescimento na última década, da capital cearense em relação às outras capitais.

Não obstante a relativa obsolescência na agricultura e na estrutura industrial, Fortaleza passava a engendrar um novo ciclo de industrialização, com predominância no ramo dos calçados, têxteis e alimentos, localizando seus equipamentos, principalmente, na RMF. Segundo Amora (2005, p. 374) “as indústrias instalam-se, em um primeiro momento, em Fortaleza e, mais tarde, em municípios de sua região metropolitana (Maracanaú - onde é instalado o Distrito Industrial -, Caucaia e Horizonte).”

O turismo também surgia com grande expressividade a partir desse período, de modo que a capital cearense procurava absorver significativa demanda dos turistas estrangeiros, visando o crescimento econômico da cidade e, para tal intento, foram incorporados vários equipamentos destinados a atividades turísticas, através da atuação do estado, município e de particulares.

Observa-se que a política industrial propondo a descentralização está na contramão da promoção do turismo, pois a implantação de uma forte infra-estrutura na RMF com o objetivo de uma atração turística acaba fortalecendo a tendência de metropolização da capital. Instalam-se na cidade equipamentos hoteleiros modernos e de grande porte, com atividades geradoras de emprego e renda. Fortaleza assumiu o lugar de importante pólo receptor do Nordeste, atraindo cerca de 15% dos visitantes que desembarcam anualmente no Nordeste. (BERNAL, 2004, p. 68 e 153).

A mesma autora confirma que foi na primeira gestão do ‘governo das mudanças’ (1987 - 1990) que o turismo passou a ser considerado como um eixo de propulsão na economia cearense, destacando o potencial turístico litorâneo e implementando uma infra-estrutura turística, com o apoio da iniciativa privada.

Em 1992, na gestão de Juraci Magalhães, estabelecido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza - PDDU - FOR (Lei 7.061/92), no que diz respeito à estruturação urbana da cidade, Fortaleza era dividida em macrozonas (urbanizada, adensada e de transição), microzonas e as zonas especiais, instituindo o

bairro como unidade de referência principal do planejamento urbano²⁷. Foram definidas também as zonas de urbanização prioritária, em função de sua localização, acesso e infra-estrutura, que tendem a possuir alta densidade das atividades na macrozona urbanizada e adensável, a saber: Centro, Aldeota, Carlito Pamplona, Antônio Bezerra, Parangaba, Montese, Messejana e Seis Bocas. (PDDU - FOR, 2003).

Recentemente o PDDU passou por um processo de revisão e atualização, convertendo-se no Projeto de Legislação Urbanística de Fortaleza - LEGFOR e de acordo com suas considerações sobre o zoneamento do uso do solo do Município, a cidade é dividida em quatro macrozonas urbanizadas e três adensáveis. A macrozona urbanizada é aquela atendida integralmente pela rede de abastecimento d'água e parcialmente pelo sistema de esgoto, onde se verifica a maior concentração da população e atividades urbanas. A macrozona adensável é aquela atendida em parte pela rede de abastecimento d'água sem sistema de coleta de esgoto, onde se verifica uma tendência à expansão das atividades urbanas, com possibilidade de ordenamento e direcionamento da implantação da infra-estrutura, sem prejuízo da ocupação existente.

De acordo com essa estruturação urbana, o Centro está inserido na Zona Urbanizada 1 (ZU 1) que, de modo geral e de acordo com análise do PDDU-FOR, possui uma infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e atividades de comércio e serviços satisfatórias. “Operacionalizar estratégias de requalificação do Centro, inclusive os espaços públicos, é um dos objetivos para a ZU 1.” (PDDU - FOR, 2003)²⁸.

As microzonas são fundamentadas nas características do parcelamento, uso e ocupação do solo, na distribuição das atividades e serviços. Assim, para cada macrozona urbanizada fica definida uma microzona e conseqüentemente, para cada

²⁷ De acordo com o PDDU as macrozonas são porções do território do Município delimitadas por lei e caracterizadas por ocupação, condições de infra-estrutura, equipamentos e serviços básicos diferenciados, identificadas como áreas de gestão e planejamento das ações governamentais. As microzonas são localizadas em quaisquer das macrozonas, caracterizando-se como área de planejamento e de controle da densidade, do uso e da ocupação urbana.

²⁸ Plano diretor em vigor.

macrozona adensável uma microzona. Quanto às zonas especiais elas têm destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo, a saber: as dunas, que são áreas de interesse ambiental, as áreas institucionais, entre outras.

É sob o lema da requalificação do centro tradicional, bem como dos espaços públicos da área central, que as praças do Ferreira e José de Alencar, em especial, vêm ao longo do tempo sendo reconfiguradas, numa tentativa de motivar ainda mais o envolvimento social de seus usuários e suas práticas, através das atividades políticas e culturais nesses espaços públicos.

A cidade cresceu e se espalhou. E, analisando as várias áreas que hoje constituem a cidade de Fortaleza, pode-se observar a diferença marcante entre as zonas leste/sudeste e oeste/sul. No caso das duas primeiras zonas, estas preferidas pela população de classe alta e média alta, são zonas bem dotadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos, compreendendo os bairros: Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Dionísio Torres, Varjota, entre outros e se destacam na implementação de comércio, serviço, saúde, educação e entretenimento quase que auto suficiente²⁹.

Quanto às zonas oeste/sul, o padrão habitacional é dessemelhante, diferenciando-se de acordo com o nível de renda. Para Costa (2005) nas áreas mais próximas ao centro, estão bairros mais antigos, com uma boa infra-estrutura e centros comerciais e de serviços bem equipados. Entre estes sobressaem: Joaquim Távora, Fátima, Benfica, Otávio Bonfim, Montese, Alagadiço, Carlito Pamplona, Jacarecanga, Montese, Monte Castelo, Parquelândia, Pici, Rodolfo Teófilo e Antônio Bezerra.

A cidade continuou a crescer e apesar da intervenção do poder público para viabilizar ações e projetos de forma a contemplar o segmento social menos abastado, não houve redução considerável, em aspectos sociais e econômicos como a falta de moradia, o desemprego e a pobreza.

²⁹Mesmo se tratando de bairros 'nobres' da cidade, as favelas ainda resistem, tornando-se um contraste com os edifícios da classe média e alta.

Dentro desse contexto, Fortaleza, bem como outras grandes cidades brasileiras, experimentou, a partir de meados do século XX, um processo de pulverização de sua área central, o que provocou uma série de transformações socioespaciais na cidade, apresentando, não obstante o seu dinamismo, uma mudança considerável naquele espaço, inserida no novo contexto de modernidade, transformações estas, somente compreendidas, analisando-as à luz das mudanças e incorporações tecnológicas, frutos da globalização, repercutida à escala da compreensão específica.

Para que se compreenda o processo de pulverização do centro tradicional, faz-se necessário entender porque um local “torna-se” centro. Villaça (2001, p. 238-239) ao estudar as cidades brasileiras afirma que o centro surge a partir da necessidade de aglomeração e de afastamentos indesejados, mas obrigatórios (...), de um ponto onde todos gostariam de se localizar. É neste local onde acontece a minimização do “somatório dos deslocamentos do conjunto dos membros da aglomeração”, ou seja, o lugar favorece uma grande acessibilidade com um menor tempo e com o mínimo de esforço.

Essa é a origem material do valor concreto dos centros das aglomerações. Se a essência do valor de uso das localizações está associada à otimização dos deslocamentos de toda a comunidade, é nesse ponto que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração. Isso significa que nenhum outro ponto o supera em matéria de trabalho cristalizado, em valor de uso, ou seja, em acessibilidade. (VILLAÇA, 2001, p. 241).

É através desse processo contraditório de aglomerações e afastamentos que se espelha no espaço intra-urbano “o poder das classes sociais ao escolherem suas localizações em razão de seus variados interesses.” Segundo Villaça (Idem. p. 243), as diferentes classes sociais têm condições distintas de acessibilidade aos diferentes pontos do espaço urbano. Têm diferentes condições de manipular a acessibilidade ao centro e sua localização em relação a elas.

Alguns elementos apresentar-se-ão determinantes para a efetivação dessa disputa, no que diz respeito às condições de acessibilidade ao centro, como os sistemas viários e de transportes (públicos e particulares). Há por exemplo, aquelas pessoas que mesmo empregando uma grande quantidade de tempo no deslocamento do trajeto casa-trabalho-casa, escolheram morar em locais mais aprazíveis, na periferia da cidade. Nesse caso, as mesmas constituem as camadas sociais de alta renda, que ao se estabelecerem em um determinado local, devido à necessidade de minimização do deslocamento, acabam por incorporar atividades de comércio, serviço e lazer. Segundo Villaça, 'para lá também vão (já há décadas) as escolas dessas classes, seus *shoppings* e até o centro da cidade'. (Idem, p. 244).

Em Fortaleza um dos elementos que contribuíram sobremaneira para a atual configuração do espaço metropolitano foi a estruturação da malha viária. A cidade vem incorporando inúmeras melhorias e duplicação dos sistemas viários e de transportes públicos. É através da efetivação do Trem Metropolitano de Fortaleza - METROFOR, ainda em fase de conclusão, que a cidade disponibilizará para a população um sistema de transporte integrado, inserido em uma concepção moderna de transporte coletivo da RMF³⁰.

Nessa discussão, sobre centralidade, a existência de um centro está imbricada "na possibilidade de minimizar o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos". E para Villaça (2001, p. 244), dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais são, portanto (ainda são, sem que pesem suas recentes decadências), pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação e também da cidadania.

³⁰ A implantação do metrô se efetivará, em boa parte, no trecho já existente em superfície; e outra, através da complementação subterrânea que se trata de um pequeno trecho (2,8 km) realizado na área central. "Será nas imediações do centro da cidade, onde o sistema metroviário provocará maior impacto com a requalificação de uma vasta área, onde hoje subsistem bairros, alguns parcialmente degradados, até agora excluídos do vertiginoso crescimento que tem marcado Fortaleza nos últimos anos." (SILVA, 2005, p. 106).

Aqui, ao denominar centro principal, o autor se refere ao centro tradicional da cidade. Esse centro se destaca pela concentração de infra-estrutura, equipamentos religiosos, de lazer e de entretenimento e principalmente por ser marco inicial onde se localizavam as principais funções urbanas, de modo a congregar um grande potencial na interação social. A policentralidade gerou o enfraquecimento dos centros tradicionais como aglutinadores das principais funções metropolitanas. Referente a isso, Villaça

considera que as transformações dos centros principais de nossas metrópoles (...) são uma consequência de seu abandono pelas camadas de alta renda. Inicialmente, o centro começou a ser abandonado como local de compras e serviços (diversões especialmente). Depois, também como local de empregos. Esse abandono pode não significar decréscimo absoluto, mas relativo. (Op. cit. p. 274).

Esse enfraquecimento do centro tradicional tem sido denominado pela classe dominante como 'decadência ou deterioração do centro tradicional' para justificar interesses próprios e naturalizar o processo de mudança/deslocamento dessa área da cidade para outras nas zonas periféricas.

Estrategicamente, esse segmento social estabelece a ideologia da degradação do centro tradicional, argumentando que a 'deteriorização' ocorre porque o centro tradicional ficou velho. Segundo Villaça (2001, p. 279)

esse abandono, como já vimos, foi motivado pela fragilidade da vinculação mútua entre nossos centros e a diminuta classe que o sustenta. No Brasil, a ruptura dessa estabilidade foi facilitada pelas novas condições de locomoção associadas à vulgarização do automóvel e articulada a interesses imobiliários de abrir novas frentes para seus empreendimentos e continuamente renovar o estoque construído.

Com o deslocamento das camadas de alta renda do centro tradicional, este, paulatinamente, passou a atender preferencialmente, ao comércio e serviços da classe de menor poder aquisitivo.

À medida que essas camadas ascendiam como consumidores, suas lojas e serviços começaram a aparecer também nos centros das metrópoles nas áreas abandonadas pelo comércio e serviços que atendiam às burguesias. No final do século XX, a presença das camadas populares nos centros tradicionais era marcante de modo que aquilo a que se chamava ideologicamente de 'decadência' do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. (VILLAÇA, 2001 p. 283).

Com o estabelecimento da classe de maior poder aquisitivo nas áreas periféricas e a concentração das camadas populares no centro tradicional, tornou-se cada vez mais notória a segregação socioespacial, de modo a dividir o espaço intra-urbano em dois centros distintos: o 'velho centro' que se refere ao centro tradicional e o 'novo centro', constituído pela população mais rica. Assim,

O centro tradicional, enquanto foi centro da maioria - das burguesias - era o centro da cidade. Hoje, ele é o centro da maioria popular. Justamente agora que o centro velho é o centro da cidade - pois agora ele é o centro da maioria - a ideologia dominante declara que a cidade tem um novo centro. É curioso. O centro novo, segundo a ideologia dominante, passa a ser o centro da minoria. É o processo de universalização do particular por parte da classe dominante. O "seu" centro deve ser o centro da cidade. (Op. cit. p. 346 - 348).

O caso do centro tradicional de Fortaleza é um exemplo concreto de tal realidade. Concebido como local principal das elites até o início do século XX, o centro da cidade fortalezense passou à mercê das camadas populares em detrimento da valorização de outras áreas da cidade pela elite, distantes do perímetro central. E como foi mencionado anteriormente, essas transformações nos usos e funções dos espaços públicos estão intrínsecos à conjuntura do Estado e, por conseguinte refletidas na cidade Fortaleza.

Em meio a essas transformações, os espaços públicos do centro tradicional passaram a se constituir principalmente pelos vários grupos sociais que ali desenvolvem atividades voltadas a sobrevivência, são eles: vendedores ambulantes, engraxates, aposentados, pregadores evangélicos, prostitutas, crianças de rua, artistas e todo o contingente da população de Fortaleza, área metropolitana e 'interior', à exceção das pessoas de classe média alta e alta ou, senão, alguns de classe média que aspiram o poder econômico e social das classes mais privilegiadas.

Não obstante o deslocamento das camadas de alto poder aquisitivo e de partes significante da função residencial do centro tradicional e a origem de novos centros, o centro antigo, o tradicional, ainda persiste, sua localização é intransferível e, o mesmo, continuará sendo o centro da cidade, mantendo ainda uma grande vitalidade exercida pela classe de menor poder aquisitivo e também, embora em menor escala, pela classe média e média alta.

Os subcentros e os *shoppings centers* são frutos da constituição de novas centralidades. No caso do primeiro, caracteriza-se pela função residencial e desenvolvimento de muitos serviços, até então encontrados somente na área central. O *shopping center*, bastante freqüentado pelas camadas de maior poder aquisitivo, é um dos elementos que contribuiu sobremaneira para o esvaziamento do centro tradicional e principalmente dos espaços públicos desse centro. Trata-se de um estabelecimento que concentra, atividades comerciais, de serviço, lazer e entretenimento e, ainda, disponibiliza uma infra-estrutura com aparatos de segurança, correspondendo às exigências e necessidades dos que dele se utilizam.

Com o processo de metropolização ocorreu a valorização de outras áreas da cidade, de acordo com as necessidades de consumo da burguesia. Sobre isso, afirma Villaça (2001, p. 141),

que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também uns e outros mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residências, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareçam mais conveniente (...). É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.

Em meados do século XX, notadamente a partir dos anos 60, a sociedade fortalezense passou a experimentar outros locais para exercerem suas atividades no setor de comércio, serviço e entretenimento. Assim emergiram as casas de *show*, as *boites*, os equipamentos turísticos, os serviços de telecomunicações, os grandes restaurantes e pizzarias, as cadeias de *fast-food*, o *Habbib's*, entre outros. De modo que todos esses serviços estão acessíveis, fora do perímetro central, voltados para a classe de maior poder aquisitivo, concentrando-se principalmente na Aldeota, Meireles, Água Fria, Edson Queiroz, entre outros bairros. A implementação desses elementos contribuiu, notadamente, para o esvaziamento das praças do centro como local principal de sociabilidade.

Para que se compreenda esse novo perfil de refuncionalização do centro e de seus espaços públicos, cabe enfatizar as palavras de Silva (2005, p. 110) mencionadas anteriormente, quando a partir dos anos 60 o estado passou a integrar com maior intensidade o circuito nacional de mercadorias e de capital, sendo em 90 inserido no mercado global da economia.

Hoje, o centro da cidade é marcado pela refuncionalização de seus usos e atividades, de modo a refletir nos seus espaços públicos, a perda considerável do poder de atração, em detrimento da emergência de outros espaços como local de lazer e de entretenimento. Nesse sentido,

um processo de ajuste sócio-espacial conduzem à constatação da eleição do centro da cidade como bairro preferencial de negócios e serviços para a população da periferia. A crescente incorporação de fluxos pendulares periferia/centro/periferia intensificou a dinâmica urbana de Fortaleza, especialmente a área central e seu entorno, acentuando o processo de transformação manifesto, especialmente, na acelerada extensão da malha urbana que se adensa e se fragmenta simultaneamente. (Op. cit. p. 116 e 117).

A pulverização do centro tradicional e o surgimento de novas centralidades, ressalte-se, não se constituem em produtos socioespaciais antagônicos e não obstante a presença de outras centralidades, o centro tradicional de Fortaleza agrega um poder econômico significativo no contexto municipal, sendo o maior empregador e estando entre os maiores arrecadadores de impostos. (QUADRO 1). De acordo com os dados do quadro 1, verifica-se que, em termos de arrecadação anual de ICMS em 2002, com R\$ 174 milhões, o Centro ficou atrás, apenas, da Aldeota (R\$ 360 milhões). Mas no que se refere ao número de empregos, se destaca com um número de mais de 67 mil empregos.

Quadro 1 - Comparação entre a Arrecadação de Impostos do Centro e seus principais concorrentes (2002)

Território	Número de Empregos	Arrecadação ICMS (R\$ Mil)	Arrecadação ISS (R\$ Mil)	Arrecadação IPTU (R\$ Mil)
Fortaleza	337.015	1.997.643	107.280	54.012
Centro	67.562	174.588	17.480	5.686
Aldeota	25.616	360.860	14.554	7.999
Meireles	42.622	8.938	6.519	7.584
Praia de Iracema	1.242	4.52	483	387
Eng. Luciano Cavalcante	ND	22.517	ND	ND
Edson Queiroz	2.410	17.196	868	1.583
Parque Manibura	ND	519	378	217
Cambeba	464	393	93	424
Messejana	11.661	105.393	687	277
Antônio Bezerra	3.954	18.783	234	238
Alagadiço São Gerardo	8.917	9.583	705	528
Benfica	9.494	5.720	1.510	535
Bairro de Fátima	6.514	17.381	5.354	1.899
Joaquim Távora	14.747	8.862	1.935	1.224
Parangaba	8.471	31.128	1.629	426
Montese	5.288	24.687	516	425
Barra do Ceará	8.913	30.649	340	262
Carlito Pamplona	ND	1.472	48	168

Fonte: SEPLA - PMF, 2004.

ND - Não Dispõem de Estatística Individualizada de Emprego.

ICMS - Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços.

ISS - Imposto Sobre Serviços.

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.

Não obstante o deslocamento de algumas atividades e funções da área central para outros bairros, através dos números expostos anteriormente pode-se identificar o seu importante desempenho em razão de seu dinamismo, que está mais voltado para as atividades de comércio e serviços das classes populares e, como atrativos para esse segmento social, emerge uma grande quantidade de shoppings populares com preços acessíveis, concentrando diversos compradores.

Como Fortaleza não se firmou como uma cidade tipicamente industrial, impera a inclinação de cidade terciarizada, e segundo Bernal (2004) 'o fortalecimento do terciário é uma tendência apresentada mundialmente pelas economias metropolitanas, onde o crescimento mais notável acontece nos serviços de comércio ambulante, hospedagem e alimentação, de incorporação de imóveis etc.'

Ao longo do tempo a população do Centro de Fortaleza vem diminuindo generalizando uma perda considerável, o que demonstra a dificuldade enfrentada em atrair a população para essa área da cidade, nos dias atuais. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2000, em 1996 a população do centro era de 27.584 habitantes e em 2000, de 24.775, constituindo um decréscimo de 2,65%.

O centro tradicional da cidade tornou-se uma área desafiadora para as gestões administrativas que vêm procurando, ao longo do tempo, minimizar o discurso ideológico de área deteriorada, lançando propostas que visem reabilitar a função residencial através de mecanismos que atraiam a população para essa área da cidade.

Nesse sentido, a arquiteta Margareth Matiko Umura, Coordenadora do Programa de Reabilitação das Áreas Centrais e uma das responsáveis pelo desenvolvimento das diretrizes gerais do Programa Ministério das Cidades, afirma que ao contrário do que se pensa 'o centro não perdeu a vida, ele é pulsante'. Segundo ela, faz-se necessária a atuação, em conjunto, do setor público e privado para que se efetive a atração das famílias para o centro. A grande questão é que o mercado imobiliário não se vê atraído pela idéia de investir naquela área. Ressalta ainda que 'os planos diretores estão passando por uma revisão, de forma que a aplicação dos instrumentos precisa ser experimentada em operações urbanas'. (Palestra: alternativas para a questão da moradia em Fortaleza: moradia no centro, desafios e perspectivas-22/11/2005).

O próximo capítulo procura mostrar os usos e funções dos espaços públicos da cidade de Fortaleza, em especial as praças em estudo, identificando as diversas territorialidades que se constroem nesses logradouros. E é a partir dessa refuncionalização do centro, que "repartido, fragmentado, configura os diversos territórios em seu interior, confirmando suas condições de espaço privilegiado de negócios, de encontro, de troca e de múltiplas atividades." (SILVA, 2005, p. 117).

CAPÍTULO 3. AS PRAÇAS E SEUS USOS: TEMPORALIDADES E TERRITORIALIDADES

A praça é um espaço público, ou seja, um espaço livre para ser usado pela sociedade. Mas, não obstante seu atributo, ao longo do tempo, a mesma vem se distanciando de seu papel como espaço de alteridade. A organização do espaço reproduz a estrutura sócio-econômica, de modo que a pobreza e a riqueza se territorializam em espaços diferentes no cotidiano da metrópole. Essa reprodução se perpetua também nos espaços públicos de modo a configurá-los a partir da forma como estão sendo utilizados e por quem estão sendo apropriados. Segundo Silva (1995), os espaços públicos no centro indicam, pelo uso e usuário, a mudança de relações sociais dentro do processo de evolução da cidade.

Se em tempos pretéritos as praças da área central detinham a prevalência enquanto espaço de lazer e sociabilidade, deve-se considerar o momento histórico imbricado ao contexto econômico. A cidade se formou ali desenvolvendo suas atividades política, econômica e social. Desse modo, também era no Centro onde se localizavam os espaços lúdicos e de diversão para a sociedade que ali residia.

Assim, os espaços de maior congregação e que marcaram sobremaneira a história da cidade, por conta da diversidade de acontecimentos que ali se processavam, eram as praças. Nelas, além dos momentos de lazer, também se registravam momentos tensos, referentes ao quadro político e econômico e, em outras ocasiões, algumas figuras cômicas que chamavam atenção dos frequentadores. Paulatinamente, a cidade foi crescendo e incorporando outros espaços de sociabilidade, o que contribuiu para a descaracterização da função de lazer como sendo o foco principal daquela área.

O Centro de Fortaleza é hoje uma área de concentração de comércio e serviços. Seus espaços públicos quando não são apropriados de forma indevida, são abandonados e/ou degradados; ou ainda, pode ter-se, também, os mesmos espaços servindo apenas como local de passagem e sem equipamentos apropriados para uso da população.

Assim, o centro da cidade, espaço apropriado por diversos grupos sociais, não é simplesmente um ponto de convergência da malha viária, delimitado por um traçado de ruas e avenidas, ou mesmo um ponto de aglomeração da cidade, ele é mais do que isso, é, principalmente, lugar de referência histórica, como se percebe nos comentários de Silva Filho (2004).

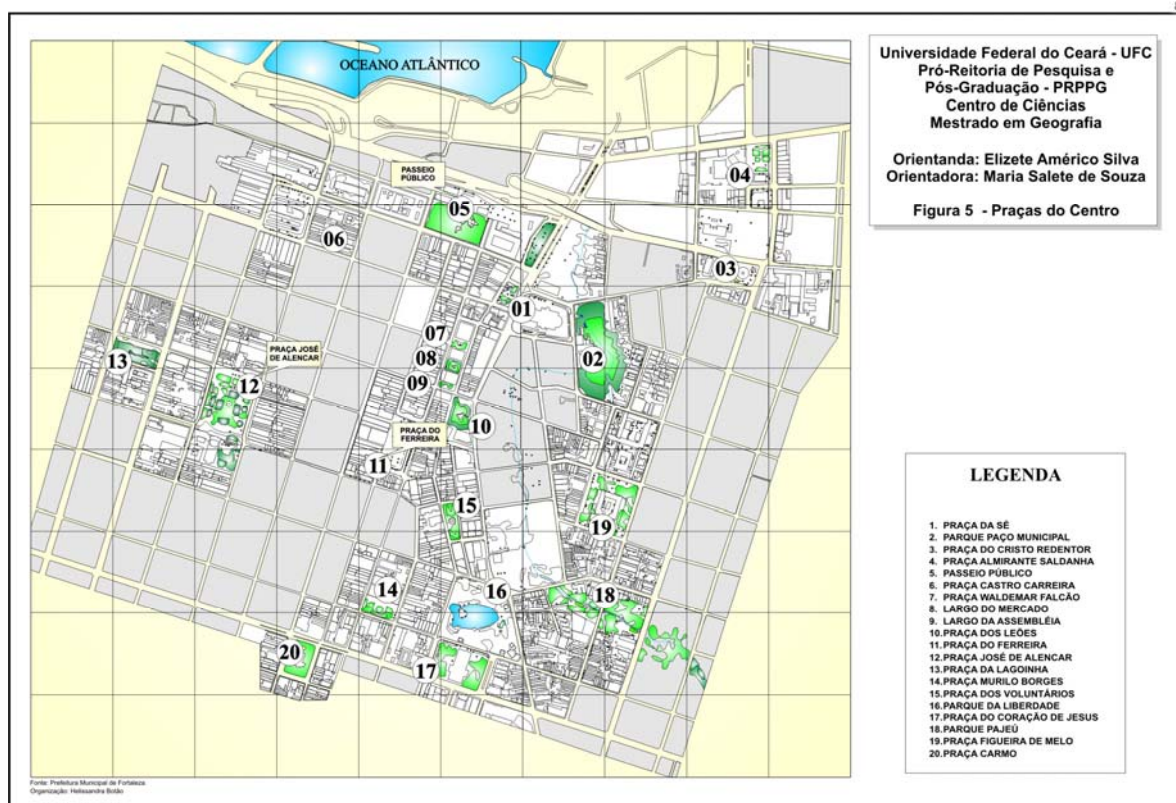
Espaço de alta densidade histórica e pluralidade cultural, o centro de Fortaleza, revela-se como espaço fragmentado com diferentes territórios em seu interior, possibilitando múltiplas solidariedades e recriações no universo de atividades nele desenvolvidas.

Analisando por esse prisma, as praças em estudo, situadas no centro da cidade, destacam-se pela diversidade de territórios onde se estabelece um conjunto de práticas sociais a serem apresentadas a partir do estudo das mesmas, na atualidade. (FIGURA 5).

O Centro é recortado por vários territórios, separados por fronteiras invisíveis e apropriados por grupos sociais distintos. Visualizam-se no espaço que circunde essa área da cidade, praças e bares divididos para a prática da prostituição, marquises onde dormem grupos de moradores de rua, esquinas que são ponto de encontro de gangues, bancos de praças, uns utilizados para o encontro de homossexuais e outros reservados para grupos dos aposentados. É nesta perspectiva de apropriação, ou melhor, de territorialização dos espaços, que se intencionou fazer uma análise geográfica das praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público.

Nossa pesquisa de campo observou os territórios marginais da prostituição e viu que eles se reservam a determinados logradouros. É notória essa prática, nas temporalidades diurna e noturna, na Praça José de Alencar e no Passeio Público, independentemente da presença ou ausência da segurança policial. Os territórios da prostituição se expandem para além desses logradouros, efetivando-se em outras áreas do centro da cidade. Outro território marginal é o das crianças de rua que assumem a função de pedintes quando não estão cheirando cola, ou praticando

pequenos furtos. Os mendigos misturam-se aos transeuntes construindo o que Souza (1995) caracteriza de territorialidade flexível.



3.1 As temporalidades e as territorialidades

Vários fatos marcantes entraram para a história da cidade ao longo do tempo, e boa parte deles aconteceu nos espaços públicos, de modo especial, nas praças do Centro de Fortaleza. Das pessoas que geralmente circulam no Centro, poucas são aquelas que conhecem ou já ouviram falar da representatividade que os espaços públicos (praças) desempenhavam na cidade. E mais raro ainda são as pessoas que, por curiosidade, observam ou sentam num dos bancos de uma praça central para descansar dos itinerários constantes e diários. “O costume antigo de reunir amigos e familiares nas praças para conversar, sentados nos bancos, sob a sombra

das árvores está sendo esquecido”. (ANDRADE, 2006). Assim, a história da cidade avança e se perde com a alteração dos costumes e significado desses espaços públicos.

Geralmente, a maioria dos fortalezenses que vão para o Centro da cidade, hoje, tem algum objetivo específico: estão a trabalho ou foram às compras, o que geralmente leva a um transcurso apressado, com trajetos curtos e objetividade. Nessa perspectiva,

há uma diferença entre o *caminhante* - agente de improvisos constantes, traçados variados e rastros fugidios - e o *passante* - indivíduo desapegado com o ambiente social que o rodeia, amplamente integrado no sistema de regras voltadas ao deslocamento eficiente, separado dos lugares que percorre. (ARANTES, 1994 apud SILVA FILHO, 2003, p. 19).

É no caso do primeiro, através do passo desacelerado, sem tempo cronometrado e sem trajetos pré-estabelecidos, que se consegue abstrair dos espaços o significado histórico cultural. Enquanto para o segundo, esses elementos que fazem parte da cidade passam despercebidos.

Atualmente, a maioria dos espaços públicos que constituem o centro encontra-se num estado de abandono tal, que o ato de freqüentar um espaço público com o objetivo de permanência ou passagem, gera um sentimento de medo e aflição, em razão da insegurança apresentada nesses espaços³¹. Contudo, ainda existem praças que se destacam pela dinâmica e diversidade de acontecimentos, onde a história cotidiana se constrói. É constante o esforço despendido pelos órgãos gestores da cidade em tornar as praças do centro mais atrativas aos cidadãos.

³¹ Os locais mais tradicionais, no centro de Fortaleza, foram abandonados pelos cidadãos, que não se sentem mais à vontade para freqüentá-los, devido a falta de segurança e de estrutura. (ANDRADE, 2006).

As praças do centro de Fortaleza sofrem com o abandono. Entre os principais problemas estão a insegurança, poluição sonora e sujeira. A praça do Ferreira é exceção na cidade. Na praça José de Alencar, mendigos e ambulantes disputam espaços com os artistas e cantores evangélicos. (O POVO, 29/04/1998, p. 19A).

No caso específico das praças, objeto de estudo, a praça do Ferreira é a que se apresenta mais preservada com condições de acolher a quem desejar passar ou permanecer por mais tempo na mesma. Além de ser limpa, a segurança realizada pelos policiais nesse local é freqüente na temporalidade diurna.

Contrapondo à situação de abandono das praças do Centro de Fortaleza, é a praça do Ferreira reformada pela última vez em 1991, na gestão de Juraci Magalhães, a praça vem conseguindo manter-se conservada e limpa. Não se encontram vendedores ambulantes e outras figuras que são tão comuns nas outras praças. (Idem).

Em visita de campo observou-se que esses elementos deixam a desejar no Passeio Público, principalmente na temporalidade noturna, quando deveria ser mais presente a atuação dos policiais, constatou-se a total ausência dos mesmos.

No que diz respeito à praça José de Alencar, não obstante a presença freqüente dos guardas municipais e dos policiais, ela vem se apresentando como *locus* principalmente dos vendedores ambulantes, que se apropriam desse espaço público da cidade. Talvez pela presença das paradas de ônibus na rua General Sampaio, do lado da praça, a área tornou-se um dos locais onde é muito marcante a poluição sonora.

É perceptível a mudança do uso e dos freqüentadores dos espaços públicos do Centro da cidade de Fortaleza, nos últimos anos. As praças, acima citadas, foram, no passado locais privilegiados pela sociedade cearense e ali aconteciam os principais eventos culturais. Com a perda da função residencial e institucional, a área central passou a concentrar fundamentalmente as atividades comerciais e de serviços, enquanto as praças ganhavam novos usos, sendo apropriadas por parcelas significativas da população menos abastada.

Se o Centro não possui a primazia de tempos passados pelo fato de que algumas funções foram deslocadas para outras áreas da cidade, o mesmo “conserva uma grande vitalidade e se presta a um leque de atividades - moradia, trabalho, lazer, compras, troca de informações, alimentação e sociabilidade para a população de menor poder aquisitivo.” (SILVA FILHO, 2004).

Assim, caracterizar as territorialidades, presentes, atualmente, nesses espaços públicos, compreende, em primeiro momento, definir as relações de poder que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais que se apropriam destas áreas; e, em segundo, identificar as diferentes temporalidades (diurno/noturna) em que ocorre essa apropriação. As praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, apresentam diversidades de usos nos períodos diurno e noturno e diferenciações quanto à forma como vêm sendo apropriadas pelos diferentes atores sociais.

3.2 A Praça do Ferreira

Determinar precisamente a gênese da praça do Ferreira não é tarefa fácil. Para Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), “é como querer determinar a idade de uma cidade. É impossível que isso aconteça da noite para o dia. Porque elas vão sendo construídas aos poucos pela própria população.” (O POVO, 08/02/1999). Em relação à Praça do Ferreira, a afirmação é comprovadamente verdadeira. Isto porque que, antes da construção e efetivação daquele espaço público, o local era permeado pelo ajuntamento de pessoas que freqüentavam a Botica do Ferreira, a mais importante da cidade, no início do século XIX, além, é óbvio, da atividade comercial da própria Feira Nova, função primeira daquele espaço, como sendo público e que lhe emprestou o primeiro nome.

Ali, passou a concentrar-se uma grande quantidade de comerciantes, provocando o deslocamento dos compradores e vendedores da Praça da Sé, localização anterior daquela feira e que era considerada a área central da cidade. Em 1843, na gestão do Presidente da Câmara³² Antônio Rodrigues Ferreira (1843-1859), instituiu-se oficialmente o espaço compreendido entre as ruas Major Facundo e Floriano Peixoto, como uma praça e esta veio a ser um marco na história da cidade³³. Paulatinamente, a Praça passou a vivenciar os movimentos culturais mais significativos da cidade, fossem de ordem intelectual ou popular, acompanhando e sofrendo, em si mesma, na medida em que se expandia a Cidade, as transformações de Fortaleza.

Várias foram essas transformações, como dito anteriormente e acompanharam as mudanças de governo e seus interesses, em geral. O 'processo de remodelação sócio-urbana de Fortaleza' "intensificou-se a partir das décadas de 1880 e 1890, época de instauração do regime republicano no Brasil (1889). O novo regime e o novo século que se avizinhava reforçaram os anseios dominantes em alinhar o País ao progresso e à modernidade". (PONTE, 2004, p. 179).

Nesse processo de remodelação, a cidade de Fortaleza elegeu como espelho da modernidade, a cidade de Paris, considerada a mais bela do século XIX. Assim, além da incorporação do estilo arquitetônico, a cultura européia também foi absorvida no cotidiano dos fortalezenses. Desta forma,

não foi à toa que na década de 80 quatro elegantes cafés, em estilo *chalet* francês surgiram nos quatro cantos da praça do Ferreira. Tinha que ser lá, a praça era o principal logradouro desde a primeira metade do século XIX. Em seu entorno estavam os principais estabelecimentos comerciais, repartições públicas e o ponto de partida e chegada dos bondes. (PONTE, 2004, p. 171).

³² O cargo que equivaleria a Intendente, ou seja, Prefeito.

³³ Segundo Costa (2005, p. 66) "a Câmara Municipal, em 1833, é instalada na praça da Feira Nova. (...). Com o presidente da Câmara, Boticário Ferreira, o centro do poder municipal se fixa nesta praça denominada, então, de praça Municipal". A praça do Ferreira recebeu também o nome de praça Municipal ou da Municipalidade, praça Pedro II e em 1871, praça do Ferreira, em homenagem ao Antônio Rodrigues Ferreira, o Boticário Ferreira.

O Café Elegante ficava na esquina sudeste (rua Pedro Borges com Floriano Peixoto), o Iracema na esquina sudoeste (rua Pedro Borges com Major Facundo), o do Comércio, na esquina noroeste (rua Major Facundo com Guilherme Rocha) e o Java, na esquina nordeste (rua Guilherme Rocha com Floriano Peixoto). A exemplo dos cafés parisienses constituíam-se *locus* agregador de políticos, intelectuais e boêmios que discutiam temas políticos, literários e do cotidiano.

Foi no Café Java, o primeiro a ser construído e o predileto da maioria dos intelectuais, onde nasceu o movimento literário mais importante da capital, idealizado por Antônio Sales, a Padaria Espiritual (1892-1898). Dos quiosques existentes na praça, o Café do Comércio era o maior e juntamente com o Elegante possuía uma parte superior (assobradado). (FOTO 1). Neste período, a iluminação da cidade era a óleo de peixe e o transporte feito em dorso de burros mas a praça era aconchegante e convidativa aos frequentadores.

Segundo Ponte (2004)

os cafés eram apenas um dos indicadores de uma 'epidemia' que se alastrava em Fortaleza e em outros centros urbanos ocidentais naquele fim de século: a febre do afrancesamento. Para parecer cosmopolita, *chic* e se distinguir socialmente, era preciso estar em dia com as modas e modismos franceses, já que o modo de vida parisiense era a principal referência de modernidade. (PONTE, 2004, p. 171).



FOTO 1 - Café do Comércio, Praça do Ferreira, século XIX
Fonte: Arquivo Nirez.

A incorporação do 'afrancesamento' processou-se não apenas no modo de vestir e na arquitetura, mas no modo de vida, hábitos e costumes e, inclusive, no modo de falar, com a freqüente utilização de expressões em francês para indicar o grau de representatividade e importância na sociedade. É o que afirma Nirez, em entrevista concedida ao Jornal da Cidade - TV Cidade/canal 8 - 30/06/2006: "na época, os fortalezenses copiavam a cultura francesa: o estilo arquitetônico, o modo de vida..."

A partir de 1880, a praça adquiriu grande relevância com a instalação dos bondes puxados por burros, cuja estação principal funcionava ali mesmo, distribuindo-os para outras áreas da cidade. As primeiras linhas ligavam o Centro à Praia, à Alfândega, ao Matadouro e à Estação Ferroviária. (FOTO 2). Contudo, apesar da pompa dos freqüentadores e das "imitações parisienses", Aderaldo (1989, p. 61), ao descrever a Praça do Ferreira naquela época dizia que:

a praça era, até 1902, um vasto areal cercado de mongubeiras e outras árvores onde se realizavam feiras (seu primitivo nome fora Feira Nova). Não se revestia sequer de calçamento tosco e apresentava, em sua extensão, manchas irregulares de capinzal.

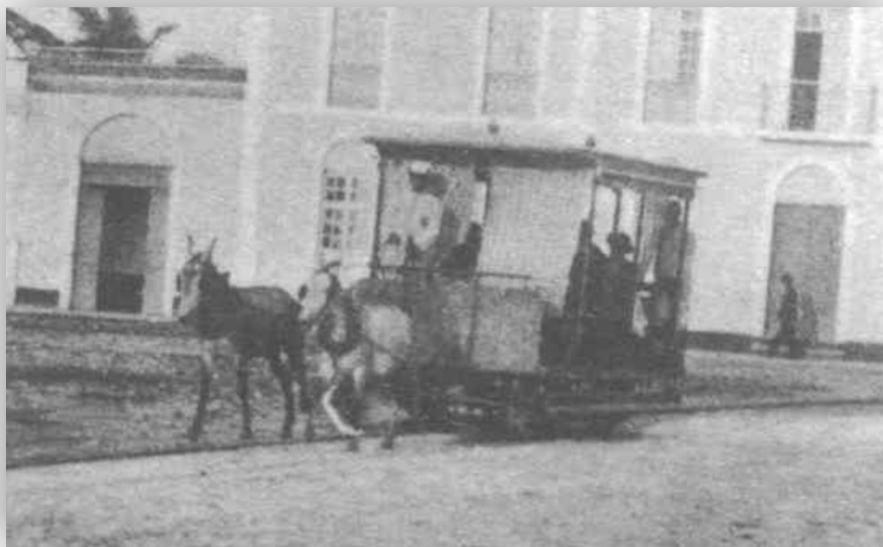


FOTO 2 - Bonde a tração animal, século XIX.
Fonte: Arquivo Nirez

Cinquenta e nove anos após sua construção, em 1902, na gestão do Coronel Guilherme Rocha, a praça que se configurava em um vasto areal com quatro quiosques e uma cacimba³⁴ ao centro (FOTO 3), recebeu novo aspecto.

³⁴Para um olhar atento de um observador, no entorno da coluna da hora, encontra-se ainda hoje essa cacimba que, por muito tempo, no século XIX, garantiu o fornecimento de água potável.



FOTO 3 - Resquícios da Cacimba do século XIX, Praça do Ferreira, 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo Pessoal.

É interessante mencionar a importância dos cacimbões cavados nas praças, os quais eram utilizados para o abastecimento de água à população naquela época. Os registros históricos apontam as praças Municipal (atual praça do Ferreira) e da Carolina como locais que, além das instalações das cacimbas públicas, tinham sido também aformoseadas. Segundo Silva Filho (2003)

há 150 anos as cacimbas constituíam as principais fontes aquíferas de Fortaleza. Em torno delas escravos e escravas, homens e mulheres pobres livres se juntavam para transportar água para as casas e estabelecimentos comerciais. As famílias mais abastadas, por sua vez, geralmente mandavam construir cacimbas no quintal de suas residências. Ali trocavam diálogos, gracejos, informações, falavam de suas condições de vida e habitação, queixavam-se dos patrões e dos senhores, 'matavam' tempo de trabalho parando para descansar, demorando-se mais do que o necessário... Cacimbas, poços e chafarizes públicos constituíam lugares de intensa sociabilidade num período em que a cidade ainda não dispunha de um sistema subterrâneo de abastecimento d'água para as residências. (SILVA FILHO, 2003, p.19-20).

Ponte (2004, p. 180), declara que entre 1896 e 1912, período de vigência da oligarquia comandada pelo presidente Antônio Nogueira Accioly, foram retomados os investimentos embelezadores e disciplinantes para a capital e sua população. Foi o tempo também da gestão municipal de Guilherme Rocha, intendente (prefeito) nomeado pelo oligarca Accioly. Retratado como homem fino e europeizado, Guilherme Rocha foi o administrador que mais se empenhou pelo aformoseamento de Fortaleza.

Guilherme Rocha objetivou o aformoseamento da praça em estilo 'Belle Époque', construindo o Jardim 7 de Setembro que a tornou bela e florida e a cercou com grades de ferro, cimentado-a com piso róseo e preservando os quiosques que se tornaram o núcleo das concentração das pessoas que iam aos cafés e à Praça. Havia também, ali, um chafariz com quatro torneiras, um cata-vento e 28 lampiões a gás, no Jardim 7 de Setembro³⁵.(FOTO 4).

Girão (1997), descreve assim, a Praça Municipal do início do século XX, atual Praça do Ferreira:

o passeio tem um portão em cada um de suas faces, é dividido em cruz por largas avenidas cimentadas, vinte e oito lampiões da luz pública fazem a iluminação interna; e fora em derredor das grades, erguem-se 20 combustores auxiliares, o que, o todo produz o desejado efeito. A frescura e a beleza ornamental do jardim, aliando-se à alacridade dos Cafés e, agora, as sinfonias das retretas noturnas, espiritualizando mais e mais o ambiente concorreram para transformar a Praça no mais pulsátil coração urbano. (GIRÃO, 1997b, p. 130).

Diante de tanta beleza esse espaço público não tinha como passar despercebido na vida social da população e atraía, inclusive, os residentes do entorno da praça, com sua nova configuração.

³⁵ Um fato curioso que predominava na época era que os jardins das praças também recebiam um nome. No caso da praça do Ferreira os jardins foram batizados de 7 de Setembro.



FOTO 4 - Jardim 7 de setembro, na Praça do Ferreira, início do século XX (Gestão Guilherme Rocha).
Fonte: Arquivo Nirez.

A sociedade daquela época não se reunia apenas em cafés, restaurantes, confeitarias e demais estabelecimentos do gênero. Os bancos das praças também eram pontos de reuniões de pessoas representativas dos setores econômico, político e cultural.

No início do século XX, os bancos da Opinião Pública, da Democracia, dos Comunistas e o Banco que não teve nome deram o que falar na praça do Ferreira. A inscrição no ladrilho da praça do Ferreira conferia singularidade àquele assento.. Estava lá, estampado em letras garrafais, com um misto de gaiatice e vaidade: O BANCO. (...) Em frente à farmácia Pasteur e cine Majestic, ficava o Banco da Opinião Pública, liderado pelo jornalista Demócrito Rocha. (...) O jornalista Daniel Job e o professor e ex-reitor da Universidade Federal do Ceará, Antônio Martins Filho eram freqüentadores de carteirinha do Banco da Democracia. (...) O Banco dos Comunistas também resiste na figura do octogenário de Alberto Galeno, neto do escritor e poeta Juvenal Galeno. Ex-membro do Partido Comunista do Brasil, ele lembra da perseguição sofrida em 1964, quando os papeadores dos bancos da praça do Ferreira eram confundidos com subversivos. (PAULA, 1999).

Segundo os cronistas da época que retrataram o assunto, reunir-se em torno dos bancos no centro de Fortaleza tornou-se um hábito, de modo que, aos poucos se constituíram as reuniões onde se discutiam vários assuntos e principalmente os relacionados à política.

Esse costume teria surgido no Passeio Público, antes do embelezamento da Praça do Ferreira, no entorno da qual foram construídos os quiosques. O BANCO teve origem no Passeio Público e era conhecido como Banco dos Velhos³⁶. A Praça do Ferreira “foi embravecidamente roubando o papel antes exercido pela Praça da Carolina e pelo Passeio Público, até bater em festa como o coração afetivo e efetivo da cidade.”³⁷

Em 1910, Otacílio de Azevedo recém chegado da cidade de Redenção (CE), acompanhado do irmão, saía para conhecer a Praça do Ferreira e, com surpresa, assim descreveu sua beleza:

o centro (da Praça), cercado por grades de ferro pintadas imitando bronze, oferecia aos meus olhos um bellissimo jardim - rosas, dalias, papoulas - enfim uma imensa variedade das mais belas flores que vira em toda a minha vida. (AZEVEDO, 1980, p. 24).

A Praça do Ferreira era considerada “o coração da cidade³⁸” em virtude da grande movimentação e vitalidade que ela concentrava. Ela atraía a atenção de todos com

³⁶Marciano Lopes refere-se ao Banco dos Velhos retratando que: “era sagrado e nenhum profano podia nele sentar-se. Era exclusivo dos velhos intelectuais, cultores da memória da cidade.” (LOPES, 1988, p. 52). Esses intelectuais ao migrarem para a praça do Ferreira conquistaram novos adeptos e incentivaram o surgimento de outros bancos.

³⁷Jornal O POVO 21 de maio de 1991, pág 2B, caderno Vida e Arte.

³⁸Atualmente, a praça do Ferreira ainda mantém o título de “o coração da cidade”, pois além de ser o ponto mais vital, a mesma exerce um sentido muito importante para a cidade como símbolo e resgate da imagem da sociedade fortalezense. Vale ressaltar que, em 2001 referida praça foi escolhida pelos fortalezenses como ícone da cidade.

seu comércio, seus cafés-quiosques, seus cinemas, suas garapeiras... Os comícios do antigo coreto, ponto preferido pelos oradores de toda sorte... A Praça, palco de tragédias ou de notas hilariantes, centro geográfico de uma população que não deixava de passar por lá, sob algum pretexto ou sem pretensão nenhuma. (GIRÃO, 1997a, p. 68).

Deva-se lembrar o famoso 'Cajueiro Botador', assim conhecido por produzir frutos durante todo o ano. Muitos o chamavam de 'cajueiro da mentira', sendo aproveitado o seu caule para sustentar uma urna onde se recolhiam os votos requeridos para eleger o maior mentiroso da cidade, ato que, segundo alguns autores, representava o *molequismo* cearense. Essas 'eleições' começaram a acontecer em 1904 e perduraram até 1920, quando o cajueiro foi derrubado, na gestão do Prefeito Godofredo Maciel³⁹.

Em 1925, ainda no mandato de Godofredo Maciel, a praça foi novamente reformada. Foram retirados os quiosques, a praça passou a ser mosaicada e foram construídos vários jardins e um coreto que foi coberto, posteriormente, em sua reeleição. (FOTO 5).

³⁹Era o cajueiro da mentira. Melhor: o suporte da urna em que se elegiam os mitômanos graduados todos os anos a primeiro de abril, considerado o dia nacional da potoca. A sua sombra, como um pálio, resguardava a mesa eleitoral, que recebia os votos populares do mais animado e vero dos pleitos, tudo ornamentado de bandeirinhas de papel e agitado de foguetes, bandas de música e bombas de estouro. No Café Java, ao lado, as cervejadas sucediam-se, aguardando-se a apuração final. (GIRÃO, 1997b, p. 118).



FOTO 5 - Jardim 7 de setembro, na Praça do Ferreira, na gestão de Godofredo Maciel, 1925.

Fonte: Arquivo Nirez.

O plano de remodelação, idealizado nessa gestão, reflete o ‘fim da vigência da ‘belle époque’ em Fortaleza que, em razão da expansão da cidade, além de outras mudanças, teve de ver alguns de seus logradouros serem ‘encolhidos’ pela necessidade de melhor viabilizar o fluxo de veículos. Os cafés e os jardins da praça do Ferreira

conviveram romanticamente e harmoniosamente com o ritmo compassado de bondes puxados por burros e charretes em volta da praça. Amplos e bucólicos, os cafés e o jardim 7 De Setembro agora eram vistos como obstáculos que deveriam desaparecer para dar passagem ao pragmatismo do vai-e-vem frenético da multidão de transeuntes, automóveis e bondes elétricos dos agitados anos 20. (...) tem início a constituição de uma nova organização do espaço urbano fortalezense, mais paltada pela racionalidade do que pelo embelezamento. (PONTE, 2004, p. 186).

Para Sennett (1998, p. 29), “uma vez que se tornou função da movimentação, o espaço público perdeu todo sentido próprio independente para experimentação”. Assim, o fato de as pessoas estarem motorizadas, de certa forma, impossibilita-as de ver e sentir a Cidade, no trajeto realizado pelo automóvel, ao

contrário de quem caminha que pode abstrair os elementos da paisagem, de forma singular.

Em 1920, o visitante Joaquim Pimenta descrevia os lugares por onde passava. Vindo de Tauá, saiu a conhecer as ruas do centro da cidade, guiado pelo tio Benigno. Segundo sua descrição, Fortaleza apresentava os seguintes aspectos:

ruas e ruas cruzando, sem becos, formando quadriláteros, o Palácio do Governo, acachapado, dando para uma praça com sua estátua de bronze, em pé, marcial: era o General Tibúrcio, herói da guerra do Paraguai. O mercado, todo de ferro, onde tomei, numa barraca, um copo de murici, bebida oleosa, amarelada, mas de agradável sabor. Dali ao Passeio Público, todo arborizado, com canteiros floridos, de onde eu ia, afinal, ver, pela primeira vez, o mar cujo bramir parecia que já me sussurrava aos ouvidos... Fomos ao Outeiro onde chácaras de luxo se defrontavam com a casaria pobre dos pescadores e catraieiros; Alagadiço, bairro aristocrático; Benfica, no fim da linha ferro-carril, rigorosamente o único passeio suburbano que Fortaleza oferecia, naquele tempo, aos forasteiros. Às cinco horas da tarde, na Praça Marquês do Herval, foi a minha primeira impressão da vida elegante da cidade. Moças sorridentes acompanhadas de matronas sérias, sentadas nos bancos cruzando com rapazes no mesmo vai e vem e troca de olhares. (GIRÃO, 1997a, p. 33 e 34).

Tal descrição evidencia o paulatino crescimento da cidade e a incorporação de novos bairros pela classe dominante fora da área central. “A ocupação de Jacarecanga e da Praia de Iracema pelas elites, configura o surgimento dos primeiros bairros elegantes, delineando de forma mais visível os novos espaços burgueses e enfatizando a segregação sócio-espacial.” (PONTE, 2001).

Atreladas a todas essas transformações, surgiam, também, as tensões sociais na cidade, devido ao grande contingente de pessoas pobres que procuravam a área central com o objetivo de melhorar de vida. A área central configurou-se em um espaço problemático, uma vez que concentrava toda a movimentação comercial e dos serviços, como lojas, armazéns, cinemas, clubes e parques.

Outra reforma significativa aconteceu em 1932, pelo então prefeito Raimundo Girão, que retirou o coreto e construiu em seu lugar a ‘Coluna da Hora’, inaugurando-a aos fins do ano de 1933 e início de 1934. (FOTO 6). Nesse período,

a praça do Ferreira detinha maior importância, sendo nela instalado o relógio com a hora oficial do município, como uma forma de garantir a 'coordenação das atividades urbanas' dos cidadãos. 'Nenhum outro espaço público detinha tanto prestígio, agregando no seu entorno a partida de várias linhas de bondes e os principais cinemas, restaurantes, lojas de moda e casas comerciais. As mais importantes manifestações culturais e políticas da cidade tinham naquele logradouro seu foco irradiador. (SILVA FILHO, 2004, p. 81).



FOTO 6 - Coluna da Hora, na gestão de Raimundo Girão, 1933.
Fonte: Arquivo Nirez.

A reforma realizada entre 1941 e 1942, por Raimundo Araripe, trouxe completa modificação do aspecto da praça. Os ônibus dos bairros Benfica, Prado e Jacarecanga, que tinham pontos de parada na face norte, passaram a estacionar na face leste, reduzindo significativamente o espaço da praça.

Em 1946, foi demolido o quarteirão que compreendia o prédio da Intendência Municipal e outras construções. Sob determinação do Prefeito Acrísio Moreira da Rocha, foi construído em 1949, o Abrigo Central (FOTO 7), na esquina da Rua Guilherme Rocha com Floriano Peixoto. Nele existiam as paradas de ônibus, boxes, casas de merendas como a famosa 'Pedão da bananada', livrarias como a do

Agora, casas de vender discos e as bancas de revistas. Naquele espaço popular, aconteciam reuniões profissionais, discussão de pessoas dos diferentes segmentos sociais, comentários sobre esportes, política, música, enfim, os mais variados assuntos, estabelecendo-se como local de grande movimentação. O Abrigo Central foi demolido em 1967. (FOTO 8).



FOTO 7 - Abrigo Central, meados do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez.

A partir dos primeiros anos de 1960, a praça do Ferreira,

antes lugar hegemônico de sociabilidade da população, entra em declínio e, gradativamente, perde sua importância como elemento polarizador do lazer dos vários segmentos sociais, os quais, apesar de suas diferenças, podiam usufruir, ainda que de maneira segregada, o mesmo espaço urbano. (PONTES, 2005, p. 78).

Com a diminuição considerável da função habitacional e sem mais o interesse das classes mais abastadas como seu local de consumo, trabalho e lazer, o Centro, aos poucos, foi-se degradando, transformando-se em área de comércio para os consumidores pobres.



FOTO 8 - Praça do Ferreira sem o abrigo central e a coluna da hora, final do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez.

Entre 1968 e 1969, na administração do prefeito José Walter Barbosa Cavalcante, ocorreu mais uma reforma na Praça do Ferreira e, quando concluída, causou grande insatisfação, acarretando o desaparecimento dos frequentadores tradicionais, passando a atrair um outro público. A Coluna da Hora foi demolida e a Praça configurou-se em um local pouco aprazível (FOTO 17). Conforme reportagem do Jornal O Povo, os

enormes blocos de concreto espalhados no local, foram feitos para impedir uma visão totalizante e evitar aglomerações na praça. A derrubada da Coluna da Hora e a construção da Galeria Antônio Bandeira indignaram os antigos frequentadores, que reclamavam ainda da falta de bancos, árvores, iluminação, critério visual e aconchego. (O POVO, 1991, p. 2B).

A praça, espaço de polêmicas e de debates, tornou-se “sem alma, toda de cimento, sem arte, sem bancos de madeira, sem iluminação e com esconderijo que só beneficiariam as guerrilhas da época da ditadura militar.” (NIREZ, 1991)⁴⁰.

Vale ressaltar, que as reformas nos espaços públicos é uma realidade brasileira em razão das mudanças ocorridas, ao longo do tempo, na história das cidades. E, atrelados às formas atuais desses espaços, estão também os fragmentos do passado. Quando se tem uma justaposição de temporalidades, questiona-se qual a importância e necessidade desses equipamentos, hoje, para que se legitimem as intervenções dos poderes municipais nos espaços públicos da cidade?

As cidades brasileiras vêm sendo alvo de várias intervenções, dentre elas, o ‘revigoramento dos centros históricos’ através de ações como: restauração de fachadas, alargamento de passeios, renovação do mobiliário urbano, reformas dos logradouros e edifícios antigos, entre outras. Mas, para além dessas realizações nos aspectos físicos dos equipamentos urbanos, o poder público não pode perder de vista o objetivo maior que é a visão integrada dessas ações. Assim, “deve-se pensar e estimular os trajetos, articular visitas às edificações, promover uma reinserção dessas áreas com as práticas do usuário da cidade.” (SILVA FILHO, 2003). Acredita-se que dessa forma, esses espaços terão ressuscitado o seu significado e a ‘memória pode se constituir elemento de ligação entre vários tempos e experiências sociais’. Quanto a isso, o mesmo autor cita Menezes, quando este diz:

a memória diz respeito, antes ao presente, que ao passado. Exilá-la no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro. A memória gira, portanto, em torno de um dado básico, o fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. (MENESES, 1990 apud SILVA FILHO, 2003, p. 26).

⁴⁰Jornal O POVO, 21 de maio de 1991, pág 2B, caderno vida e arte.

Ao se reportar à praça do Ferreira deve-se destacar o seu significativo conteúdo social constituindo-se, ao longo dos anos como um “ícone” para Fortaleza. Tradicional local do encontro e da sociabilidade foi um espaço de lazer por excelência, sendo ainda hoje a praça de maior representação no centro. Torna-se perceptível a grande vitalidade que ali se efetiva, através dos eventos culturais, manifestações sociais e a permanência de alguns usos que vêm resistindo em meio às transformações ocorridas naquele espaço público.

De modo que, a praça do Ferreira, com muita frequência, vem recebendo a visita de professores de instituições públicas e privadas para retratar o valor histórico da mesma, bem como sendo utilizada como local para eventos culturais e campanhas de saúde e é, ainda, o local preferencial para manifestações políticas. No dia 11/03/2006, por exemplo, foram observados em visita a campo na referida praça, a concentração de alunos e professor do Curso de Especialização em Educação da UFC, realizando uma aula prática no centro da cidade. E o colégio de Ensino Fundamental e Médio Sênior, em 15/03/2006, com a presença de quinze alunos e dos professores de história e geografia, falando da importância da praça para a história da cidade.

Dentre as atividades realizadas e contempladas na praça do Ferreira pode-se destacar os shows e eventos políticos, campanhas sociais, a comemoração do aniversário da cidade, as festas juninas, natalinas e pré-carnavalescas, os protestos dos servidores públicos, a concentração nos jogos da copa etc. De modo que, a praça é palco dos principais eventos da cidade, desenvolvendo assim, um grande poder de congregação social. A exemplo disso, no dia primeiro de maio do ano de 2006, quando se comemorava o dia do trabalho, foi realizado, naquela Praça, um grande show do cantor Belchior, patrocinado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Um dos acontecimentos de maior destaque para a cidade é a comemoração do seu aniversário. É um momento no qual se mobilizam todos os setores sociais. São realizadas palestras, seminários e outras atividades, envolvendo as instituições públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas, procurando abranger e movimentar a sociedade fortalezense. (FOTO 9). De forma que, a culminância do evento é,

tradicionalmente, encerrada com um bolo gigante para a degustação de todos, prática iniciada na gestão do prefeito Juraci Magalhães.

Nesse período, é comum, a Universidade Federal do Ceará, através dos Departamentos de Geografia e História, porem em prática, procurando resgatar a memória da cidade, o projeto de extensão 'Nas Trilhas da Cidade', que vem sendo difundido desde 1995. Tal projeto é liderado pelos professores e estudantes da UFC, que realizam atividades com estudantes do ensino fundamental e médio nas escolas da rede pública, procurando mostrar aspectos histórico-culturais da cidade, em aulas de campo nos principais marcos da cidade e, em especial, nas praças do centro.



FOTO 9 - Trilha realizada pelos professores e alunos do SESC (aniversário da cidade) 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo pessoal.

Em 2005, por exemplo, referida praça foi palco principal para as manifestações dos servidores públicos federais que propunham um indicativo de greve, caso suas reivindicações de reajuste salarial não fossem atendidas pelo governo. (FOTO 10). Os professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) também

protestaram, exigindo do Governo do Estado a realização de um concurso para a contratação de mais professores. (FOTO 11). Há também as ações dos professores da rede pública estadual que se utilizaram desse espaço para suas reivindicações. (FOTO 12). Como exemplo, foram registrados alguns momentos do último ato de protesto contra as condições de trabalho dos educadores da rede pública estadual, realizado no dia 14/03/2006.



FOTO 10 - Manifestação dos servidores públicos Federais, jun/2005.
Fonte: Jornal Diário do Nordeste.



FOTO 11 - Estudantes e professores da UECE encenam uma peça, mai/2005.
Fonte: Jornal O Povo.



FOTO 12 - Assembléia dos professores da rede estadual de ensino, jun/2005.
Fonte: Jornal O Povo.

Neste ano de 2006, as comemorações pré-carnavalescas, foram festejadas na praça do Ferreira. O bloco 'Concentra, mas não Sai' apresentou-se, pela primeira vez no centro e agradou os foliões que festejavam no local. Há algum tempo o bloco concentrava a festa no Mercado dos Pinhões mas, devido à necessidade de um espaço maior, os festejos foram transferidos para a praça do Ferreira. Ela congrega, indistintamente, as várias classes sociais, como, por exemplo, "a dona de casa I. C. que reuniu a família e amigos e o promotor de justiça A. B. acompanhado de sua mãe, esposa e filho". (ALBUQUERQUE, 2006, p. 8).

Um outro evento, por ocasião dos jogos de futebol da copa do mundo, quando o Brasil jogava, a praça tinha outra dinâmica, pois muitos se reuniram ali para viver aqueles momentos. A Praça do Ferreira foi o local escolhido pelo povo e pela imprensa como lugar representativo da Cidade de Fortaleza, sendo apresentada como tal, em rede nacional, durante aquele evento.

Merecem ser mencionadas, também, as tradicionais festas natalinas que acontecem na Praça, quando esta se mostra belamente adornada produzindo encantamento aos olhos de quem a vê, através do espetáculo luminoso, tornando-se cartão postal da Cidade. (FOTO 13).



FOTO 13 - Praça do Ferreira, dez/1997.
Fonte: Revista Viaje Bem.

Os casos abordados anteriormente tratam de atividades de massa, cujo foco principal é a praça. Mas há, ainda, outras situações onde a maioria das pessoas procura, com muita frequência, esse espaço público como local de lazer, contemplação e de descontração, a saber: os estrangeiros, os casais de namorados, os autônomos, micro-empresários, e trabalhadores do comércio do centro, em seu horário de almoço,

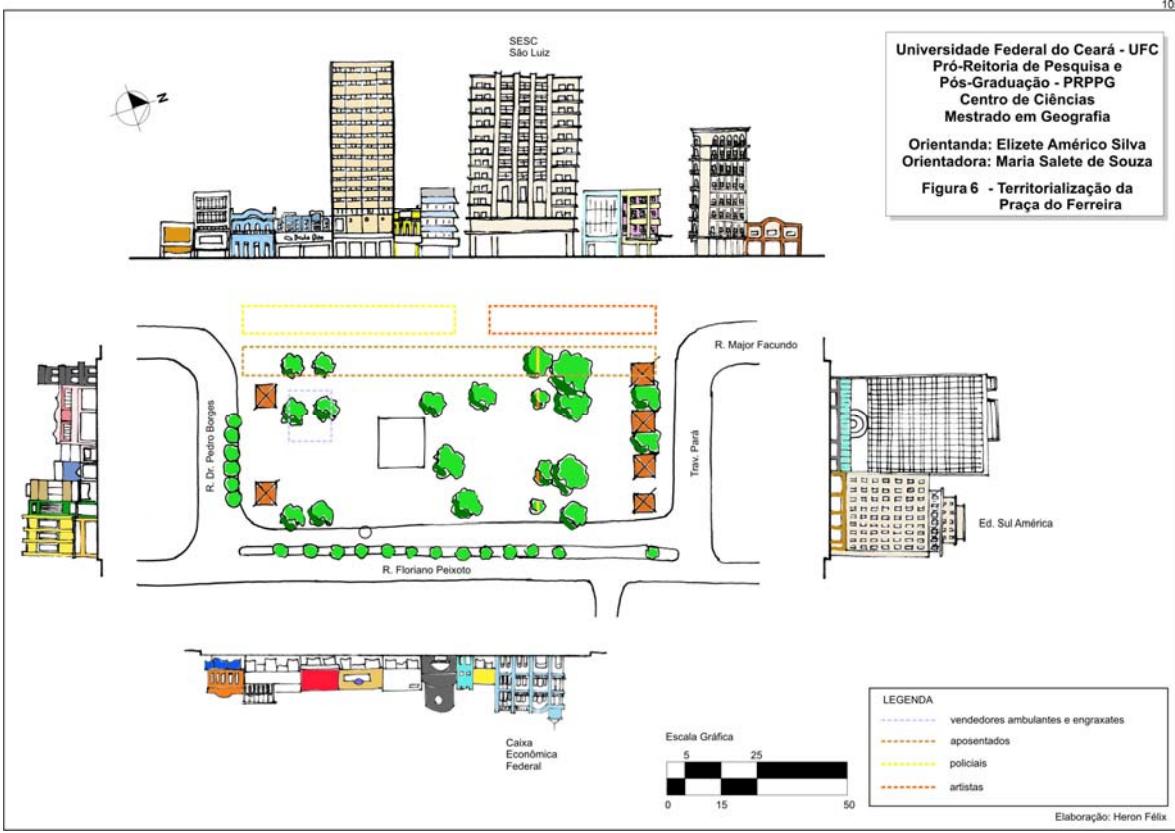
como, por exemplo, os vendedores das lojas Casa Pio, C. Rolim, Esposende, Losango, Otoch etc.

Importa evidenciar uma diferença na natureza dos encontros que acontecem hoje na Praça e os que ocorriam no passado. Estes ocorriam “in loco”, as pessoas se conheciam ali, enquanto passeavam e marcavam seus encontros para outros locais e em outras ocasiões. Hoje, a Praça é ponto de encontro no sentido de que as pessoas se conhecem em outros locais e marcam para se encontrarem ali. O ex-bancário aposentado J. C., 76 anos, depõe: “agente usava a praça para marcar encontros”.

Há ainda aqueles que fazem uma analogia da cidade com uma casa, referindo-se à praça “como a sala de visita de Fortaleza”, atribuindo assim grande importância a esse espaço público, no contexto maior da cidade.

Na mídia local, atualmente um dos logradouros que ainda é considerado “o coração da cidade” é a praça do Ferreira. “Todas as histórias têm um cenário e a praça do Ferreira foi, e ainda é, o palco de muita coisa. Hoje os pontos de encontro são outros dentro da praça, mas alguns resistem ao tempo. São nestes locais que se constrói a história da Cidade.” (Jornal O Povo 10/05/1996).

Durante o dia, pode-se observar uma grande diversidade de atores sociais que vêm definindo diferentes territorialidades na praça do Ferreira, como por exemplo: os aposentados, os policiais, os engraxates, os evangélicos e alguns vendedores ambulantes .(FIGURA 6). A presença do comércio informal é pouco marcante nesse espaço público. Existe uma peculiaridade neste logradouro que difere dos outros, pois os ambulantes não são fixos, eles caminham pela praça oferecendo suas mercadorias, destacando-se entre estes, os vendedores de lanches, picolés, sorvetes, entre outros. Segundo eles, chegam à praça pela manhã e retornam para casa ao anoitecer.



Com relação à territorialidade dos evangélicos, pode-se dizer que ela também é flexível, já que atuam onde há uma maior concentração de pessoas nos bancos e, ao concluir seu objetivo, ausentam-se do local. (FOTO 14).



FOTO 14 - Territorialização dos evangélicos, Praça do Ferreira, 2006.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo pessoal.

Das praças do centro da cidade, onde a maioria encontra-se degradada, a Praça do Ferreira é a mais conservada e agradável. Nela existe a presença constante de policiamento, realizado pela Polícia Militar (PM) e também da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF), transmitindo uma segurança maior aos que a frequentam. No entanto, o esquema de segurança não é o mesmo em todos os dias da semana, expandindo-se ou diminuindo de acordo com a existência ou não de eventos. Em dias normais, a segurança é feita de modo pouco ostensivo, tanto pela Guarda Municipal como pela polícia militar. Pode-se considerar, segundo Souza (1995), que essas variações acordam com a escala periódica do território, que se referem às mudanças ocorridas em um determinado momento, no qual o substrato espacial permanece o mesmo, mas a dinâmica da praça muda.

Outra territorialidade diurna que merece destaque é a dos aposentados que caracteriza, em especial, a Praça do Ferreira. A concentração desses atores remonta ao século passado e, talvez, essa seja a única territorialidade que resistiu, ao longo do tempo, na respectiva praça. Eles se tornaram um dos elementos comuns àquele espaço, mesmo independente das reformas da praça, realizadas pelo poder público. Em matéria publicada no jornal O Povo, nos anos de 1986, evidenciou-se esse fato ao se descrever que: “com imaginação, eles criam o seu tempo [...] antigos camaradas ou novos amigos, os aposentados são solidários, bem humorados e espirituosos.” (13/04/1986, p.8).

Ainda hoje, essa prática é constante. As territorialidades dos aposentados encontram-se, principalmente, nos bancos em frente à Loja Marisa, ao Centro Cultural SESC Luiz Severiano Ribeiro e à Loja Toc Disco. (FOTO 15). A amizade existente entre os mesmos pode vir de longas datas, ou ainda de pouco tempo, de forma que são nesses encontros diários que muitos assuntos do cotidiano vêm à tona como, política, futebol etc. Há um consenso em relação a essa constatação, e em entrevista com o aposentado F. N. (70 anos), ele sinaliza que a praça do Ferreira faz parte do povo antigo, e assim se refere: “venho para encontrar os amigos, pois nasci e me criei aqui no centro, na rua Senador Pompeu [...] a Praça representa tudo para mim, ela é meu refrigerio”. Declara ainda: “o nome do nosso grupo é A Turma da Praça, e quem não for da nossa turma não senta neste banco.” (que se encontra em frente à Loja Marisa). Já F.S (73 anos), que faz parte da mesma turma de amigos do banco, diz: “a praça representa tudo, aqui discuto política e me divirto também”. Ainda outro, F. N. 70 anos, afirma: “a praça ainda é o palco político e cultural popular, isso não se perdeu, acontece que antigamente aqui era o foco principal, mas hoje além dessa praça existem outros lugares de diversão na cidade.” E J. C., 76 anos, declara: “é a minha referência, pois é mais convidativa, mais freqüentada e mais segura”.

Segundo entrevista concedida ao jornal O Povo, o engraxate M.F., que trabalha no ramo há mais de 40 anos, diz ter ouvido a vaia que o povo deu ao sol. “Na hora que o sol botou os olhos do lado de fora a negada deram vaia” diz ele. (CARVALHO, 2006). Esse é também um momento bastante lembrado e registrado por todos da época e, inclusive, pelos cronistas da Cidade.

Outro comenta que no ano que nasceu, em 1933, a Coluna da Hora foi inaugurada, tornando-se motivo de apreciação na época. “para os dias de hoje ela tem mais um valor simbólico.” E para J.C, “a atual coluna da hora não é tão bela quanto a primeira.”

É muito comum também ouvir-se comentários, relembrando figuras bizarras que fizeram parte da história da praça. Hoje, algumas são identificadas, inseridas na dinâmica local, como é o caso de M. G. (o senhor alto e magro de paletó) que se diz poeta. É registrada também a bizarrice de um “homem negro, forte, que vocifera contra tudo e contra todos em frente à Farmácia Avenida, dizendo: “eu tô falando há muito tempo, os bandidos tão tomando conta da sociedade.” (CARVALHO, 2006).



FOTO 15 - Territorialização dos aposentados, Praça do Ferreira, 2006.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo pessoal.

Têm-se outros arquivos que retratam ainda a permanência do território dos aposentados na praça do Ferreira ao longo do tempo. O Guarda Municipal e estudante de filosofia da UECE, S. N., declara que “O que eu gosto de fazer aqui é perceber como os grupos jamais se misturam, assim, abertamente. Mas é claro que há formas mais sutis de inter-relação entre eles, os mesmos se respeitam como outra parte igualmente legítima da praça. Se um grupinho falta um dia, por algum motivo, os outros vão notar, com certeza.” (O POVO, 30/10/1994).

Para além desses territórios, outro elemento que não passa despercebido no entorno da praça, é a presença de mães carentes que, comumente acompanhadas de crianças menores, por conta do dinamismo ali existente, expõem-se nas calçadas, visando obter alguma ajuda das pessoas que circundam aquele espaço.

Na temporalidade noturna, a maioria dos territórios é subtraída, caso não haja nenhuma atividade cultural na própria praça ou no Centro Cultural SESC Luiz Severiano Ribeiro. A diversidade territorial nas temporalidades diurna e noturna apresenta-se evidente no contexto da dinâmica urbana local.

- A Praça e seu entorno

As praças não se inserem no espaço urbanizado de forma isolada. Os elementos que compõem o seu entorno exercem grande relevância para a configuração da dinâmica local. Vale ressaltar que, no passado, o dinamismo dos logradouros era atribuído à presença marcante de determinados equipamentos urbanos na referida área da cidade, principalmente, a função residencial no entorno desses espaços públicos.

De início, merecem comentários as edificações do entorno da praça. Em 1828, foi construído, pela junta da Fazenda Nacional, um prédio para abrigar a Escola de Ensino Mútuo - 1ª escola para o sexo masculino, localizado na Rua da Alegria (atual Rua Floriano Peixoto). O mesmo foi inaugurado em 1829, posteriormente passou por reformas, sendo entregue, em 1890, à guarda municipal para serviços junto ao quartel. O prédio foi demolido e em seu lugar foi construído em 1914, o Palacete Ceará. O edifício possui estilo eclético (Art Nouveau, Neobarroco e Neoclássico), foi utilizado como a Rotisseri Sportman (restaurante e casa de chá), e em 1955 foi comprado pela Caixa Econômica Federal permanecendo, assim, até hoje. (FOTO 16).



FOTO 16 - Caixa Econômica Federal do Ceará, 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo pessoal.

De acordo com Girão (1997), o primeiro cinema foi construído entre 1908 e 1914, chamava-se Cinema Di Maio e localizava-se na esquina da rua Guilherme Rocha, em frente ao Hotel Excelsior. Posteriormente, foi construído em 1917, em estilo Art Nouveau, o Cine Majestic de propriedade de Severiano Ribeiro. Mais tarde, o grupo construiu mais dois cinemas: o Cine Diogo, inaugurado em 1940, e o Cine São Luiz em 1958, inspirados nos modelos americanos. O prédio do cinema São Luiz traz, em sua arquitetura, linhas neoclássicas e inspiração arte-decô e tem capacidade de agregar em seu espaço físico 1.500 pessoas. Possui *hall* e escadaria revestidos em mármore, com lustres de cristal da antiga Tchecoslováquia (atual República Tcheca). Atualmente funciona como centro de atividades culturais do SESC e, além dos filmes exibidos, realiza eventos culturais.

Situado na esquina noroeste da praça, o Excelsior Hotel foi inaugurado em 1931, deixando de funcionar em 1987. Considerado o 'melhor hotel das décadas de 30 e 40'⁴¹, sua arquitetura foi inspirada em um edifício de Milão. Esse hotel foi considerado o primeiro 'arranha-céu' da cidade, todo em alvenaria e utilizou trilhos de trem para servir como base de sua estrutura. Nesse período, o centro ainda aglutinava funções de moradia, comércio e lazer. Não existiam muitos edifícios elevados, e para além da presença de alguns hotéis, a maioria das residências era casa e sobrado. Em meio a tantos edifícios, hoje, o Excelsior Hotel já não se destaca no que diz respeito à altivez de seus sete andares mas, simbolicamente, guarda um grande valor histórico na cidade. (FOTO 17). Atualmente, parte dele é utilizada em atividade comercial.



FOTO 17 - Hotel Excelsior, 1930.
Fonte: Arquivo Nirez.

Funcionaram também na praça, o Hotel Savannah e o Edifício Sul América, que se encontravam na direção norte. Eles foram construídos na segunda metade do século XX. Defronte a estes prédios, num trecho da rua Guilherme Rocha, existia o sobrado do Pacheco, adquirido pela municipalidade para funcionar a Intendência Municipal e a Sala de Júri. Este sobrado foi demolido e em seu lugar foi construído, em

⁴¹ O Povo 06/05/2002.

1949, o abrigo central, na administração do prefeito Acrísio Moreira da Rocha. Por essa época, a cidade não havia despertado ainda o interesse pela área litorânea, o que justifica a implementação dos hotéis na área central, *locus* primordial dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais.

O prédio, onde hoje funciona o restaurante L'Escale, foi construído no início do século XX com uma arquitetura neoclássica. Neste local funcionou durante muito tempo o Clube Iracema, freqüentado pela elite cearense. Atualmente, é ocupado por pequenas lojas em sua base e, na parte superior, o restaurante L'Escale.

A lanchonete Leão do Sul resiste há mais de 70 anos (desde 1926), sendo, mesmo hoje, bastante freqüentada pela classe média durante a semana e, principalmente, aos sábados, com a venda de caldo-de-cana e pastel, trazendo um lembrete especial para os clientes desavisados: 'a azeitona do pastel de frango tem caroço'. Nos finais de semana, a casa fica cheia de modo que os clientes degustam a iguaria de pé, devido à grande disputa pelo local. O prédio da Farmácia Oswaldo Cruz teve fundação em 1934 e é considerado o mais antigo estabelecimento do entorno da praça do Ferreira. Foi a primeira farmácia de manipulação da cidade e ainda hoje mantém sua atividade.

O entorno da praça também exerce um papel relevante na dinâmica local. Atualmente a praça começa sua movimentação no início da manhã, a partir das 8:30 horas, quando as lojas do entorno são abertas e a circulação dos transeuntes acontece de modo considerável. Os vendedores das lojas Marisa, C&A, Esplanada, entre outros, que se concentram ali, abordam os transeuntes oferecendo o cartão de compra das respectivas lojas.

A esse tempo, os engraxates já se encontram dispostos, aproveitando as copas das árvores para se esquivarem do sol. A maioria dos engraxates são jovens, ao contrário da praça José de Alencar, que todos são idosos e a maioria aposentada.

Ao anoitecer, quando as atividades ligadas ao comércio se retraem, um outro elemento vem à tona no entorno da praça, são os estabelecimentos dos bingos que começam a funcionar.

3.3 A Praça José de Alencar

A história da Praça José de Alencar remonta ao século XIX. Tratava-se de um largo de areia que, em virtude da presença da igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, passou a denominar-se Praça do Patrocínio e cuja construção data de 1849. A igreja começou a ser construída em 1850 e foi inaugurada em 1879⁴². Antes da inauguração da mesma, em 1870, a praça recebeu oficialmente o nome de Marquês do Herval. Ali, havia um belo jardim de nome Nogueira Accioly (FOTO 18), inaugurado em 1903, na administração do intendente Guilherme Rocha. Nove anos depois com a derrubada do governo Accioly, o jardim foi batizado como Franco Rabelo⁴³.

De acordo com os relatos de vários escritores, dentre eles, Girão (1997), Nirez (1991) e Azevedo (1992), a praça era um lugar belo e servia como local de sociabilidade, ou seja, passeio e lazer. No comentário de Azevedo (1992), é possível perceber a importância da mesma na vida das pessoas:

a praça era ajardinada com bom gosto, sobre quadrados de grama bem cuidada, havia touceiras de flores das mais variadas espécies. Colunas de mármore vindas de Portugal, trabalhadas em estilo coríntio, sustentavam grandes jarros de porcelana japonesa. Nesses receptáculos havia plantas exóticas de grande efeito estético e nas longas alamedas mosaicadas, inúmeros bancos de taliscas de madeira pintados de verde. Belos combustores de luz carbônica, esverdeada, davam ao local uma atmosfera de fantasia, convidando ao sonho ou ao repouso. À noite famílias inteiras - moças, velhos, rapazes e crianças - enxameavam no meio daquela vegetação luxuriante, ou sentavam-se nos bancos. (AZEVEDO 1992, p. 40).

⁴² Vale consultar Menezes (1992, p. 156), que faz uma bela descrição da igreja do Patrocínio nessa época (século XIX).

⁴³ Político cearense sucessor de Nogueira Accioly.

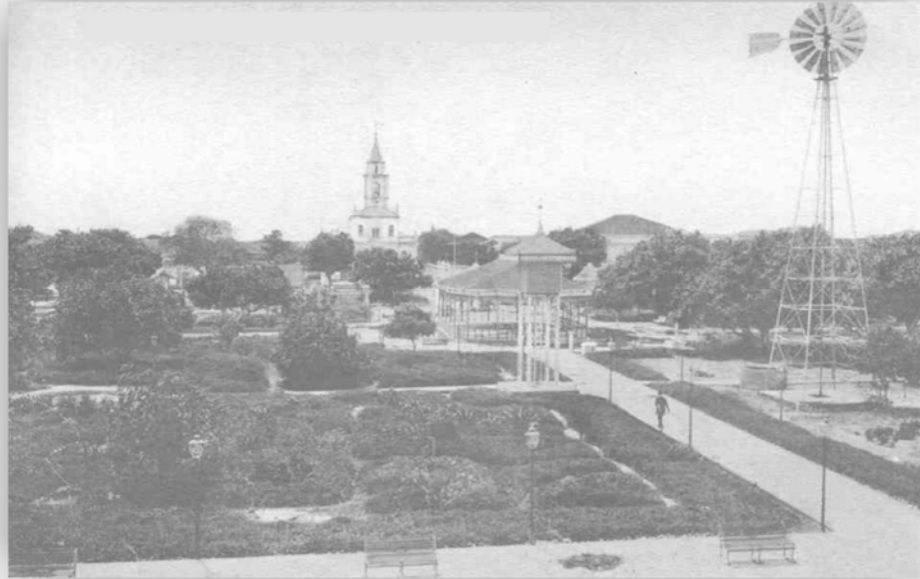


FOTO 18 - Praça Marquês do Herval, atual praça José de Alencar, início do século XX.

Fonte: Arquivo Nirez.

A Praça José de Alencar era calma, rodeada de residências, freqüentada pelos moradores que residiam nas adjacências, pelos estudantes do colégio Pedro II, pelos membros da Fênix Caixeiral⁴⁴, e do Batalhão Militar, além de políticos e pessoas ilustres da época. Outro prédio que fazia parte do entorno da praça era a Escola Normal (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), que desempenhava um papel importante, pois formava as professoras para as escolas do Estado. Segundo Menezes (1992, p. 52) ela foi inaugurada em 22 de março de 1884 e o mesmo autor, referindo-se àquele prédio, afirmava: “colocada no ângulo esquerdo da face meridional da praça do Marquês do Herval, atraindo pela sua arquitetura simples,

⁴⁴Os antigos comerciantes, que eram chamados de caixeiros, fundaram em Fortaleza no dia 24 de Maio de 1891, a “Fênix Caixeiral”, entidade da mais alta importância na época, não só para a classe alta, mas para a cidade. Naquela época os vendedores em casas comerciais tinham o nome de ‘caixeiro’. A entidade tinha tudo para atendimento a seus sócios e funcionava como instituto de previdência, já que, na época, tal não existia. Essa sede deu abrigo a várias instituições que ali funcionaram ao longo do tempo, como a Associação Comercial do Ceará, Centro de Inquilinos, Instituto Politécnico, Associação dos Jornalistas Cearenses e o telégrafo. A própria associação, então, tinha: um teatro (Cine Teatro Fênix), uma biblioteca social, um pátio de diversões, (...). Em 1926 ali funcionou o Banco de Crédito Caixeiral. E na década de 40, a junta de avaliação e julgamento de justiça de trabalho. Atualmente, no lugar funciona o edifício do Centro de Especialidades Médicas José de Alencar mais conhecido como SUS (Sistema Único de Saúde).

ligeira e elegante. Consta de dois pavimentos, tem boas acomodações e a entrada é precedida por um pequeno pavilhão em estilo suíço”.

Em 1910, foi inaugurado o Teatro José de Alencar, um empreendimento da política aciolyana, de grande importância cultural, sendo considerado, na época, o mais belo do país, devido ao seu estilo arquitetônico, que aglutinava, em sua estrutura de aço e ferro fundido, as tendências neoclássicas e ‘art nouveau’, que ainda hoje, em ótimo estado de conservação, provoca encanto aos olhos dos observadores. (FOTO 19). Referindo-se à construção do Teatro, Ponte (2001, p. 46) faz a seguinte descrição:

a obra foi considerada, pelo governo Accioly, como um feito de extraordinária grandeza. A estrutura metálica do teatro coube à firma escocesa Walter MacFarlane & CO., de Glasgow, contratada por intermédio dos Boris Frère, em Paris, sob procuração do governo Accioly.



FOTO 19 - Teatro José de Alencar, pátio interno, dez/1997.
Fonte: Revista Viagem Bem.

Em 1929, por ocasião das comemorações do centenário do escritor cearense José de Alencar, foi inaugurada, no centro da, então, Praça Marquês do Herval, uma estátua em homenagem àquele escritor que já se fazia famoso nacionalmente, e foi dado, o nome do mesmo escritor, ao Teatro, bem como àquela Praça.

Com o passar dos anos, a Praça José de Alencar foi perdendo o seu *glamour*, passando a ter, nas décadas de 1940 e 1950, um aspecto neutro na dinâmica da cidade. A sua tranqüilidade rotineira era quebrada quando se realizava a Feira das Amostras⁴⁵. Quando a Feira acabava, a praça voltava à sua normalidade. Iniciou-se uma feira de frutas, nos finais de semana e, ao redor da praça, estabeleceu-se um ponto de táxi.

Em 1962, os pontos de ônibus foram transferidos da Praça do Ferreira para a Praça José de Alencar, modificando assim, sua rotina e aquele espaço passou a ter um fluxo maior de transeuntes.

Em 1979, a Praça José de Alencar recebeu uma remodelação total, mas foi transformada em terminal rodoviário, além de ter calçadas altíssimas que, devido sua cor branca, refletem o calor do sol e dificultam a visibilidade dos transeuntes. (O POVO, 16/04/1988). Segundo Benedito (1999), ainda em 1979, na gestão de Lúcio Alcântara a praça transformava-se essencialmente em área de lazer e passavam a estacionar as 50 linhas de ônibus.

Em 1987, quando da gestão de Maria Luiza (1985-1988), retiraram-se os pontos de ônibus, devido à deterioração da praça: entre os fatores de deterioração, destacavam-se os pontos de marginais, o comércio ambulante, alguns botequins anti-higiênicos e a prostituição infantil.

⁴⁵A primeira Feira das Amostras realizou-se em 1939, e acontecia anualmente. Com uma lona pintada eles cercavam a praça, ali eram vendidos produtos vindos de fora, havia roda gigante, artistas de circos vindos de fora e muita diversão. (NIREZ apud PIMENTEL, 1999, p. 59).

Em 1988, a praça foi novamente inaugurada sob uma outra configuração em seu aspecto físico, constando de mais áreas verdes em detrimento da feição anterior, um terminal rodoviário, que além de barulhento, constituía-se em um local pouco convidativo.

Depois dessa reforma, a praça foi quase que esquecida pelo poder público, degradando-se em seu mobiliário e jardins mal conservados. Somente a partir de 2003, como parte integrante de um projeto que objetivava o embelezamento e valorização da área central de Fortaleza, uma outra reforma foi iniciada.

A praça José de Alencar vem, ultimamente, destacando-se como área de transbordo e ligação a diversos bairros da cidade, produzindo um fluxo incessante de pessoas e, principalmente, de poluição sonora, fato marcante no local. Soma-se a essa condição o acúmulo de lixo, a ausência de condições sanitárias e a obstrução do fluxo dos transeuntes causados pela feira existente na referida praça. Vem crescendo, a cada dia, o número de vendedores que procuram uma atividade alternativa para o sustento da família. Geralmente, a maioria deles, encontra-se desempregada há muito tempo, e o mercado de trabalho não absorve por se tratar de uma demanda não qualificada o perfil exigido no setor formal da economia, que é, cada vez, mais competitivo.

O comércio informal tornou-se uma das principais características da área central de Fortaleza⁴⁶ e seu local de maior concentração encontra-se na praça José de Alencar. Isso não significa dizer que nas outras praças não exista o comércio informal, no entanto, além de ser em menor quantidade, não possuem vendedores com equipamento de trabalho fixo, o que é representado, oficialmente, pela presença do Centro Comercial de Pequenos Negócios dos Vendedores Ambulantes, mais conhecido

⁴⁶ Segundo reportagem televisiva do jornal Jangadeiro em 01/05/2006, as 13:15hs, 'o crescimento do setor informal em Fortaleza é gradativo'. Para Rogério Pinheiro, titular da Secretaria Executiva Regional II (SER II), 'há, atualmente, 1.200 vendedores ambulantes informais cadastrados no Centro, mas o número deve ser bem maior, pois o último levantamento foi feito há oito anos'. (O POVO, 21/02/2005). O objetivo da prefeitura é fazer um estudo quantitativo e qualitativo através do cadastramento dos vendedores ambulantes com o intuito também de intensificar a fiscalização no local.

como 'Beco da Poeira' que se localiza entre as ruas 24 de maio, Tristão Gonçalves e Guilherme Rocha, no entorno daquela praça. (FOTO 20). Essa grande estrutura confere à área uma grande dinâmica, porque além de ser muito grande o número de quiosques, a diversidade nas confecções e outras mercadorias, aliada ao preço barateado dos produtos, atraem muitos compradores e isso estimula o aparecimento de outros pontos comerciais (enfaticamente dentro do comércio informal) e de serviços.



FOTO 20 - Beco da poeira, 2005.

Foto: Elizete Américo.

Fonte: Arquivo pessoal.

O 'Beco da Poeira', foi inaugurado no dia 25 de maio de 1991 sob a presidência de Antônio A. da Silva, no cargo até hoje e dono de um dos inúmeros pontos dispostos, onde vende sapatos e acessórios de couro. Aquele complexo foi definido pela imprensa como "Um exército de mais de 10 mil vendedores, distribuídos em 2.030 boxes, com mais de 30 mil empregos diretos e indiretos e movimentação diária de reais, incalculável, com a venda de confecções, sapatos, cintos, bolsas, lingerie e roupas de dormir". (FORTE, 2004). Encontram-se também boxes de venda de

lanches, tais sejam, sucos, sanduíches, caldos, canjas etc, utilizados principalmente pelas pessoas que trabalham ali.

Esse local é bastante movimentado durante a semana, mas é nas segundas e quintas que os vendedores se animam, quando ocorre a 'invasão' de sacoleiros de vários Estados do Norte e Nordeste, como Maranhão, Pará e Piauí e de municípios do interior do Ceará, que vêm atraídos pelas melhores condições de oferta, pelo fato das mercadorias terem boa qualidade e preços mais em conta. Segundo reportagem do Jornal Diário do Nordeste, 30/11/2004, p.1, "cerca de 70% das vendas são feitas no varejo e 30% no atacado, comprados na maioria das vezes, pelos pequenos comerciantes que chegam de ônibus fretados e até mesmo em vans ou carros particulares". A compradora L. H., da cidade de Imperatriz-Maranhão, costuma comprar artigos de confecção no Beco da Poeira, pois se agrada muito dos preços e diz que vale a pena o esforço. (depoimento em agosto de 2004).

O comprador maranhense J. S., dono de uma loja em São Luís, freqüenta esse local duas vezes por mês fazendo a aquisição de peças de roupas íntimas femininas e camisas masculinas e, em entrevista ao Diário do Nordeste (30/11/2004), declarou que "o preço é bom, os produtos têm qualidade e deixam boa margem de lucro. Então formo um grupo com outros comerciantes, alugamos um ônibus e passamos dois dias no local fazendo compras". Desse modo, alguns vendedores do Beco da Poeira, além das vendas a varejo, possuem uma clientela pré-estabelecida, atendendo, também, as demandas no atacado.

Atualmente existe uma complexa discussão referente à comercialização informal e, em especial, aos vendedores do 'Beco da Poeira', tanto por parte da administração municipal, que procura resguardar os espaços públicos através do disciplinamento, como também pelo poder privado empresarial, que se sente prejudicado pela presença e competição dos vendedores informais. E uma das denúncias levantadas, segundo o presidente da Associação dos Empresários do Centro de Fortaleza (Ascefort), João Maia S. Junior, "é que o Beco da Poeira, construído para os vendedores ambulantes, está sendo ocupado por grandes empresários, atacadistas, com destaque para a comercialização de produtos em jeans." (FORTE, 2004).

Segundo a Gerente Administrativa do Centro, Tereza Neumann, o objetivo maior da prefeitura é realocar os vendedores do comércio informal. Mesmo não tendo prazo definido, “está sendo estudado um local mais adequado para eles se instalarem” (declara em 27/07/2005, em visita à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento - SEPLA). E, no caso específico dos vendedores do Beco da Poeira, eles vão ser transferidos para um espaço do lado do Shopping Metrô, para que a efetivação do Projeto Parque da Cidade, que foi aprovado em 1999, possa ser concretizada, onde é prevista a interligação da praça José de Alencar com a da Alagoinha⁴⁷.

Os empresários da área central alegam que geram empregos diretos e pagam seus impostos e consideram a situação insustentável, porque não se vêem capazes de competir com os camelôs do centro e também com os permissionários do Beco da Poeira. Para a resolução de tal impasse o presidente da Ascefort sugere que o poder público construa uma zona franca, fora da área central.

A situação dos camelôs na área da Praça José de Alencar tem incomodado também ao pároco da Igreja do Patrocínio, Pe. Manoel C. Ferreira. Para ele, essa situação, ao longo dos anos, “vem comprometendo as atividades da paróquia. Inclusive já faz 21 anos que não celebro mais casamentos aqui por conta da presença marcante do comércio informal nessa praça e principalmente pela concentração maior dos vendedores no espaço em frente da Igreja. Se no passado a Igreja era a rainha da praça, hoje ela é escrava da praça.” (depoimento em julho de 2006). Visando resguardar mais aquele espaço, foi construído um gradil de ferro separando a igreja da praça mas, isso não impede que os vendedores guardem suas mercadorias no lado de dentro da grade.

A reportagem do jornal O Povo, enfatiza o que foi mencionado pelo pároco onde diz que “a maior concentração de ambulantes é em frente à igreja do Patrocínio. Por todo calçadão, os vendedores formam corredores estreitos para a passagem de pedestres”. (DIAS, 2005) .O pároco, por várias vezes, recorreu aos órgãos a quem

⁴⁷ De acordo com o Projeto, com a desapropriação da área referente ao Beco da Poeira será construída a estação subterrânea da Lagoinha.

compete a tarefa de desobstruir a frente daquele espaço público, para que atentassem para essa realidade. Foram criadas, inclusive, algumas estratégias no sentido de minimizar o problema. “De segunda a sexta, os feirantes têm permissão de comercializarem os artigos de 12 horas às 14 horas, e aos sábados, a partir de 12 horas até às 18 horas”. (Idem). Apesar da decisão, na prática, a realidade que se apresenta não condiz com o acordo estabelecido, de forma que persiste essa problemática em torno da praça.

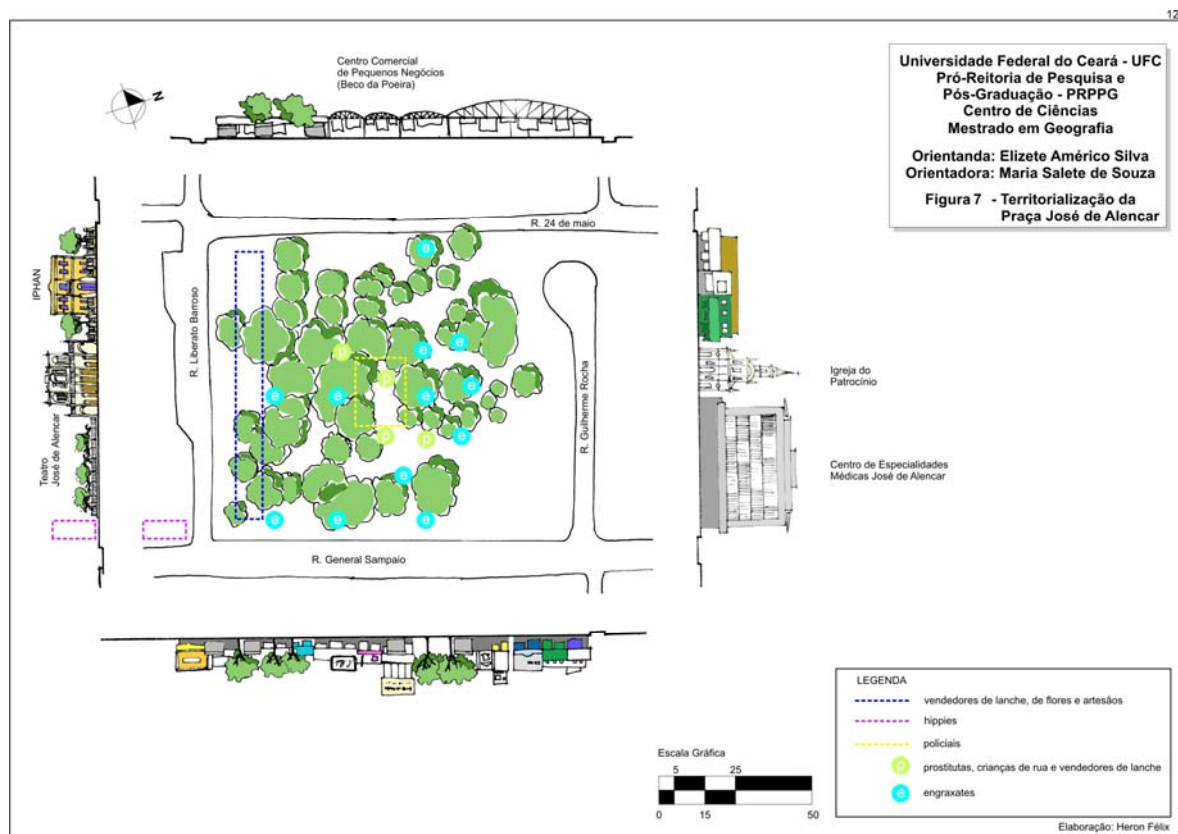
O Teatro José de Alencar é outro patrimônio histórico que apresenta esse problema em seu entorno. Diariamente, encontram-se ali dispostas: bancas de revistas, barracas de lanches, vendedores de água de coco, sapateiros, artesãos, floristas e até as ciganas, que abordam insistentemente quem transita por ali, oferecendo seus serviços quiromânticos. (FIGURA 7).

Dos vendedores que se localizam no entorno da praça José de Alencar, alguns estão alheios à discussão de retirada dos mesmos daquele espaço, contudo outros são conscientes e se posicionam contrários à medida, pois o local é considerado o melhor ponto de venda da cidade. “Vai acabar com o nosso pão de cada dia”, diz A. R, 39 anos, que trabalha há onze anos, próximo aos jardins do Teatro e procura justificar-se, dizendo que seu trabalho não prejudica as atividades da praça e do teatro nem, tão pouco, suja a rua.

Nos últimos anos, o comércio informal vem passando por uma acirrada vigilância realizada pelos agentes municipais⁴⁸, procurando, durante o dia, fazer valer a lei municipal de número 5.530, aprovada em 1991, que proíbe qualquer atividade de

⁴⁸Os agentes municipais são mais conhecidos como “o rapa”, em virtude de suas ações onde, geralmente, tomam as mercadorias dos vendedores do comércio informal. O controle do comércio informal vem se tornando tema de preocupação para os organismos gestores da cidade desde muito tempo. “No início da década de cinquenta (1950) inúmeras discussões foram mantidas na Câmara Municipal, abordando a ação da Prefeitura contra os vendedores ambulantes, sobretudo em virtude da maneira como era feita a apreensão de mercadorias, incluindo até caixas de picolé. Sempre ocorria a apreensão pelos fiscais do ‘rapa’ de mercadorias de vendedores ambulantes, apesar do constante apelo para que a fiscalização fosse feita de maneira mais moderada, em forma de advertência ao invés de coação.” (JUCÁ, 2003, p. 70-71).

comercialização, nos espaços públicos da cidade, em especial, nas praças da área central. Contudo, é comum às pessoas não cumprirem referida norma, e como são poucos os profissionais para fiscalizar uma área muito vasta, os vendedores do setor informal da economia aproveitam a desorganização reinante, para não cumprir a lei. O agente municipal C. S. (39 anos), justifica-se nestes termos: “muitos deles se aproveitam para fixarem suas vendas quando encerra nosso expediente de trabalho, às 16 horas. Quando estamos por perto eles não fazem isso, mas quando saímos e não tem fiscalização não tem como evitar”.



Com a repercussão das atividades de requalificação do centro, as gestões administrativas do município vêm se tornando mais atuante no “controle” desses espaços públicos, procurando democratizar e tornar esses logradouros mais aprazíveis através do controle dos guardas municipais. Vale ressaltar que, essa ação não é de agora, dentre as várias gestões que assumiram a prefeitura de Fortaleza, essa questão vem sendo priorizada, não obstante as dificuldades encontradas. Tem-se registro de que, em 1995, a praça José de Alencar transformou-se em feiras livres e concentrava 138 vendedores ambulantes, dentre eles, os vendedores de frutas, verduras, lanches e bombons. (O POVO, 27/06/1995).

De acordo com Pimentel (1999), a praça é local de encontro e sua função é incentivar a vida comunitária e as expressões lúdicas. Pode ser vista também como um espelho da dinâmica política e dos movimentos sociais, pois é neste espaço onde acontecem os atos políticos e as reivindicações.

No caso específico da praça José de Alencar, a mesma vem passando por um processo de reforma em sua estrutura física desde o final do ano de 2003, como parte integrante do ‘Projeto Parque da Cidade’ que tem como objetivo o embelezamento e a valorização da área central de Fortaleza. Dentre as propostas pensadas pelas gestões administrativas para a requalificação do espaço na área central, o Projeto Parque da Cidade foi idealizada visando reverter o quadro problemático configurado naquele espaço público.

O projeto do arquiteto Ricardo Muratori, referente ao Projeto Parque da Cidade, foi o vencedor para a licitação, com os seguintes objetivos para a área da praça: propor a hierarquização nas praças José de Alencar e Lagoinha por meio da definição da área de passagem, área para bancos, palco e abrigo para a unidade de comércio e serviço. Prevê a inserção de arco metálico como marco referencial de acesso à estação do Metrô de Fortaleza (METROFOR). Transferência do busto de José

de Alencar para a praça da Lagoinha e a criação de um memorial ao escritor⁴⁹. Esse projeto foi aprovado em 1999, na gestão do prefeito Juraci Magalhães. As obras deram-se início apenas em maio de 2003, e já trazendo consigo algumas contestações.

Do que foi proposto no projeto, parte da reforma já foi realizada, mas referidas ações vêm sendo alvo de inúmeras críticas, pois a proposta da planta aprovada inicialmente, foi alterada, de modo que, houve a inserção em demasia de objetos construídos, como por exemplo, os 11 quiosques, sob o pretexto de compromisso com permissionários de bancas de revistas. (FOTO 21). Assim, em março de 2004, o Juiz Federal da 6ª Vara, Francisco R. Machado, concedeu liminar, suspendendo as obras na praça.

Em julho de 2005, a Justiça determinou a demolição dos quiosques devido à solicitação feita pelo pároco da igreja do Patrocínio, Padre Manoel C. Ferreira, por considerar que a visibilidade de um patrimônio histórico (a igreja), estava sendo prejudicada⁵⁰. Além de serem ofensivas à visibilidade das edificações em seu entorno, as estruturas foram erguidas na área mais utilizada pelos fluxos de pedestres, produzindo uma indesejável obstrução do espaço. O Padre baseou seus argumentos na Lei de Tombamento Capítulo III, Artigo 18, que proíbe a obstrução, por motivos quaisquer da visibilidade de um bem tombado pelo patrimônio público.

⁴⁹A praça da Lagoinha situa-se a leste da praça José de Alencar e com o remanejamento do camelódromo 'beco da poeira' as mesmas serão hierarquizadas, como está previsto no projeto.

⁵⁰ Em julho de 2005, Prefeitura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministério Público Federal assinaram termo de ajustamento de conduta para a derrubada dos 11 quiosques instalados na praça. (DIÁRIO DO NORDESTE, 12/07/2005, p. 14).



FOTO 21 - Quiosques, 2005.
Fonte: Ação Novo Centro.

Sobre o assunto, o arquiteto e superintendente do IPHAN - CE, Romeu Duarte, diz que

a construção dos quiosques era ilegal, pois dificultava a visibilidade entre os quatro cantos da praça e destoavam do desenho local. Bens tombados pelo patrimônio público também não eram vistos com facilidade, como o Teatro José de Alencar, tombado pelo IPHAN, a sede do IPHAN, tombada pelo Estado, e a Igreja do Patrocínio, que está em processo de tombamento. (NOGUEIRA, 2005).

Por muito tempo, a influência religiosa foi marcante no cotidiano social, estando inclusive as atividades de lazer imbricadas às da igreja. As festas juninas, as quermesses, por exemplo, eram atividades que costumavam concentrar um grande número de pessoas. Na sociedade atual, esses movimentos ainda permanecem, sendo as praças espaços significantes e *locus* de reelaboração de práticas religiosas. Os usuários, em suas tradições religiosas, tendem a destinar determinados usos, a determinadas praças. É o caso, por exemplo, das festividades e rituais religiosos das

praças das igrejas e, inclusive encorajamento por parte do discurso da igreja, de outros comportamentos tidos como “profanos” em outras praças. Embora essa divisão se dê mais no plano moral e do discurso do que propriamente das práticas sociais.

Hoje, a maioria dos fieis que costumam freqüentar essa paróquia são oriundos de outros bairros, como por exemplo, Benfica, Rodolfo Teófilo, Serrinha, José Walter, Carlito Pamplona, Álvaro Weyne, entre outros. Do mesmo modo de E. C. (49 anos), residente no Carlito Pamplona, que declarou: “quando tenho algo para resolver no centro, saio cedinho e venho primeiro para a missa, depois é que vou fazer o que quero.” (depoimento em julho de 2006).

O Padre Manoel Ferreira diz ter contado com o apoio da atual Prefeita Luiziane Lins, para viabilizar a retirada dos quiosques, ao contrário da gestão anterior, que encontrou resistência à sua solicitação. “A demolição foi uma vitória, pois uma parte da praça impedia o acesso de veículos à igreja há 19 anos. Antes da gestão da Maria Luiza Fontenele, (de 1986 a 1988), eram dez missas diárias e todas lotadas. Agora, só são cinco missas,” diz ele. (NOGUEIRA, 2005).

Outra atividade prevista ainda, de acordo com essa decisão judicial de julho de 2005, é a reabertura da rua Guilherme Rocha, entre a rua General Sampaio e 24 de Maio, no trecho em frente ao Centro de Especialidade Médicas José de Alencar e a Igreja do Patrocínio, para viabilizar o acesso dos veículos aos freqüentadores da mesma igreja. Em março de 2006 deram-se início as obras referentes a essa atividade. E foi também através da intervenção da prefeitura em conjunto com os órgãos de competência (Secretaria Municipal da Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano - Seinf, Secretaria Executiva Regional II - SER II) e do arquiteto Ricardo Muratori, que a planta do acesso à igreja foi alterada de um para dois rolamentos e complementada com um canteiro de jardins de flores.

A partir dessas discussões, levanta-se uma outra questão que também requer a tomada de algumas medidas para minimizar os problemas que vêm sendo

causados na área central. É o caso da insuficiência de espaços para estacionamentos. Especialmente, quem costuma freqüentar o centro à noite para um momento de lazer no teatro José de Alencar, por exemplo, tem enfrentado problemas como a insegurança e a falta de estacionamento, tendo, muitas vezes, que estacionar a várias quadras do Teatro, o que facilita a ação de assaltantes pela falta de iluminação e de segurança. Uma medida paliativa tem sido a utilização da própria praça, na área em frente do Teatro, para estacionamento em dias de grandes eventos, com a presença dos agentes municipais a orientar o fluxo e manter, razoavelmente, a organização e segurança da área.

A pesquisa de campo também revelou que antes da implementação das obras referentes ao projeto Parque da Cidade, ou seja, até o início de 2004, o cotidiano da Praça se configurava pela presença, dos *hippies*, vendedores ambulantes, engraxates, entre outros que chegavam ao local, armavam seus respectivos pontos de vendas e delimitavam seus territórios. Obedecendo ao horário comercial, as lojas do entorno, eram abertas e em seguida iniciava-se a chegada na praça de outros atores como, por exemplo: os evangélicos, os vendedores de café, de flores, de sanduíches e os artistas de rua. Ao final da tarde, a praça tomava um outro uso, pois, muitos vendedores iam embora e se dava o início da comercialização informal em frente ao SUS (Serviço Único de Saúde) e à igreja do Patrocínio. Uma variedade de objetos como utensílios domésticos, sandálias, bolsas, frutas e verduras etc, eram oferecidos aos que passavam pela praça. À noite, predominava a presença de 'bares improvisados' (barracas de bebida) no interior da praça. Hoje, mesmo depois do início da implementação do Projeto Cidade, esses atores sociais ainda persistem, tanto no período diurno quanto noturno e aumentou a presença desses bares e a incidência da prostituição naquele local.

Das três praças em estudo, a função de local de passagem tem maior destaque na Praça José de Alencar, em virtude de a mesma estar localizada próximo a várias paradas de ônibus, sendo quase inevitável ir-se ao Centro da cidade, sem passar pela referida praça. Porém, nem sempre ela foi vista somente como lugar de passagem,

afinal essa função nega a própria essência de um espaço público coletivo, já que o mesmo deve ser antes de tudo, lugar de encontro da diferença, ou seja, lugar que pode ser compartilhado por todos.

Na praça, há também aquelas pessoas que passam sem nenhuma necessidade de se fixar, utilizando-se do espaço, simplesmente para facilitar suas idas e vindas para o trabalho e/ou para casa, bem como os que ali vivem, no caso os mendigos que dormem no local e, ainda, os vendedores, que trabalham ali mesmo e retornam para casa no final do dia.

Os territórios dos atores sociais que compõem cada grupo estão bem demarcados, acarretando sérios conflitos quando da invasão desses limites por atores de outro segmento. Entre estes estão os mendigos que ocupam, sobretudo, as marquises das lojas do entorno de algumas dessas praças e ruas adjacentes e as prostitutas e travestis, que para além das praças costumam estabelecer-se, preferivelmente, às ruas Dr. João Moreira, Major Facundo e Castro e Silva, mais precisamente, nas imediações do Passeio Público.

A praça do Ferreira e a José de Alencar são espaços de grande dinâmica e se tornam alvos da atuação de artistas de rua, prática comum aos olhos dos observadores e freqüentadores daqueles locais. Apresentam-se nelas, ao entardecer, repentistas, malabaristas, entre outros. Inclusive uma figura mais conhecida como 'Quebra-Coco', que estreou suas peripécias no programa de rede nacional, o Domingo do Faustão, sempre atraía a atenção dos transeuntes da praça José de Alencar. Outra presença marcante nessas duas praças é do vendedor ambulante circulando com uma variedade de artigos religiosos.

Na praça José de Alencar os engraxates que totalizam um número de doze, encontram-se fixos e distribuídos em seus pontos de trabalho. Possuem cadastros na prefeitura e pagam R\$ 6.00 a cada seis meses para permanecerem no local. A. F., (69 anos), residente em Caucaia, considera aquele espaço um ponto muito bom porque é

muito movimentado e acrescenta: “vivo nesse ramo há quase três anos e antes de vir para cá ficava na praça dos Leões, mas lá não apurava muita coisa, então me mudei”.

A vendedora B.O. (36 anos), trabalha há vinte anos na praça e relembro alguns momentos que passou durante esse tempo, inclusive quando enfrentava ‘os rapas’ e declarou: “batiam em mim e ainda tomava toda minha mercadoria, mas como tinha que trabalhar, me virava e no outro dia vinha de novo”.

Os *hippies* afirmam que esse local é um ponto estratégico para a venda de seu artesanato, (FIGURA 7), “é melhor que na Beira Mar”. M. A. (23 anos) afirma: “se tirarem a gente daqui, nossa vida vai ficar mais difícil, a gente não atrapalha em nada”.

Os usuários da praça, que são representados em grande parte pelas pessoas que exercem alguma atividade no local, desconhecem sua importância, enquanto espaço de memória da cidade. Dos entrevistados, geralmente, são os mais antigos que têm uma percepção mais voltada para o valor simbólico e histórico do local. Essa questão é identificada nas declarações do engraxate I. L (75 anos) que, além de ser o mais velho da categoria e também um dos mais antigos na Praça. Segundo ele, “o pessoal não sabe da importância da praça nem da estátua José de Alencar, por isso que não valorizam nem têm cuidado com a praça”. E dentre os comentários ele relembra com saudosismo dos velhos tempos onde funcionavam na praça a Escola Normal e a Fênix Caixeiral.

- A Praça e seu entorno

No local onde hoje fica o jardim lateral do Teatro José de Alencar, existia um prédio térreo onde funcionou a Biblioteca Pública de 1878 a 1892. Posteriormente, no mesmo prédio, passou a funcionar o Batalhão de Segurança (Força Policial) até 1923 e depois foi ocupado pela Escola Aprendizes de Artífices, que se mudou em 1930,

para a demolição do prédio. Foi construído então um outro mais moderno para abrigar a Diretoria de Saúde Pública, tornando-se conhecido como o 'Centro de Saúde', também, posteriormente, demolido.

Na esquina da Rua 24 de Maio com Liberato Barroso, esteve a Escola Normal Pedro II, de 1890 a 1923, quando foi transferida para a Praça Figueira de Melo. O prédio passou por remodelação em sua fachada, vindo a funcionar ali, a Faculdade de Medicina e, posteriormente, o curso de Odontologia da UFC. Foi recuperado em 1988 e, hoje, presta-se ao funcionamento do IPHAN.

3.4 O Passeio Público

O processo de expansão urbana que ocorreu na cidade, gerou a necessidade de implementação de espaços de sociabilidade para as famílias que residiam na área central. Neste sentido, paulatinamente, deu-se a origem de vários equipamentos urbanos com destino à cultura e ao lazer. Segundo Ponte (2004) o Passeio Público, por sua vez,

surgiu para satisfazer o desejo por uma área exclusiva de lazer público que Fortaleza carecia e outras grandes cidades brasileiras já possuíam. Deveria ser um espaço florido, arejado, reservado apenas para a fruição daqueles 'belos tempos' onde o *footing* (passeio a pé), o *meeting* (encontro entre pessoas) e o *flert* (flerte, paquera) pudessem ser aprazivelmente praticados. (PONTE, 2004, p. 170).

Assim, o primeiro local projetado para este fim foi a Praça do Passeio Público. Idealizada pelo Governador Dr. Fausto Augusto de Aguiar (1848 a 1850), teve sua edificação iniciada em 1864 com a participação do comerciante português Tito Antônio da Rocha. Inaugurada em 1880, o Passeio foi então toda rodeada de grades artísticas e dividida em três planos, separados com seus respectivos frequentadores. Entre os equipamentos da Praça tinha o *skating-rink* de patinação onde se alugavam

patins para atividades esportivas; o chafariz central e a caixa d'água que se encontravam no primeiro plano, denominado de Avenida Caio Prado⁵¹.

A praça foi construída no antigo terreno conhecido como Campo da Pólvora e transformou-se em um espaço com belos jardins, passando a ser freqüentado pela sociedade da época⁵². O escritor João Nogueira em sua obra *Fortaleza Velha* descreve que:

um dia, o sangue daqueles heróis ali arcabuzados se materializaria em flores perfumosas, brotadas das roseiras... A quadra informe foi cercada de artísticos gradis de ferro e plantados os canteiros, em meio a tanques de água límpida, com os seus repuchos. Muitas estátuas de deuses pagãos aqui e ali, um coreto para as toçadas de músicas... Logo que ficaram prontas as obras do primeiro plano, intensificou-se à fluência do povo, quer pela tarde, quer às noites de quintas e domingos. Ali se reunia a melhor sociedade de Fortaleza a ouvir as bandas do 15º Batalhão e da Polícia... Ar puro, brisa do mar, tudo contribuía para torná-lo imensamente agradável. Ficou o Passeio Público, notadamente depois de inaugurada a Avenida Caio Prado, em 1888, a atrair a beleza das mulheres e a distinção dos homens, nos seus vaivens de sorrisos e sadios e elegantes gestos, ao som das valsas que do coreto ressoavam nos ouvidos de todos. (GIRÃO, 1997a, p. 48 e 49).

‘O Passeio Público era um lugar para todos... mas separadamente’. O logradouro foi concebido em três níveis, os quais eram usufruídos por atores sociais de grupos diferenciados. Segundo Ponte (2004, p. 170-171),

não havia nenhuma determinação oficial reservando cada um para as três distintas classes sociais. (...) Essa separação se deu por força do segregacionismo social reforçado pela onda remodeladora que beneficiava especificamente a área central urbana, espaço onde as elites residiam e detinham a primazia.

Ainda a respeito dessa separação social, em matéria publicada no jornal O Nordeste, nos anos 1948, podia ler-se que: “ali se reunia a fina flor da nossa sociedade, sem ficar esquecida também a parte mais baixa, que dispunha de espaço para

⁵¹ Até o final do século XIX, era comum denominar por avenida e/ou alameda um corredor ou via calçada que ladeasse ou cruzasse uma determinada praça.

⁵² Ao longo da história, a praça recebeu outras denominações, sendo, uma delas, Praça dos Mártires, em virtude dos fuzilamentos ali ocorridos.

divertimento, sem que se verificasse qualquer mistura.” (O NORDESTE 09/06/1948 apud JUCÁ, 2004, p. 204).

Dentro desse contexto, cabe questionar a respeito da divisão dos planos existentes no Passeio Público. Será que os freqüentadores, de um modo geral, aceitavam, de forma espontânea e sem gerar conflitos, essa separação sócio-espacial? Silva Filho (2004, p. 98) considera que insistir nessa divisão espacial rígida e espontânea é desconhecer a multiplicidade dos usos dos lugares, continuamente recriados na vivência diária dos habitantes.

Segundo o autor havia um código imposto pelo qual se instituíam *fronteiras*,

na observância de gestos moderados, conversações educadas, vestimentas elegantes - repertório difuso e sutilmente autoritário da 'civilização'. Na constituição dos valores ligados à ordem social e ao progresso econômico, é indispensável 'pôr-se no seu lugar', respeitar as convenções hierárquicas que repelem o diferente. Como se percebe, mesmo nos espaços de lazer, o ar descontraído das caminhadas e entretenimentos não ameaçava, mas fortalecia as distinções sociais. (SILVA FILHO, 2004, p. 99).

No seu primeiro plano, o Passeio Público, denominado de Avenida Caio Prado, recebeu estátuas de esculturas clássicas, jardim, café-bar, coreto e iluminação. Passou a reunir-se ali, a elite da cidade. O segundo plano chamado de Avenida Carapinima, era bastante arborizado, possuía uma cascata artificial e um lago com a estátua de Diana (deusa da caça) no centro, um cassino com bar e bilhares (Cassino Cearense), que depois foi transformado em praça de esporte e garagem da 10ª Região Militar. Neste plano, reuniam-se as pessoas de classe média. O terceiro plano, que não chegou a termo, a Avenida Mororó, espaço atualmente cortado pela Avenida Presidente Castelo Branco (Avenida Leste-Oeste), possuía um lago artificial alimentado por um braço do riacho Pajeú, no centro uma estátua de Netuno colocada em 1881, e dois pavilhões para atividade recreativa como nos dois outros planos. Nessas alas se encontravam as pessoas de classe baixa. (FOTOS 22, 23 e 24).



FOTO 22 - Avenida Caio Prado, Passeio Público de Fortaleza, início do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez



FOTO 23 - Avenida Mororó, no centro do Passeio Público de Fortaleza em 1880.
Fonte: Arquivo Nirez

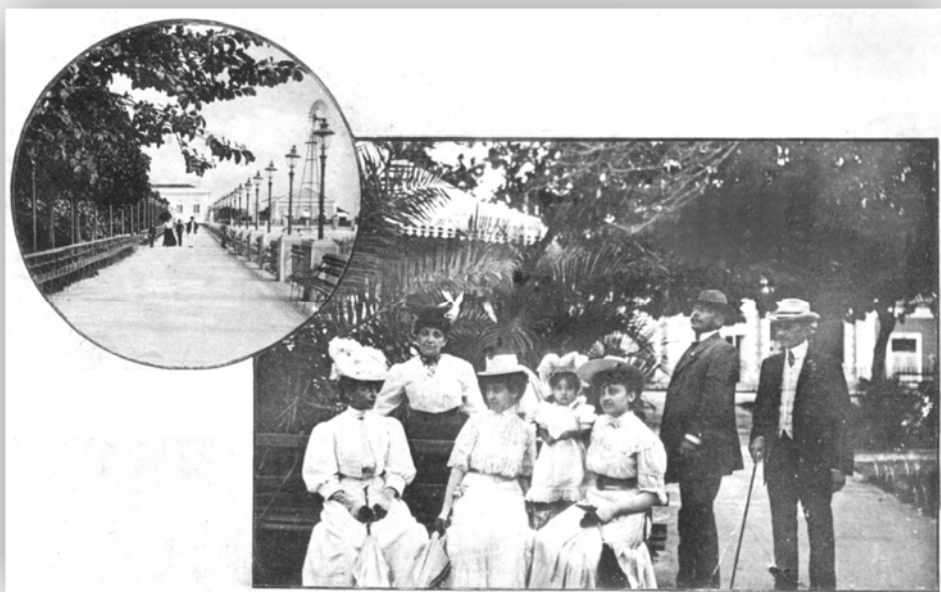


FOTO 24 - Avenida Caio Prado, Passeio Público de Fortaleza, início do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez

As fotos 22, 23 e 24 registram o tipo de iluminação da Cidade de Fortaleza no final do século XIX, retratando os lampiões a gás carbônico, lado a lado enfileirados, emprestando sua claridade tênue e amarelada, mas que contribuía, sobremaneira, no lazer e interação social dos habitantes da cidade. Às quintas e domingos, as retretas se organizavam somadas à apresentação da banda do 15º Batalhão do Exército e era este o “momento principal de reunião e encontro das altas camadas urbanas, onde geralmente este evento entrava pela noite, com a presença indispensável desses lampiões a gás.” (SILVA FILHO, 2004).

Naquela época, o Passeio Público era o lugar de encontro da sociedade de Fortaleza. O escritor cearense Gustavo Barroso, em seus comentários sobre o Passeio Público, ressaltou que o local além de agradável e ventilado, era o ponto preferido pela população fortalezense, e também se referiu às bandas militares que se apresentavam às quintas e domingos. (GIRÃO, 1997b).

A importância desse espaço, no contexto da cidade, até os primeiros anos do século XX, é evidenciada na descrição de Sebastião Rogério:

localizado no perímetro central e com ampla vista para o mar, o Passeio tornou-se de pronto a principal área de lazer e sociabilidade, até que despontassem outras tentadoras opções a partir do século XX. (...) Zelosamente cuidado e bastante arejado, o logradouro transformou-se em vitrine, ideal para o desfile de elegâncias e enquanto cartão de visitas da Cidade, haja vista o álbum de fotografias intitulado 'Álbum de visitas do Ceará, 1908', confeccionado pela casa francesa importadora - exportadora Boris Frères e Cia, impresso em Nice e destinado a dar uma amostra imagética do desenvolvimento da Capital. Entre as dezenas de fotos selecionadas para o encarte, onde despontam as praças, ruas, edifícios, escolas e construções em geral, Passeio Público é o que mais aparece, merecendo fotografias de seus mais diversos ângulos. (PONTE, 2001, p. 31).

Muitos escritores referem-se ao Passeio, destacando-lhe a beleza, como, por exemplo, Azevedo (1980), Girão (1997), Lopes (1988), Ponte (2001 e 2004), entre outros. Durante muito tempo, aquele largo foi considerado um dos mais bonitos e ricos parques públicos, freqüentados pela sociedade fortalezense.

Até 1902, o Passeio Público era o único local de lazer e convivência social na cidade. A partir de 1902, foram ajardinadas as Praças do Ferreira (Jardim 7 de Setembro), Marquês do Herval (hoje Praça José de Alencar, onde ficava o Jardim Nogueira Accioly) e Caio Prado, em frente à antiga Sé (atual Catedral). O Passeio Público, que até então concentrava a atenção dos moradores e visitantes, passou a dividir a atenção do público com outras praças, em especial, a Praça do Ferreira, que passara por um processo de aformoseamento. Segundo Benedito (1999, p. 61)

a Alameda Caio Prado foi a única a resistir, sintetizando a história da Praça mais antiga de Fortaleza. No início do século XX surgiram novas praças e a população do centro passou a ocupar bairros como Jacarecanga, Benfica, Praia de Iracema e Aldeota; surgem novas opções de lazer.

De 1907 a 1910, buscando seu passado, o historiador Gustavo Barroso relembra *o nosso banco no Passeio Público*: “que ficava em frente da velha muralha d’Assunção. Discutíamos ali todos os assuntos imagináveis. Das reuniões que se faziam todas as noites, indefectivelmente, saíram algumas idéias interessantíssimas...” (GIRÃO, 1997b, p. 185).

De acordo com Jucá (2004), até a década de 1920, a vida social restringia-se às festas dançantes residenciais, aos filmes exibidos no Majestic e no Moderno e, aos domingos e feriados, à noite, às retretas realizadas no Passeio Público que atraíam os interessados. A partir desse período, os clubes surgiram como espaço de lazer almejado pela classe de maior poder aquisitivo. Assim, ‘em 1928, o Clube Iracema e o dos Diários, que se localizavam, respectivamente, no Centro e na praia, disputavam entre si, as comemorações programadas. (FOTO 25). O Ideal Clube foi inaugurado em 1931 e se situava na Avenida João Pessoa’.

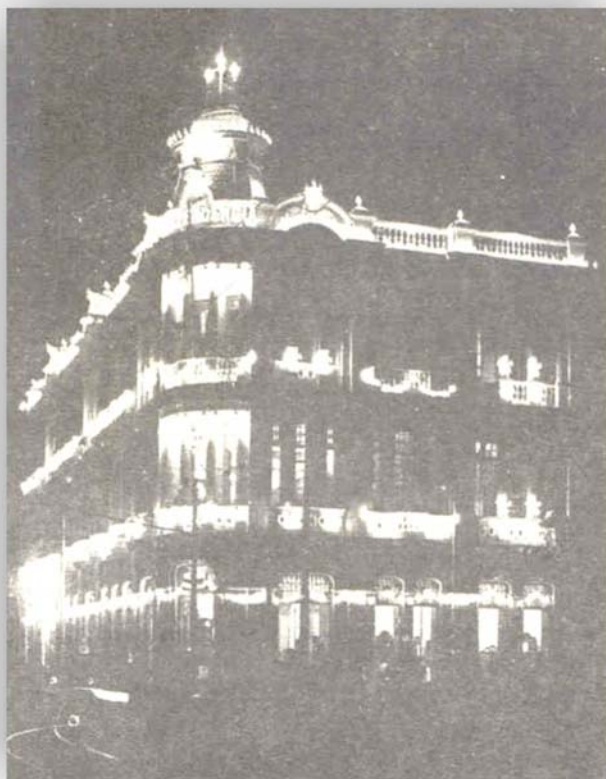


FOTO 25 - Clube Iracema no Palacete Ceará, na Praça do Ferreira, início do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez.

Mas esses equipamentos de lazer e entretenimento não alcançavam a todo segmento social, uma vez que os clubes, por exemplo, encontravam-se distantes do centro, impossibilitando o acesso daqueles que não possuíam carro, de modo que, usufruir esse tipo de lazer limitava-se às pessoas de classe mais abastada.

Ponte (2004, p. 171) enfatiza que

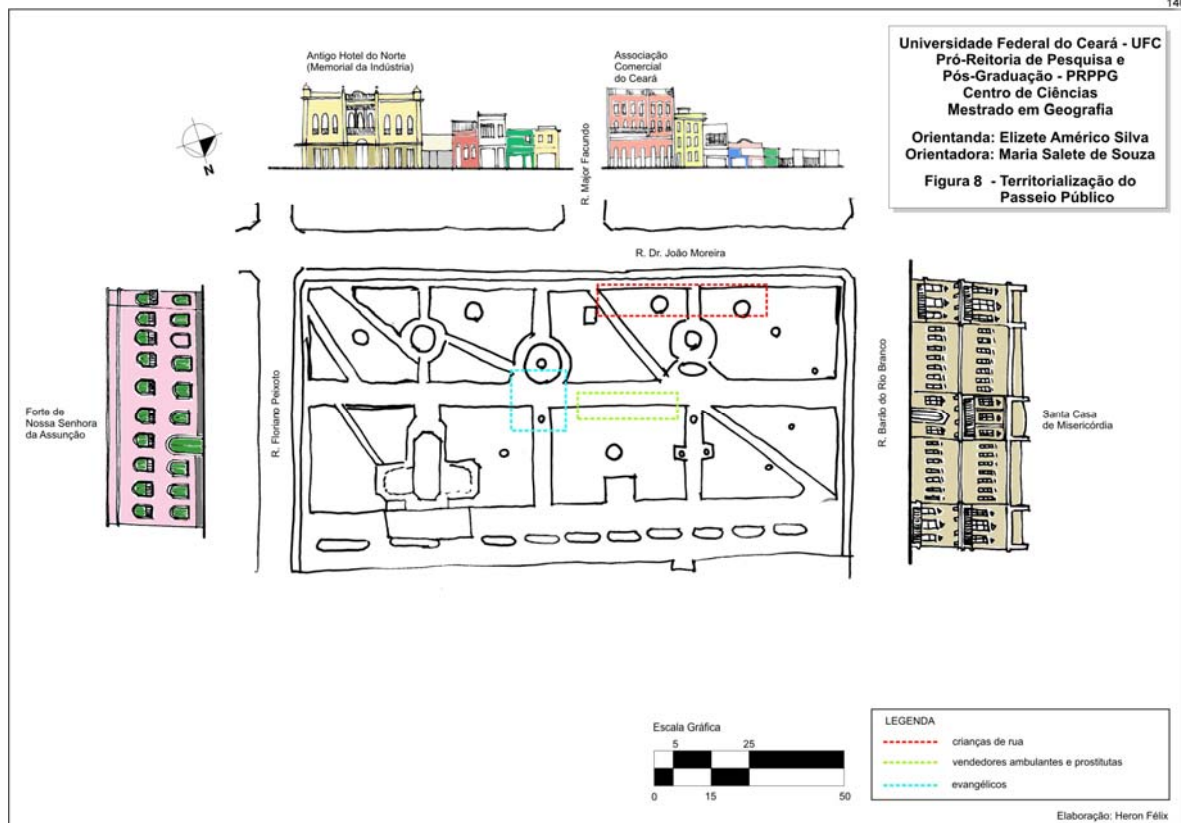
o logradouro (Passeio público) manteve sua importância enquanto área de lazer e sociabilidade até os anos 30, enquanto começou a sofrer concorrência de outras atrações diversionistas como o cinema, os clubes e os banhos de mar. Seu esvaziamento completou-se à medida que o centro, daquela época em diante, tornou-se basicamente área comercial, forçando o deslocamento das elites e camadas médias para outras zonas urbanas. (PONTE, 2004, p. 171).

Por razão da crescente incidência de prostituição e por consequência das ‘casas de pensões’, as tradicionais retretas, realizadas nos logradouros da área central, aos poucos foram se definindo. Em 1948, tentou-se reativar as retretas do Passeio Público, que seriam, então, animadas pela banda de música do 23º Batalhão de Caçadores, porém a população não sentia mais segurança na, outrora, tão concorrida, praça. O Passeio Público fora um conhecido pólo de lazer no século XIX, que aos poucos caíra no esquecimento (JUCÁ, 2004, p. 203) e é, hoje, estigmatizada em um dos mais conhecidos territórios da prostituição na área central de Fortaleza, sendo notória a falta de segurança e limpeza.⁵³

Durante o dia identifica-se a presença de uma diversidade de atores sociais que dividem os espaços da praça, pois além das prostitutas, encontram-se também ali as crianças de rua, os vendedores ambulantes (de balas, cafés, cigarros etc), além de grupos de evangélicos, cada um deles definindo suas diferentes territorialidades. A dinâmica desses atores sociais se processa, a partir dos comportamentos sociais que são estabelecidos com a intenção de controlar e defender sua área de atuação.

De acordo com a pesquisa de campo, os citados grupos de atores sociais costumam ocupar a área central desse logradouro. (FIGURA 8). Não obstante a delimitação dos seus territórios, geram-se, não poucas vezes, conflitos entre eles, especialmente, quando acontece de algum ator avançar ou passar para a área de atuação do outro, embora os depoimentos indiquem um relativo consenso no que diz respeito a referidos limites. As fronteiras são mais rígidas quando se trata do território da prostituição, devido às disputas pela clientela. Isso não exclui o fato dessas mulheres manterem um convívio “amigável” no local.

⁵³ O Passeio Público tem um estado de conservação um pouco melhor em relação a outros logradouros, apesar de alguns postes caídos e lâmpadas queimadas. Mas mesmo não estando tão destruído, o Passeio é evitado pela maioria da população. O problema é que o local é ponto de prostituição. Mesmo à luz do dia, mulheres estão lá oferecendo ‘serviços’ (...). (DIÁRIO DO NORDESTE, 16/01/2006).



Quanto aos evangélicos, estes também se apropriam do Passeio Público, embora sua presença não seja tão constante quanto a das prostitutas e das vendedoras de café e cigarro. Pode-se considerar que suas fronteiras são, assim, flexibilizadas pelo uso inconstante e permanências efêmeras. (FOTO 26). Segundo o senhor G.C. (evangélico, 37 anos), “elas (as prostitutas) não se aproximam, e nem vêm pra cá”. Em visita à praça do Passeio Público, torna-se evidente que esses territórios não se agregam embora façam parte da mesma área, como é o caso da territorialidade dos evangélicos com a das prostitutas.



FOTO 26 - Territorialidade dos evangélicos, Passeio Público, 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo pessoal.

As pessoas que freqüentam o local mantêm-se indiferentes em meio à presença marcante da prostituição. Como no caso de M. L., de 74 anos que, nos finais de semana vai à Praça, acompanhada do filho e do neto. Enquanto eles brincavam de bola, ela bordava uma toalha tranqüilamente a poucos metros do local onde as prostitutas descansavam. (DIÁRIO DO NORDESTE, 16/01/2006).

Pouco se dá do comércio informal naquele espaço público, deixando-se ver apenas algumas vendedoras de café e de cigarro. “Escolhi essa praça pela sombra e por não ter problemas com o rapa (agente municipal). Tem quatro anos que trabalho aqui e vejo essa praça como local de trabalho. Mas ela é também local de lazer” (depoimento de M. C., 51 anos). (FOTO 27). Uma outra vendedora de café ressaltou que trabalha na praça, desde 1992, pois se trata de ‘um lugar calmo, com sombra e fechado’.

O advento da modernidade trouxe inúmeras e decisivas modificações na organização do mundo e, por reflexo, influenciou no cotidiano dos habitantes das cidades. Se em períodos passados, os espaços públicos eram utilizados pela sociedade como *locus* aglutinador, hoje, o encontro que ali se estabelece tem finalidade bem diferente. Muitos utilizam esses espaços como um refúgio, por não terem para onde ir, como é o caso das crianças de rua e alguns anciãos ou mendigos, que passam a maior parte do dia nas praças centrais e, não raramente, usam-na como dormitório.

Na temporalidade noturna, alguns territórios se subtraem e outros permanecem. No Passeio, o território da prostituição prevalece mesmo no período noturno.

Durante todo o período de observação de campo, não foi detectada a presença de policiais neste local nas temporalidades diurna ou noturna, do que se conclui que a falta de segurança, ali, é uma constante.



FOTO 27 - Territorialidade das vendedoras de café, Passeio Público, 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo pessoal.

Apesar da beleza da área e de seu valor histórico, a praça do Passeio Público é atualmente pouco freqüentada pela sociedade como espaço de lazer. Em função do conteúdo histórico, vinculado à origem de Fortaleza, por vezes, professores conduzem grupos de alunos para aulas práticas, destacando esse cenário como “*locus*” da sociabilidade no passado.

- A Praça e seu entorno

Várias modificações têm sido feitas no entorno do Passeio, desde a sua fundação. Das edificações encontradas atualmente, temos: De frente para a Praça, pela rua Dr. João Moreira, o prédio onde funciona a Associação Comercial do Ceará, construído em 1890, que foi sede do antigo Hotel de France e do Palace Hotel; na esquina da mesma rua com a Floriano Peixoto (FOTO 28), o prédio do antigo Hotel do Norte, que está sendo restaurado pelo SESI (Serviço Social da Indústria) com financiamento do Governo Federal. (FOTO 29). Os referidos hotéis, desativados de sua função, quando em bom estado de conservação, são utilizados para fins comerciais ou ainda como sede de alguma entidade, como é o caso do antigo Hotel de France.



FOTO 28 - Palace Hotel em frente ao Passeio Público, início do século XX.
Fonte: Arquivo Nirez.



FOTO 29 - Restauração do antigo Hotel do Norte, 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo Pessoal.



FOTO 30 - Santa Casa de Misericórdia, 2005.
Foto: Elizete Américo.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Ainda na Dr. João Moreira, fazendo esquina com Rua Major Facundo, a Santa Casa de Misericórdia, instalada em 1861. (FOTO 30). Pela Rua Floriano Peixoto, à mesma altura do Passeio, lado a lado, há ainda a 10ª Região Militar, antigo Forte de N. Sra. Da Assunção, gênese da cidade de Fortaleza, em virtude do que, exerce uma relevante representatividade para a história da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, os centros urbanos significavam o coração das cidades, funcionando como áreas de vitalidade principal. Com a expansão da cidade, a classe burguesa começou a perder o interesse em habitá-los, iniciando-se o processo de 'esvaziamento' da função residencial da área central. Assim, os habitantes do Centro passaram a ocupar outras áreas da cidade que aparentavam ser mais atraentes por apresentarem condições mais agradáveis e uma infra-estrutura possivelmente adequada.

A análise das praças em estudo, revela a diferença entre o seu uso atual e o que elas tinham no final do século XIX e início do século XX, período de *glamour* do centro, onde as praças se assemelhavam aos belos jardins europeus. Naquela época, prevalecia no embelezamento da cidade, a influência de estilos arquitetônicos de cidades européias, com a presença de praças arborizadas, "quiosques", edifícios elegantes, hotéis, entre outros equipamentos, que convidavam a sociedade ao lazer e à sociabilidade. Nos últimos anos, vem ocorrendo nesses espaços públicos uma perda das funções tradicionais que estes desempenhavam na cidade, particularmente a função de lazer, que os constituía em local de encontro, contemplação e sociabilidade.

A partir de meados do século XX, efetivava-se todo um processo de transformação e, por conseqüência, a cidade começava a se reconfigurar. Associado a esse fator, o crescimento demográfico desencadeou uma série de problemas, uma vez que a cidade não disponibilizava à população, de forma homogênea, uma infra-estrutura de equipamentos e serviços, gerando uma diferenciação do uso e consumo do espaço diretamente proporcional ao nível do econômico da população em questão.

As transformações do centro de Fortaleza, sofridas com os processos da expansão urbana e da descentralização têm contribuído para o surgimento de novas funcionalidades para os espaços públicos daquela área central. A origem de 'novos

centros' criados para a função residencial da população de classe mais alta que saia do centro em busca de conforto, ostentação e isolamento do convívio com as classes menos favorecidas desencadeou a perda hegemonia econômica e social do centro tradicional, em virtude do quase total desaparecimento da sua função residencial.

Desse modo, o centro perdeu sua hegemonia no status social com o deslocamento dos altos investimentos para outras áreas da cidade, com o afastamento dos consumidores de classe mais abastada, com a presença marcante da população de menor poder aquisitivo como seus principais freqüentadores e passou a ser o lugar de passagem para outras áreas da cidade, uma vez que, a malha viária convergia para aquele espaço, e linhas de transportes coletivos de muitos bairros do 'subúrbio'.

No centro tradicional que passou a ser local freqüentado pelas camadas populares, foram desenvolvidas as atividades de comércio e serviços destinados predominantemente a esse segmento social. Não obstante a redução das funções residencial, administrativa e do comércio de luxo, o centro ainda desempenha uma grande vitalidade através das atividades comerciais, de lazer, serviço e ainda uma pequena parcela da função residencial embora a moradia, em sua grande maioria, seja em pequenas pensões e casas do gênero. Sua atual vitalidade é evidenciada no fato de que no último censo do IBGE, o centro destacou-se, numericamente, como o local de maior efetivação de empregos nas atividades de comércio e serviços e de maior arrecadação de impostos, ficando atrás, apenas do Bairro da Aldeota.

O processo de metropolização da cidade, gerou em Fortaleza uma refuncionalização do centro e, de seus espaços públicos. No que se refere às praças, hoje, as mesmas, passaram a ser vistas como um problema para a cidade, principalmente pela falta de políticas públicas voltadas para esses espaços. É justamente aqui que o espaço público (...) parece perder suas funções de local de encontro e de lazer. É também aqui que as praças e os largos parecem sofrer mais dos males modernos e da desertificação e do abandono. (SERPA, 1998, p. 39). Alguns fatores de ordem local contribuíram bastante para o quadro referente à situação que se

configura atualmente no centro urbano, podendo destacar-se: o desaparecimento, quase por completo, da função habitacional, desencadeando-se paulatinamente o destaque para a atividade comercial e trazendo conseqüentemente o 'esvaziamento' do sentido de vizinhança, de convivência comunitária e a degradação dos espaços públicos, que eram espaços primordiais da sociabilidade dos habitantes.

Outros elementos que contribuíram nesse processo foram a predominância das atividades comerciais ao ar livre, nos espaços destinados a uso público, impedindo o uso coletivo desses espaços pela maioria da população; as dificuldades de acesso, acomodação e fluxo de veículos nas áreas centrais, aliadas ao reduzido espaço para a circulação de pedestres, transformando o centro de Fortaleza em uma área caótica e com poucos atrativos; além daqueles decorrentes do comércio varejista e da ausência de uma política urbana adequada ao crescimento da cidade.

A função comercial sempre foi a mais presente no setor sócio-econômico da cidade e, hoje, vem sendo muito mais enfatizada com a intensificação do comércio informal no centro de Fortaleza. A função residencial característica daquele espaço desde os meados do século XIX, perdurou naquela área até os anos sessenta, quando em virtude das transformações ocorridas, inclusive nas perspectivas governamentais do país, assim também com o adensamento da própria função comercial e mais os inconvenientes inerentes ao crescimento urbano, transferiu-se para a Aldeota, bairro contíguo ao centro, levando também consigo os estabelecimentos comerciais mais vultosos e de maior representatividade para o consumo da população mais favorecida. A retirada, quase que total, da função administrativa do centro da cidade, com suas repartições públicas, funcionários e a circulação da renda que lhe era proveniente; o surgimento de um novo centro comercial e de lazer para a população melhor situada, economicamente e a valorização do litoral, pelo Governo do Estado, elegendo aquele espaço como área de lazer também voltada para aquela população, distanciaram-se do centro, chamado tradicional, levando aquele bairro a ter suas funções, residencial, comercial e de lazer, voltadas, quase que exclusivamente, para as classes de menor poder aquisitivo. Com a valorização do litoral pelo Governo do Estado, a área central

deixou de fomentar atrativos também para a classe média e média alta da sociedade fortalezense que preferem os shoppings centers e/ou outras áreas de lazer mais seletivas e com um aparato de monitoramento.

As classes de menor poder aquisitivo mantêm um convívio intenso e diversificado nas praças e ruas do centro da cidade. A presença desse segmento social transforma esse espaço público em local de trabalho nos diferentes horários do dia, estendendo-se para a noite, quando entram em cena os restaurantes improvisados por entre os calçadões e os catadores de material reciclável. Na Praça José de Alencar, por exemplo, durante o dia, encontram-se ambulantes, vendedores de lanches, engraxates, evangélicos, pedintes, prostitutas, mototaxista, taxistas, policiais, artistas, vendedores de frutas. Ao anoitecer, surgem principalmente, os territórios das prostitutas e dos bares improvisados no interior da praça, o que nos leva a considerar a diferença de uso do espaço público de acordo com a escala temporal.

Nota-se na praça do Ferreira que pela manhã predomina a atividade do comércio informal. No final da tarde, os aposentados surgem como mais um dos atores sociais a participar neste local. No Passeio Público, do período diurno a praça é dividida pelo território das prostitutas, vendedores de café e lanche, pelos evangélicos, e crianças de rua. À noite persiste só o território das prostitutas e muitas chegam a dormir no local. Na temporalidade noturna, quando as atividades referentes ao comércio formal e serviços se encerram no centro, parte das territorialidades que prevaleciam durante o dia cede lugar à prostituição feminina, masculina e infantil; às atividades informais; às crianças de rua; aos usuários de drogas e aos mendigos.

A força policial, por sua vez tem territórios demarcados a partir da política de segurança e, geralmente, asseguram os espaços públicos somente na temporalidade diurna. De acordo com nossas observações de campo, os espaços públicos estudados são pouco assistidos quanto ao policiamento, principalmente, no período noturno. Portanto, durante à noite, esses logradouros ficam a mercê dos grupos

marginalizados da cidade que praticam pequenas infrações por encontrarem condições propícias para tal intento.

As territorialidades no centro de Fortaleza caracterizam-se pela sua diversidade e flexibilidade. O caráter de exclusão social encontra-se presente nas territorialidades marginais, na fiscalização ostensiva e no conflito dos grupos quando da invasão de território.

Atualmente, torna-se complexo explicar qual a relação da praça com a vida da cidade. Para muitos ela nem existe, pois não faz parte de sua vida cotidiana, para outros, ela é vista apenas como um corredor de passagem sem qualquer valor histórico. E ainda para muitos, ela é o local de trabalho, e até mesmo a própria casa.

As gestões municipais vêm procurando, uma após outra, reconfigurar esse quadro que se mostra na cidade, através de algumas alternativas como a requalificação da área central, onde parcela da população deixa de residir no Centro e busca outros espaços de moradia, e também a melhoria para espaços públicos, em especial as praças, muitas delas apropriadas pela classe de menor poder aquisitivo que as utilizam como meio de sobrevivência.

Técnicos da prefeitura, que são encarregados de gerir os setores públicos, e especialistas na área de urbanismo e arquitetura, são creditados à responsabilidade de pensarem estratégias e/ou alternativas que amenizem a situação do Centro da cidade contudo, os mesmos acreditam que não é possível requalificar a área central sem o revigoramento da função residencial. Essa discussão não é recente, já faz algum tempo que os mesmos vêm buscando melhorar essa área através de seminários, reuniões, fórum e, por último, a escolha do Projeto Parque da Cidade, concurso realizado pela Prefeitura e a ação Novo Centro para eleger o projeto que mais se adequasse tanto no segmento financeiro, como na exeqüibilidade, para a área central e seu entorno.

Nas discussões referentes ao Centro, um dos assuntos mais cotados é sobre a “revitalização”⁵⁴ da área central. Mesmo com todo estigma essa área apresenta uma grande vitalidade, daí a importância de ‘requalificá-la’ e não revitalizá-la, termo que vem sendo utilizado de forma errônea.

Alves (2003) considera que

a priori, revitalizar implicaria em promover, no lugar de uma nova vida, um dinamismo das relações sociais, econômicas e políticas, no qual a transformação espacial seria um dos elementos fundamentais do processo. Assim, o espaço surge como integrante das relações sociais, intervindo em sua própria produção.

Associadas às reformas das praças da área central, as fachadas das lojas também são objeto de interesse do poder público, juntamente com a iniciativa privada, procurando recuperá-las no intuito de tornar o entorno das praças mais atrativo, como um meio de preservar a história da cidade e conduzir a preferência dos clientes para os espaços recuperados. “O resgate histórico da praça do Ferreira não ficará restrito apenas à reconstrução da coluna da hora ou até mesmo dos bancos da praça. (...) até mesmo as lojas que circundam a praça receberam de volta as sua fachadas originais.” (O POVO 25/11/1991, p. 10A).

Não é de agora essa ‘chamada’ necessária para a requalificação do centro da cidade. Vários profissionais como arquitetos e urbanistas, ao analisar essa área da cidade, sabem da necessidade de se pensar alternativas para evitar a permanência desse processo de degradação. A exemplo disso, diz o arquiteto Fausto Nilo que:

está ciente que só uma revisão sistêmica e globalizante começando pela periferia e incluindo questões como a do transporte urbano, poderá efetivar mudanças satisfatórias no centro da cidade. Do ponto de vista estrutural a praça poderia ser a última a ser recuperada. Mas ela é o terminal simbólico dos problemas de Fortaleza, e por isso incomoda. (...) O centro está sobrecarregado, e com o imprevisto de serviços

⁵⁴Essa expressão entrou em desuso devido à forma inadequada que vinha sendo empregada. “Essa expressão causa surpresa a vários arquitetos e urbanistas, dentre eles, o arquiteto e urbanista Liberal de Castro, afirma que: revitalizar por quê? O centro já é vital.” (O POVO, 07/01/1995, p. 2).

inadequados ao espaço público, e que, portanto é impossível pensar a praça sem pensar o centro. (O POVO, 12/05/1991, p. 3A).

Diante dessa análise, é interessante suscitar um questionamento pertinente ao estudo. Seria possível conservar funções primordiais de uma praça no ritmo atual da cidade onde tudo é efêmero?

Leite (2004) afirma que nem sempre as mudanças geradas pelo processo de requalificação nos espaços públicos, garantem a permanência do uso dos mesmos como *locus* da sociabilidade e do encontro, uma vez que, uma das partes implicadas nesse processo de valorização de uma determinada área, parte da iniciativa privada, refletindo assim o interesse em distanciar cada vez mais desses locais a camada de menor poder aquisitivo.

O mesmo autor menciona a praça Marco Zero, em Recife, reportando-se aos usos anteriores à reforma que foi realizada nesse espaço público, fruto do processo de 'requalificação':

antes da reforma, o local era uma pequena pracinha com bancos de madeira, onde se podia, à sombra das árvores, conversar a qualquer hora do dia. Era um local que convidava o olhar a se perder nos arrecifes naturais, na calma quase sonolenta de um final de tarde à beira do cais. A Marco Zero era um local de permanências e não apenas de passagem, que evocava o porto e o próprio Bairro do Recife como nenhum outro local. (LEITE, 2004, p. 186).

Sem bancos e sem sombra, o novo Largo do Marco Zero repetia uma experiência comum nas metrópoles brasileiras: a remoção dos utensílios urbanos que asseguravam a permanência fortuita de pessoas nos locais. O enorme vazio no largo, somente preenchido em dias de grandes eventos, (...) transformando-o em um espaço público para a reunião e o espetáculo. (LEITE, 2004).

Hoje, o que denominamos de 'centro tradicional', era o *locus* onde se processavam os principais acontecimentos da cidade devido ao reconhecimento tributado pela sociedade. Era comum ouvir-se, das pessoas mais antigas, que de uma

forma direta ou indireta viveram esses momentos da cidade, a expressão “vou à cidade” quando queriam referir-se ao Centro da Cidade. Segundo Alves (2003) cidade e centro eram sinônimos para os que viviam na periferia, privados de tudo o que aquela parcela da cidade parecia oferecer e, por isso mesmo, se lhes apresentava como o lugar da vida, das possibilidades, da cidadania.

Quanto ao processo de requalificação da área central de Fortaleza, o mesmo tem participação do poder público em parceria com a iniciativa privada, com o intuito de chamar para o centro novos investimentos, que atraia novamente a sociedade, especialmente a de maior poder aquisitivo. É uma das maiores preocupações da iniciativa privada é que com a posição social estigmatizada do Centro, seus negócios venham a ser comprometidos. Mas, para além disso, deve-se ter em mente o resgate histórico-cultural do centro, proporcionado por esse processo de requalificação. Afinal a história da cidade tem gênese no Centro tradicional.

Hoje, a cidade disponibiliza outros espaços de lazer e entretenimento que não necessariamente são na área central. Com as transformações no âmbito econômico, político e social imbricadas diretamente na incorporação de novos hábitos cotidianos dos cidadãos, emergem nos bairros, notadamente nos de classe de maior poder aquisitivo, os restaurantes, pizzarias, lanchonetes, casas de shows, shoppings centers, entre outros, que passam a se constituir em espaços de sociabilidades efêmeras.

O centro permanece vital onde um número bastante significativo de pessoas das classes populares vê o centro como referência principal de suas atividades comerciais e de entretenimento. Uma das questões delicadas em torno dessa área é que com o deslocamento dos moradores de classe média alta os promotores imobiliários não demonstram muito interesse na exploração da área como local de habitação e sim para as atividades comerciais.

Não obstante a propagação do discurso ideológico das classes dominante referindo-se ao centro como área deteriorada, ainda assim, verifica-se a grande

importância desempenhada em razão de seu dinamismo, mas ao contrário de épocas passadas, o mesmo experimenta uma tendência de refuncionalidade verificada através da reconfiguração espacial. E esses aspectos corroboram a impossibilidade de recriar o glamour de outrora tanto almejado por muitos saudosistas. E mesmo em meio aos projetos de requalificação ali realizados, nada trará de volta o centro de momentos passados. Houve uma substituição desse quadro socioespacial pela multiplicidade de atividades desenvolvidas em seu interior, contudo, atribuindo-a, ainda, como área significativa no contexto da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ADERALDO, Mozart Soriano. **A Praça**: comemorando a restauração da praça do Ferreira. 2ª ed. Fortaleza: Gráfica Editora. 1989.

ADORNO, Sérgio. O espaço segregado. In. CARVALHO, Benedito (Org.). **Praça da Sé, marco zero imagens, histórias**: fragmentos de um espaço público de São Paulo. Fortaleza: [s. n.], 1996.

ALBUQUERQUE, Adriana. Foliões fazem festa no centro. **O Povo**, Fortaleza, 23 jan. 2006, cotidiano, p. 8.

ALGUMAS reformas da Praça do Ferreira. **O Povo**, Fortaleza, 12 mai. 1991. Vida e arte, p. 2B.

ALMEIDA, Maria Geralda. Paisagens urbanas e a construção de territorialidades em Fortaleza. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. Sobral, vol 2/3, n. 1, p. 9-14, 200,2001.

ALVES, Glória da Anunciação. **Revitalizar ou revalorizar o centro?** VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (10 a 14/novembro/2003 - Recife, PE). CD - ROM.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In. SILVA, José Borzacchiello da. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

ANDRADE, Lara. Praças abandonadas pela população. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 16 jan. 2006. Disponível em: <http://www.diariodonordeste.com.br>. Acesso em 16 jan. 2006 as 10:02hs.

A praça. **O Povo**, Fortaleza, 13 abr. 2000, caderno 1B.

A praça é do povo. **O Povo**, Fortaleza, 10 mai. 1996, caderno B.

AS várias metamorfoses da Praça do Ferreira, considerada por muitos o “coração da cidade”. **O Povo**, Fortaleza, 07 jan. 1995, p. 02-04.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça**. 2. ed. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1992.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (NIREZ). **Fortaleza de ontem e hoje**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1991.

BARRETO, Margarita. Espaço público: usos e abusos. In. YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BENEDITO, Francisco. **Caminhando por Fortaleza**. Fortaleza: Destak Gráfica, 1999.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

CALDEIRA, Júnia Marques. **Praça**: território da sociabilidade - uma leitura sobre o processo de restauração da praça da Liberdade em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em História). Campinas, 1998.

CAMPOS, Heleniza Ávila. Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 25-43, 2000.

CARTAXO FILHO, Joaquim. **O centro da maioria**: tendências socioespaciais da cidade de Fortaleza na atualidade. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado - FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.) São Paulo, 2005.

CARVALHO, Eleuda de. É tudo verdade. **O Povo**, Fortaleza, 01 abr. 2006, vida e arte, p. 1B.

CASÉ, Paulo. **A cidade desvendada**: reflexões polêmicas sobre o espaço urbano: seus mistérios e fascínios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de localização e de expansão da cidade da Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1977.

_____. **Cartografia Urbana de Fortaleza na colônia e no império**: a administração Lúcio Alcântara - março 1979 - maio de 1982. PMF, 1982.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. A cidade que não se constitui. In. CARVALHO, Benedito (Org.). **Praça da Sé, marco zero imagens, histórias**: fragmentos de um espaço público de São Paulo. Fortaleza: [s. n.], 1996.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**: revista da pós-graduação em Geografia da UFF, ano 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

_____. As abordagens da geografia cultural. In. Castro, Iná Elias de. (Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CONCLUSÃO das obras continua marcada para dezembro. **O Povo**, Fortaleza, 25 set. 1991. Cidade, p. 11A.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000**: Expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. 1988. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, USP/FFLCH, 1988.

_____; ALMEIDA, Maria Geralda. Trabalho e turismo: território e turismo em mutação na Beira Mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (Org.). **Turismo e ética**. Fortaleza: Ed. da UECE, 1998.

_____. Urbanização da sociedade cearense. In: DAMIANI, Amélia Luisa. et. al. (org.). **O Espaço no fim do Século: nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 100-117.

_____. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In. SILVA, José Borzacchiello da. (Org.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. **Praças de Fortalezas**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990.

DA MATA, Roberto. **A casa e a rua**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza/Ce (1975 a 1995)**. 1995. Dissertação de Mestrado - Universidade de São

Paulo. Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1995.

_____. **Mar á vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

ENTORNO do Teatro José de Alencar acumula problemas. **O Povo**, Fortaleza, 21 fev. 2005, cotidiano, p. 10.

DIAS, Débora. Praça José de Alencar tem feirão de variedades. **O Povo**, Fortaleza, 15 jun. 2005, cotidiano, p. 4.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **As transformações Espaciais e Ambientais na Área Central de Fortaleza: uma análise das suas perspectivas de renovação urbana**. 2004. 234f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FIGUEIREDO, Lauro César. **Cidade e espaço público**: a geografia do movimento. XIII Encontro Nacional de Geógrafos (21 a 26/junho/2002 - João Pessoa. Por uma geografia nova na construção do Brasil). CD - ROM.

FIGUEIRÊDO. Maria da Penha Caetano de. **As territorialidades de meninos e meninas de rua na imprensa**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (18 a 23/julho/2004 - Goiânia - AGB). CD - ROM.

FORTE, Luciberto. Beco da Poeira atrai compradores do N/NE. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 nov. 2004, Caderno de negócios, p 1.

GALENO, Alberto S. **A Praça e o Povo**: homens e acontecimentos que fizeram história na praça do Ferreira. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a Crônica Histórica**. 2 ed. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1997a.

_____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1997b.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios da geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONDIM, Linda M. P. Os 'governos das mudanças' (1945 - 1996). In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

_____. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da des-territorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISTÓRIA das avenidas praças e rua de Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 18 ago. 1959, p. 03.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgentes. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília - DF, fevereiro, 1996, n. 24, p. 243-253.

HOTÉIS desativados no antigo centro de Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 06 mai. 2002, p. 08-09.

HOUAISS, Antônio, et al. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Fortaleza: cultura e lazer (1945-1960). In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil: travels in Brasil**. Tradução de Câmara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

LEGFOR - Legislação Urbanística do Município de Fortaleza. **Síntese Diagnóstica do Município de Fortaleza**. Fortaleza, 2003.CD-ROM.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: Fortaleza em questão. Fortaleza: Stylus, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2 ed.Fortaleza: Gráfica, 1988.

MARENCO, Shanti Nitya. **A praça no lugar**: uma forma conteúdo na sociabilidade da razão cotidiana. XIII Encontro Nacional de Geógrafos (21 a 26/junho/2002 - João Pessoa. Por uma geografia nova na construção do Brasil, meio digital - cd)

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória municipal, história urbana**. Revista CEPAM, São Paulo, a 1, n. 4, p. 29-32, 1990.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **Descrição da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1992.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NA praça, aposentados reinventam histórias. **O Povo**, Fortaleza, 13 abr. 1986. p. 08.

NO coração da cidade. **O Povo**, Fortaleza, 06 jan. 2002, p. 02-06.

NOGUEIRA, Daniela. Onze quiosques são demolidos. **O Povo**, Fortaleza, 13 jul. 2005.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

O centro da cultura. **O Povo**, Fortaleza, 25 ago. 2005.

ORIÀ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PAULA, Ethel de. Bancos históricos. **O Povo**, Fortaleza, 09 out. 1999, Vida e Arte, 1B.

PEREIRA, Sandra de Castro. **A centralidade e a problemática da habitação**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (18 a 23/julho/2004 - Goiânia - AGB). CD - ROM.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTEL, Lúcia Valesca Bomfim. **Praça José de Alencar: pedaços da cidade, palco da vida**. 1998. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque (1860-1930)**. 3ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf, 2001.

_____. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A cidade dos clubes**: modernidade e "glamour" na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

PRAÇAS do centro estão abandonadas. **O Povo**, Fortaleza, 29 abr. 1998, cidades 19A.

PRAÇAS do centro estão abandonadas. **O Povo**, Fortaleza, 29 abr. 1998. Cidade 19A.

PRAÇA do Ferreira abraça todas as tribos: grupos se reúnem nos bancos para trocar idéias no final da tarde. **O Povo**, Fortaleza, 30 out. 1994. Vida e Arte, caderno B.

PRAÇA do Ferreira: além da saudade, os belos prédios. **O Povo**, Fortaleza, 4 jun. 1981, p. 07.

PRAÇA do Ferreira: iluminação caracteriza terra da luz. **O Povo**, Fortaleza, 11 out. 1991. Cidades.

PRAÇA José de Alencar ontem e hoje. **O Povo**, Fortaleza, 16 abr. 1988, p. 06.

PRAÇA José de Alencar transforma-se em feiras livres e concentra 138 vendedores ambulantes. **O Povo**, Fortaleza, 27 jun. 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REFORMA inclui fachadas de lojas. **O Povo**, Fortaleza, 25 nov. 1991. Cidades, p. 10A.

REFORMAS na Praça do Ferreira. **O Povo**, Fortaleza, 21 mai. 1991.

Revista Viaje Bem, **revista de bordo da VASP**, ano 26, n°9, dezembro de 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SEPLA: Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento. **Estudo das Vantagens Competitivas do Centro da Cidade de Fortaleza**. Diagnóstico das condições locacionais, das infra-estruturas e da integração com outras áreas da cidade. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza, 2004. CD-ROM.

SERPA, Ângelo. **Urbana baianidade, baianidade urbanidade**. Salvador: [s.n.], 1998.

SERVIDORES federais protestam no centro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 jun. 2005, cidade, p. 15.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo e. **A cidade e o patrimônio histórico**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2003.

_____. **Fortaleza Imagem da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). **Território e prostituição na metrópole Carioca**. São João do Meriti, Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

_____. **O Cotidiano na Metrópole**. Anais do 5º Congresso Nacional de Geógrafos - AGB. Curitiba, 16 a 22 de Julho de 1994, p.440 - 449.

_____. Novos desafios para as grandes cidades brasileiras. **Revista Vivência** do CCHLA/UFRJ. Natal. vol 10. n. 1/2, p. 23 - 36, jan/dez 1996.

_____. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

_____. A região metropolitana de Fortaleza. In. SILVA, José Borzacchiello da. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

_____. A cidade contemporânea no Ceará. In. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SILVA, Mary Anne Vieira. **Novas e velhas funcionalidades das praças do centro de Fortaleza**. Relatório de Bacharelado. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, 1995.

_____. **A praça do Ferreira: seu uso e apropriação**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Salete de. **Fortaleza: uma análise da estrutura urbana**. Fortaleza, 3º Encontro Nacional de Geógrafos/AGB, 1978.

_____. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In. SILVA, José Borzacchiello da. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SPOSITO, Elizeu Savério (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UESP - FCT: GASPERR, 1999.

UM passeio pela história da praça. **O Povo**, Fortaleza, 08 fev. 1999, cidades, 8A.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Sistema de Bibliotecas. Guia para normatização de trabalhos acadêmicos de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Org. Rosane Maria Costa. Fortaleza, 2003.

URNA histórica será aberta hoje na praça do Ferreira. **O Povo**, Fortaleza, 16 de ago. 1959, caderno 1, p. 01.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel/FADESP, 1998.

APÊNDICE

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome: _____ Idade: _____

Atividade: _____

- 1) Você vem sempre a praça?
- 2) Frequenta outras praças?
- 3) Porque a escolha dessa praça e não outra?
- 4) O que faz aqui?
- 5) Costuma ficar quanto tempo no local?
- 6) Quantas vezes costuma vir para a praça?
- 7) O que acha do local?
- 8) O que sabe sobre as transformações da praça?
- 9) O que ela significa para você?
- 10) Onde fica quando está aqui?
- 11) Conhece alguém aqui ou tem algum amigo?
- 12) Qual o seu envolvimento com as outras pessoas da praça?
- 13) Há alguma diferença quando tem evento no local?